



CONGRESSO NACIONAL

34

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

IRREGULARIDADES APONTADAS PELO SENHOR
PEDRO COLLOR DE MELLO

Notas Taquigráficas da Reunião de 07/08/92
DEPOENTE: Sr. Antônio Ermírio de Moraes

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fla. 1504
Secretário



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Declaro aberta a 34ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 52-CN de 1992, destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

Na pauta de hoje, dia 7 de agosto, o depoimento do Sr. Antônio Ermírio de Moraes que já se encontra presente na reunião.

A seguir, peço à testemunha, Dr. Antônio Ermírio de Moraes que preste o juramento.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade e nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A seguir, de acordo com o art. 148, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal e art. 203 do Código de Processo Penal, vou tomar a qualificação do depoente.

Qual é o seu nome completo?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Antônio Ermírio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual é a sua idade e o seu estado civil?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Sessenta e quatro anos, casado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual o seu endereço completo?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Rua Gaia nº 415, cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual a sua profissão?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Engenheiro de metalurgia.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

1505



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Onde exerce a sua atividade profissional?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Praticamente em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Para conhecimento das testemunhas e dos presentes no plenário, vou ler o que dispõe a Lei nº 1579/59 sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito:

"Art. 4º: Constitui crime:

II) fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

A pena é reclusão de um a três anos e multa de dois a seis mil cruzeiros."

A seguir, passo a palavra ao Sr. Antônio Ermírio de Moraes.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Sr. Presidente da CPI, Srs. Senadores e Deputados, Senhores e Senhoras:

Peço licença inicialmente para que, em poucos minutos, possa dar aos senhores uma pequena descrição do que é o Grupo Votorantim. Esse complexo empresarial emprega, no momento, cerca de 55 mil pessoas. Antes do Plano Collor, empregávamos 63 mil pessoas. Fatura anualmente cerca de três bilhões de dólares, faturamento este que já havia sido alcançado no ano de 1989. Paga de impostos pelo menos a quantia de setecentos e cinquenta milhões de dólares anualmente.

Temos atividades industriais e comerciais em praticamente dezessete Estados desta Nação. Somos o maior produtor de cimento no Brasil, com cerca de 40% da produção nacional; produzimos cerca de 23% de todo o alumínio produzido no Brasil, 50% do zinco eletrolítico produzido no Brasil; a totalidade do níquel eletrolítico produzido no



Brasil, aqui em Niquelândia, a 300 kms norte de Brasília, e temos uma empresa que produz cerca de 7% do aço produzido no Brasil.

Isso para dar aos senhores uma ligeira noção do que é o Grupo Votorantim.

Instalado o Governo Collor, a Nação inteira foi surpreendida pelo sequestro dos ativos financeiros. E num programa do humorista Jô Soares, logo após a decretação do Plano Collor, eu disse que a Votorantim havia sido seqüestrada em cerca de quase quinhentos milhões de dólares, mais exatamente em quatrocentos e noventa e um milhões de dólares.

Os senhores hão de concordar que realmente é uma grande quantia, e o plano da Votorantim era exatamente o de investir no Brasil até o ano de 1994, portanto, nos quatro anos seguintes, uma quantia de um bilhão e meio de dólares. O que significava que, com os quinhentos milhões de dólares já existentes, tínhamos que buscar recursos da ordem de duzentos e cinquenta milhões de dólares por ano.

Ora, se a Votorantim fatura três bilhões de dólares por ano e o resultado da empresa - isso é muito fácil de verificar pelos balanços - é de aproximadamente um mês de faturamento, em matéria de lucro por ano, ou seja, praticamente 8% pode ser disposto para novas atividades; isso representaria, grosseiramente, duzentos e cinquenta milhões de dólares por ano. Ora, se investíssemos maciçamente os lucros da Votorantim, poderíamos chegar a 1994 com essa aplicação de um bilhão e meio de dólares. Era o nosso plano.

É evidente que o Plano Collor, com os seqüestros naturalmente dos cruzados, prejudicou demais a expansão econômica.

Desses quatrocentos e noventa e um milhões de dólares que foram seqüestrados, no mês de março de 1990, logo após, no mês seguinte, em



abril, o Governo brasileiro permitiu o saque de uma parcela a todos os seqüestrados para que se pudesse pagar Imposto de Renda e folha de pagamento. Os senhores hão de convir que realmente a caixa foi absolutamente absorvida pelo Governo. Isso representou cerca de oitenta e nove milhões de dólares.

O que mais choca é exatamente que entre o Plano Collor decretado a 16 de março e 28 de junho do ano seguinte, data em que se começou o pagamento das parcelas, houve um diferencial entre o pagamento desses cruzados que eram feitos na base de BTNF mais 6% e o valor do dólar de 58,7%. O que significa que, para o Grupo Votorantim, foram seqüestrados cerca de cento e cinqüenta e oito milhões de dólares, perdidos, assim como de toda a Nação brasileira. Porque a correção do BTNF mais 6% não acompanhou em absoluto a correção do dólar. A Nação inteira perdeu.

Sobraram, então, praticamente, duzentos e cinqüenta e quatro milhões de dólares que foram recolhidos em duodécimos e a última parcela será paga agora no dia 15 de agosto, que representa cerca de vinte e um bilhões e cem milhões de dólares.

Essa é a história dos cruzados. Não houve sequer a liberação, infelizmente propagada num dos veículos de São Paulo que o esquema - aliás até muito criativo - fora no sentido de que os recursos seriam dados ao PC, o PC, os repassaria à Zélia e a Zélia nos devolveria em cruzados. Devo dizer aos senhores que as minhas relações com a Ministra Zélia Cardoso de Mello foram as mais cerimoniosas possíveis e nunca recebemos um único centavo que não fosse autorizado pelo Governo.

Entre esses oitenta e nove milhões de dólares que o Governo permitiu logo após o Plano Collor, ou seja, no mês de abril, houve seis meses mais tarde o único leilão realizado. O Plano previa leilões



e, nesta ocasião, como a Votorantim tinha sete mil homens na expansão, e era absolutamente necessário que, essas obras fossem terminadas, porque se nós tivéssemos interrompido - talvez o caminho mais fácil - o custo seria maior, participamos do pequeno leilão, que houve realmente pagamos um preço caro, porque o deságio era extremamente grande. Mas era uma questão de caixa, era preciso fazer para não prejudicar a expansão.

Então, sobraram, no final das contas, duzentas e cinquenta e quatro milhões de dólares que estão sendo devolvidos em doze prestações.

Devo dizer aos senhores, sem querer tomar muito o vosso tempo, que acho que essa foi uma colaboração grande com o Brasil, não digo com o Governo Collor. A mim impressiona-me e estou preocupado com o Brasil, antes de tudo é o Brasil que nos interessa.

E, em segundo lugar, queria dizer que muito recentemente o social do Brasil entrou na mais absoluta falência. Aqueles que trabalham na linha social do Brasil conhecem perfeitamente bem o problema. Nessa ocasião, houve uma convocação do Ministro Marcílio, junto com o Ministro Adib, pleiteando que o FINSOCIAL que representa 2% sobre o faturamento fosse pago. Temos estudos de juristas, não da Votorantim, mas de juristas contratados, dizendo que o FINSOCIAL era inconstitucional pelo fato de a Constituição do Brasil não permitir que se pague imposto sobre imposto.

Muito tranqüilamente, para os senhores terem uma idéia, se amanhã a Votorantim ou uma outra empresa faturar cem cruzeiros, de cada cem, recolherá dois cruzeiros. E se seu cliente após receber a mercadoria, trabalhá-la e vendê-la, suponha mos por cento e cinquenta cruzeiros, a mercadoria que recebeu por cem, ele com isso pagará mais noventa e

fig. 1507



zeiros de imposto. Então, com os dois da fonte e mais três daquele que trabalha a nossa matéria-prima, são cinco; quando, na realidade, deveriam ser dois nosso e apenas um cruzeiro sobre o saldo, sobre o agregado, e não sobre o valor total. Então, nesse ponto parece realmente que não há qualquer dúvida sobre esse aspecto, do ponto de vista jurídico, pelo menos é o que os juristas falam.

Não obstante isso - mais uma vez ressalto: estou preocupado com o Brasil; alguns dos senhores mal me conhecem; estou conhecendo alguns hoje -, fizemos uma reunião na Federação das Indústrias de São Paulo e o assunto foi razoavelmente bem conduzido. Posteriormente, foi feita uma reunião na Confederação Nacional da Indústria e o assunto do pagamento do FINSOCIAL foi torpedeado. Conhecendo uma pequena parcela do social deste nosso País, que iríamos pagar o FINSOCIAL, independentemente de outras empresas.

Quero dizer aos senhores que, no meu faturamento de 3 bilhões de dólares, o FINSOCIAL para nós representa 60 milhões de dólares anualmente. E isso vem sendo pago fielmente depois do mês de abril. Pagamos e pagamos prazerosamente, porque é preciso fazer alguma coisa pelo social neste País. Não basta apenas falar; é preciso fazer. E essa contribuição demos ao Brasil, porque achamos que era necessária e porque que, no momento, temos um homem respeitável no Ministério da Saúde. São duas contribuições que tenho a impressão de que definem bem o espírito empresarial do Grupo.

Não quero me alongar demasiadamente, porque acho que vim aqui para prestar esclarecimentos sobre assuntos relativos à CPI. Mas seria absolutamente necessário dizer aos senhores, para concluir, que, em 43 anos de trabalho - e o Senador Mário Covas está aqui e conhecia meu pai; herdamos de nosso pai o trabalho dentro da Votorantim -, nunca



aplicamos um único centavo fora deste País, porque considero impatriótico a aplicação de recursos fora desta Nação. O Brasil precisa de empregos; o Brasil precisa desenvolver sua tecnologia; o Brasil precisa dar educação; o Brasil precisar dar saúde. E no dia em que eu aplicar recursos fora, passarei a considerar-me internamente como sendo um mau brasileiro. Não pensem os senhores que sou uma vestal, que sou um puritano; nada disso! Mas, princípios mínimos, temos que ter. E faço questão de dizer aos Srs. Congressistas que essa é a filosofia que temos dentro do Grupo Votorantim.

Terminada essa rápida exposição, meu caro Dr. Benito, estou à disposição do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A seguir, passo a palavra ao Relator, Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, Srs. membros da CPI, Dr. Antônio Ermírio de Moraes, V.Sa. poderia discorrer, perante esta Comissão, sobre o relacionamento que impera entre o empresariado brasileiro e o setor público?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Em tudo isso, Senador, é preciso lembrar que, ao longo dos vinte anos de governo ditatorial - peço-me se falo na primeira pessoa do singular -, fiz um enorme esforço, no sentido de que o Brasil voltasse ao regime democrático. Isso me custou realmente brigas homéricas com o Governo então instalado. Telefonemas ásperos de Ministros, mas jamais recuei naquilo que eu achava que não estava errado. Sinceramente, o regime democrático no Brasil apenas nasceu. E o meu desejo é de que realmente não nesta CPI, mas, quando necessário, acho que seria do mais alto valor que o Congresso Nacional se aproximasse daqueles que procuram produzir na Nação, corrigindo, inclusive, nossos erros e inclusive orientando melhor inclu-



sive o processo produtivo no Brasil. Acho que é esse intercâmbio de informações entre o Congresso Nacional e a indústria que realmente produz, que trabalha, que emprega, que paga impostos; isso é absolutamente necessário. Deve haver um melhor relacionamento entre as classes produtoras e o Congresso, para que possamos ter um bom entendimento, para que o Brasil possa conseguir uma melhor posição no cenário internacional deste nosso Planeta. Considero isso absolutamente essencial; no momento: o relacionamento. E os senhores são testemunhas disso. Eu dizia ao Dr. Benito que essa é a primeira vez que compareço no Congresso depois de longo tempo. A última vez que estive aqui foi exatamente depondo sobre a energia de Tucuruí, numa comissão de investigação que foi criada pelo então Senador Severo Gomes. De lá para cá, nunca mais vim. Por motivos óbvios, tenho filosoficamente, dentro da minha cabeça, que é preciso que se dê ampla liberdade aos legisladores de cumprir com a sua missão, independentemente da vontade de um determinado grupo. Não acredito em **lobbies**. Aqueles que me conhecem, sabem que nunca vim aqui; nunca me encontraram ou meu irmão ou qualquer emissário nosso fazendo aos Srs. Congressistas qualquer propositura, no sentido de torcer naturalmente o pensamento dos senhores para que não legislassem, ainda que pudesse ser contra a nossa própria empresa. Não faço isso; talvez seja até um defeito.

Agora, conversar, no bom sentido do relacionamento, para ver o que é prioritário para o Brasil e trocar idéias com os senhores, acho que isso é da mais alta importância. Mas **lobby**, confesso que não faço e tenho até ojeriza a esse tipo de ação. Em outros países do Primeiro Mundo isso é permitido e talvez considerado até perfeitamente viável. Não entra na minha cabeça! Acho que o legislador tem que ter ampla liberdade de legislar, conforme, naturalmente, o seu desejo. Agora, evi-



dentemente, para legislar, ele tem que consultar aqueles homens que mereçam alguma confiança deles. Então, esse relacionamento, Senador, acho da mais alta importância. No setor público, é extremamente importante que o meio empresarial se entenda melhor e que procure caminhos melhores para o Brasil.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Especialmente, Dr. Antônio Ermírio, no que se refere a esse relacionamento com o Poder Executivo? Como isso vem ocorrendo no País? É importante o depoimento de V.Sa. a esse respeito para esta Comissão.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - De uma maneira muito cerimoniosa. Não posso falar pela Federação ou pela Confederação, porque não frequento a Federação das Indústrias de São Paulo...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Pelo seu conhecimento.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - ...e muito menos a Confederação. Agora, pelo meu conhecimento, o relacionamento é muito cerimonioso. Pessoalmente, o meu, o mais cerimonioso possível. Por uma questão até de índole própria, procuro trabalhar quieto, procuro resolver os meus problemas, sem, naturalmente, culpar o vizinho pelas minhas falhas, pelas minhas derrotas e pelos problemas que aparecem todos os dias na minha mesa de trabalho. Talvez isso seja até um defeito profissional ou talvez orgulho profissional. Procuro não dar aos senhores qualquer tipo de trabalho. Orgulho-me muito, quando apresentamos um novo complexo industrial, realizado sem qualquer interferência do próprio Executivo ou do Legislativo. É nossa obrigação procurar resolver os nossos problemas sem naturalmente julgar. É por isso que o brasileiro tem como predileção: jogar sempre a culpa no vizinho. "Eu sou ótimo, mas o vizinho é péssimo"! Não faço isso.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - Como o senhor vê o funcionamento das licitações de obras públicas no País?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Vou responder em síntese para o Sr. Senador. Procuro fugir das obras públicas do Governo. Em primeiro lugar, porque eles não pagam em dia. E o não pagamento das obras em dia cria, naturalmente, o chamado "lobismo".

Então, sinceramente, acho que o senhor tem toda razão na sua pergunta. Talvez houve uma falha na minha exposição inicial, quando eu disse que na Votorantim nunca houve troco. De jeito algum! Não concebo qualquer relacionamento meu com os senhores, solicitando aquilo que eles chamam, no dia de hoje, na CPI, de "troco". Isso não existe com a gente! Dizendo com toda sinceridade: se o senhor acha que, por acaso, a Votorantim não participa de obras públicas, fornecemos cimento normalmente aos empreiteiros; fornecemos ferro, fornecemos alumínio. Se necessário pôr níquel ou zinco, não participamos. Graças a Deus, todas as grandes concorrências são até internacionais.

Se o senhor perguntar - apenas respondendo ao senhor - o que recebemos depois da instalação do Governo Collor, no mês de abril, foi uma redução dramática das tarifas aduaneiras que permeavam em torno dos 30% para 0%. Hoje, cimento, alumínio, níquel, zinco tem zero por cento de tarifa aduaneira. E venho dizer aos senhores que é motivo de grande orgulho para mim, foi difícil, não pensem os senhores que foi fácil, foi difícil, mas digo, com muito prazer, que nós vencemos.

A modernização feita rápida como foi feita, porque nos outros setores ela veio devagar, no setor de automóveis, no setor de eletrodomésticos, ela vem caminhando lentamente, são dois anos de governo e praticamente não se conseguiu reduzir, por enquanto, sequer 50% das tarifas. No setor de indústria de base, ela veio abruptamente para ze-



ro e acho muito bom, porque se alguém tiver queixa, que importe então aquilo que estamos produzindo. E pode haver queixas. E digo mais, esse fator zero fiscal é um fator de regulação perfeita do mercado, porque se amanhã eu proceder num produto que estou vendendo, importe-se o produto e eu não tenho o direito de reclamar. Automaticamente, é um controle muito mais eficiente que o SIP que, infelizmente, no passado, ouvia-se falar em tráfico de influências e outras coisas mais.

De qualquer maneira, com tarifa zero, acho que o mercado está auto-regulado e quem tiver competência ficará instalado e quem não tem competência tem que fechar mesmo. Eu não tenho nada contra isso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor conhece o Sr. Paulo César Farias?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Num sábado, de manhã cedo, na Votorantim, fui apresentado a esse cavalheiro e a conversa minha com ele durou no máximo três minutos. Posteriormente, ele veio trazido pelas mãos do meu irmão mais velho, José Ermírio de Moraes Filho, e eu perguntei ao José por que ele havia trazido e ele dizia que naturalmente - é uma coincidência. Mas é preciso relatar aos senhores o seguinte.

Ao norte de São Paulo, temos no Estado do Rio de Janeiro, primeiro, Senador José Paulo Bisol, estamos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo evidentemente, Rio de Janeiro, em Minas Gerais, não estamos no Espírito Santo, estamos na Bahia, estamos em Sergipe, não estamos em Alagoas, estamos em Pernambuco, na Paraíba, não estamos no Rio Grande do Norte, estamos no Ceará e não estamos com atividade industrial no Maranhão. Praticamente, esse é um quadro rápido que dou aos senhores.



Naquela ocasião, não conhecia o Presidente Fernando Collor de Mello, ele me visitou, mostrou o desejo de visitar-me quando Governador de Alagoas, quando ele sequer pensava em ser candidato à Presidência da República, e ele iniciou isso numa palestra sobre Alagoas, então um Estado pobre, e é mais do que normal que qualquer Governador de Estado venha a uma empresa, do porte da Votorantim, pedir para que invista no seu Estado. Acho que aí é perfeitamente normal e acho que é até um ato patriótico, porque recebo telefonemas do Governador do Amazonas pedindo para investir no Amazonas, do Estado de Mato Grosso pedindo para se fazer mais em Mato Grosso. Isso é normal, acho que é absolutamente correto e até demonstra, vamos dizer, desejo de ver seu Estado crescer.

Mas, exatamente dentro desse contexto, veio então o Sr. Paulo César pedindo para que fizéssemos um plano de industrialização no Estado de Alagoas. Recordo-me que em 1986 o BNDES publicou um trabalho sobre possibilidades de aplicação de recursos no Nordeste. Em Alagoas, ele falava precipuamente em se instalar em Maceió um pólo cloroquímico. E temos realmente, no Estado de Pernambuco, uma fábrica de soda cáustica que para cada quilo de soda cáustica que se produz libera cerca de 900 gramas de cloro. O cloro, às vezes, passa a ser o produto principal e, às vezes, passa a ser o maior problema existente. Quando o mercado de cloro cai é um Deus nos acuda porque não se sabe o que fazer com o cloro, é profundamente corrosivo. A industrialização de um pólo cloroquímico em Maceió, aproveitando-se o cloro nosso de Pernambuco seria um das possibilidades de instalarmos ou de nos desenvolvermos industrialmente naquele Estado.

Nem cogitou-se da possibilidade, inclusive, de se fazer - hoje se fala muito no tripartite - quem sabe uma refinaria de petróleo



propriamente dito em Maceió; mas Recife e Pernambuco já pleiteiam isso há muito tempo. Há outros Estados que estão pleiteando com maior veemência, e o investimento era da ordem de setecentos milhões de dólares em 1986 ou 1987, o que nos pareceu muito caro.

Evidentemente que após o Plano Collor, tivemos que nos trancar, muitos dos serviços que fazíamos no passado, como, por exemplo, o relatório do impacto ambiental, o estudo do impacto ambiental, EIA RIMA, isto era feito dentro de casa, no passado. Hoje, com essas aberturas que foram trazidas para o bem do Brasil, não estou aqui reclamando, o de tarifa zero, mas foi preciso tomarmos certas medidas que pudessem enxugar a despesa da empresa.

Serviços como este são contratados fora, como, por exemplo, o EIA RIMA, no Estado de São Paulo para a Usina Hidrelétrica do Tijuco, que é uma usina de 150 mil quilowatts, já dura praticamente 3 anos.

As objeções da Secretaria do Meio Ambiente hoje são extremamente graves, algumas desnecessárias outras temos que respeitar e procurar responder de uma maneira satisfatória.

Para os senhores terem uma idéia, uma usina hidrelétrica de 150 mil quilowatts, que irá gerar 900 milhões de kw/h, nós já gastamos nesse EIA RIMA cerca de 2 milhões de dólares e não está concluída ainda. Teremos que fazer uma assembléia popular, uma no Estado de São Paulo, outra no Estado do Paraná, porque esta usina tem uma perna da barragem em São Paulo, e a casa de máquinas é no Paraná. Então é mais complicado ainda porque tem que se formar com as duas Secretarias do Meio Ambiente de São Paulo e do Paraná.

Apenas cito isso como exemplo, porque, no passado nós tínhamos uma equipe maior, vamos dizer, de geólogos, de geofísicos e, inclusive, de advogados administrativos para que se pudesse elaborar esses

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 1511

Secretário



tipos de planos. Mas, infelizmente, com o enxugamento da empresa, isso deixou de ser necessário, nós não podemos mais arcar com esse tipo de despesa, porque os serviços são intermitentes, são serviços perenes e dessa maneira se contrata serviços fora.

Está praticamente se começando uma prática nova de contratação de serviços, que não sejam perenes, por empresas especializadas no interior.

O SR. **RELATOR** (Amir Lando) - E essa empresa especializada teria sido a EPC! do Sr. Paulo César Farias?

O SR. **ANTÔNIO ERMIRIO DE MORAES** - A sua pergunta tem muito mérito, é evidente que o Sr. Paulo César Farias é um homem da intimidade do Presidente da República. Ele participou de toda a campanha do Presidente da República, pelo menos eu o via nos palanques.

E, evidente que sendo um homem de contacto dentro de Alagoas, e nós nunca estivemos no Estado de Alagoas, digo isso até de maneira meio constrangida, porque sou daqueles que criticam os brasileiros que conhecem muito bem a França, a Alemanha, a Italia, mas, não conhecem nada do Brasil. Mas, infelizmente, o Estado de Alagoas eu não conheço, tenho que lamentar essa falha.

E foi exatamente essa empresa, que para minha surpresa, tinha muito pouca gente, mas é uma das técnicas dessas empresas que subcontratam obras e os resultados foram absolutamente nulos, tão nulos, que no primeiro sinal que foi dado, nada mais que sinal foi dado porque os resultados não foram satisfatórios, não se obteve nada, para ser sincero.

E o primeiro estudo seria feito por eles, mas a malha final seria nossa, certamente, porque nós não poderíamos entrar num empreendimento que amanhã desse errado.



Não adianta eu vir aqui e dizer: "Senhores Senadores, se eu não conseguir preço de venda, eu tenho que fechar a empresa e jogar mil e 500 homens na rua". Isso é coisa do passado, não se faz mais hoje e a resposta que os senhores me dariam: "Então o senhor feche a sua empresa, porque não temos nada que ver com seus próprios erros"

O **SR. RELATOR** (Amir Lando) - Evidente que o senhor afirma que os resultados foram nulos. O senhor não teve conhecimento nem do corpo técnico, nem dos técnicos contratados por esta empresa para elaborar os estudos?.

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Não senhor. Porque não chegou nada de retorno, absolutamente nada. E a informação que a Polícia Federal nos deu é que havia apenas 12 homens no escritório desse senhor, de nível médio para baixo.

Mas, isso é uma técnica, gasta-se pouco e subcontrata-se muito caro. É um aprendizado, talvez nós tenhamos até errado, não excluo esta possibilidade. A vida é uma sequência de erros, onde os que têm uma certa inteligência procuram errar menos, outros que não têm inteligência continuam errando a vida inteira sem perceber até naturalmente entrarem no rumo.

O **SR. RELATOR** (Amir Lando) - Eu vou fazer uma pergunta de cunho pessoal, evidente que isto é importante, qual a impressão que o senhor teve do Sr. Paulo César Farias, quando lhe foi apresentado? O senhor, mais ou menos, descreveu as circunstâncias em que ele lhe foi apresentado, qual a impressão que o senhor teve do Sr. Paulo César Farias?

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - O senhor me perdoe, mas não posso julgar ninguém em três minutos, a minha conversa com ele não durou mais que três minutos e eu nunca mais o vi na minha vida. Porque eu preciso dizer o seguinte: essas notas da IPC foram todas elabora-

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

1512

Secretário



das por empresas que não estão debaixo da minha administração.

No setor de metalurgia, os investimentos são altamente intensivos em cruzeiros, são muito caros. Depois do Plano Collor, passamos situações de grande aflição, pagando, inclusive títulos em cartório. Mas concluímos todos os nossos programas de comissão; e digo aos senhores, debaixo de um sacrifício imenso; mas demos conta do recado, sem perturbar os senhores aqui no Congresso Nacional, sem sacar cruzados retidos e sem pedir, naturalmente, tarifa protecionista para os nossos produtos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nesse mesmo diapasão, eu lhe faço mais uma pergunta de cunho pessoal. Qual é a sua avaliação sobre os fatos imputados ao Sr. Paulo César Farias?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É evidente que, pelo histórico que nos é trazido por intermédio da mídia escrita e falada, o enriquecimento desse senhor me pareceu extremamente rápido. Temos um avião a jato na companhia, e eu sei o quanto lhe custa. Dispomos dessa aeronave porque temos entendimentos em Niquelândia, em Paracatu, em Morro Agudo, em Vazante, em Três Marias, lugares que, por enquanto, são inacessíveis para a aviação comercial. Sempre me causou um certo espanto a aquisição - dizem os jornais - de cerca de três aviões pelo Sr. Paulo César Farias. Eu digo: para se manter um avião, é preciso uma infra-estrutura muito boa. Nós, na Votorantim inclusive, cogitamos da possibilidade de venda da aeronave. É isso que digo aos senhores. Mais do que isso eu não posso falar, porque só leio pelos jornais, não tenho o conhecimento que os senhores têm. A avaliação é de V.Sa. Eu não posso acrescentar nada.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Alguém, alguma vez, lhe informou que o Sr. Paulo César Farias estava abordando alguns empresários, no



Estado de São Paulo especialmente, com o propósito de promover negócios, sobretudo e inclusive no Estado de Alagoas?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não. Eu tenho que ser honesto com o senhor. Mas eu sou um homem meio diferente, meio difícil nessa área, porque procuro não manter um relacionamento próximo. Nunca mantive. Sempre mantenho uma certa distância exatamente para evitar esses tipos de proposituras. Sou refratário a elas e, às vezes, sou até meio ríspido com relação a elas. Então, mantenho uma certa distância.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor não tem conhecimento de nada?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não. Tomei conhecimento pelos jornais, como os senhores, talvez. Não sei se os senhores têm outros conhecimentos que eu não tenha.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Que outra credencial o Sr. Paulo César Farias lhe apresentou, além de ser amigo do Presidente ou de supostamente transitar nesse círculo do Presidente?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAIS - Pelo que eu sei, era uma empresa que teria pedido concordata, em 1982. Ele não apresentou nenhuma outra característica que pudesse me impressionar. Não me lembro. A conversa foi muito rápida. Confesso que não dei muita atenção. Foi uma conversa de três minutos no máximo, num sábado de manhã, cedo, no meu escritório, apenas de conhecimento, introdução. E parou nisso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vou concluir. Vou fazer uma última pergunta, Dr. Antônio Ermírio.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Pois não! Eu não tenho pressa, Senador.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Depois, podemos voltar mais nessa sequência.



O senhor reconhecia que o Sr. Paulo César Farias exercia alguma influência em setores governamentais - o que se falou, evidentemente - tráfico de influência, coisas dessa natureza. Além desse título de concordatário no passado, o senhor acaba de declinar um...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Informaram-me. Eu soube pelos jornais.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas isso é verdade. Temos essa informação e eu quero transmitir-lhe, pois é verdadeira.

No seu entendimento, ele era um homem que exercia alguma influência, ou ao menos falava-se nessa influência, comentava-se sobre esse Sr. Paulo César Farias algo nesse sentido?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É claro! Mas aí existe algo que precisamos diferenciar. Os comentários eram principalmente quando...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É importante que o senhor diga o que o senhor sabe.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É claro. Para nosso constrangimento, verificamos que não houve nenhuma resposta, e procuramos pesquisar um pouco mais sobre a atividade comercial e empresarial desse senhor. Para nossa surpresa, verificamos que a empresa realmente pequena, os homens que ali estavam eram de mediana competência. Dentro que pudemos avaliar, sem querer fazer uma avaliação leviana, chegamos à conclusão de que havia pelo menos a pressão de vender serviços para implantação de empresas, talvez no Brasil inteiro. Eu só posso falar por Alagoas, pois, no nosso caso, foi pedido para que se fizesse em Alagoas.

Eu procuro não entrar muito nesses detalhes, porquanto em termodinâmica existe uma energia que, quando não é transformada em tra-



balho, chama-se entropia. A entropia destrói, e anarquiza o ser humano. Quando o fígado emite uma enzima, um ácido que se chama adesintrifosfato, ele é oxidado, hidrolisado, e causa a transformação em adenosinobifosfato. Libera uma molécula de fósforo e libera energia. Essa energia do corpo humano é que procuro transformar em coisa útil para a Nação brasileira. Quando ela não é transformada em algo útil, é realmente degradada, a isso se chama de entropia. E isso chama-se boato.

Para os senhores que estão aqui em Brasília e que vivem constantemente no meio desses boatos, tenho a impressão que, às vezes, fica até difícil conciliar o sono, porque entre a boataria e os fatos a diferença é grande. Sinceramente, que estamos vendo por aí não é mais segredo para ninguém.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Em razão dessa resposta, Sr. Presidente, vou fazer uma pergunta final nesse bloco. O empresariado brasileiro, e sobretudo o senhor, que é um grande representante do empresariado - é evidente que pode falar no seu nome e isso tem uma repercussão ampla para o empresariado -, já havia se deparado anteriormente com exemplos similares no País de dilapidação do patrimônio público, de conduta aética, num processo que envolve setores da Administração, como agora está sendo trazido ao conhecimento do País?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não. Absolutamente. Trabalho há quarenta e três anos e nunca vi nada parecido.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Antônio Ermírio, estamos nesta CPI há cerca de dois meses, e tenho verificado uma série de fatos que me têm deixado atônito. É uma indagação de natureza conceitual, antes de



entrar na parte fática da questão, e o senhor, que dirige um grupo da maior importância econômica neste País, poderá nos prestar um depoimento muito esclarecedor. O Sr. Paulo César Farias foi o tesoureiro da campanha do Presidente da República e saiu arrecadando fundos para a sustentação dessa campanha. O Sr. Cláudio Vieira, veio aqui, prestou o esclarecimento de que havia obtido o empréstimo em nome do Senhor Presidente no Uruguai, que tinha como finalidade exatamente suprir as necessidades da campanha eleitoral. Mas, com a entrada de recursos originários do próprio País, esse dinheiro tornou-se desnecessário; daí ter-se valido dele para a aplicação nas necessidades pessoais. O Sr. Paulo César continuou o seu tráfico de influências, porque eu presumo que, ao longo da campanha eleitoral, ele deve ter feito, indireta ou diretamente, compromissos. Ao instalar o Presidente da República no Poder, ele continuou, no lombo, no dorso da Administração Pública, a gerenciar influência. O senhor deve ter sido procurado por políticos em época de campanha eleitoral; tem, portanto, conhecimento desse tipo de ação. O que o senhor acha que deve ser feito, em termos de legislação, para evitar que haja uma situação ambígua, um paroxismo como esse que presenciamos em termos de campanha eleitoral?

O Sr. Paulo César Farias, quando esteve aqui, disse que há um farisaísmo, uma hipocrisia em termos de legislação eleitoral, porque os políticos se valem dos empresários para sustentar as suas campanhas. Eu solicitaria ao senhor que emitisse um conceito pessoal. O que o senhor pensa disso? O senhor já foi procurado realmente? Se quiser revelar nome, que revele; se não quiser, que não revele, mas dê-nos um mapa dessa situação.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAIS - Em primeiro lugar, Senador, devo dizer aos senhores que é um assunto que eu não queria entrar no



mérito, pois é um assunto extremamente delicado e que pertence ao Congresso Nacional, não apenas a um empresário que está do lado de fora do Congresso. Naturalmente, qualquer opinião que eu possa dar pode ser mal interpretada. É preciso lembrar que esta Casa compõe-se de todos os brasileiros. Também não é possível que tenhamos no Brasil apenas a elite rica que se possa eleger. Eu sou contra isso. Todos têm que ter oportunidade, uma vez que tenham boa cabeça, uma vez que tenham discernimento, porque ninguém chega aqui sem inteligência, mas muitos carecem naturalmente, de recursos para chegar ao Congresso Nacional.

É uma opinião pessoal, que sinceramente eu não gostaria de externar, mas, já que o senhor pediu, faço uma reformulação clara, no sentido de que amanhã fosse permitido à empresa, não apenas à pessoa física, porque aqui há um detalhe muito importante: nos países desenvolvidos, a pessoa física é muito rica; nos países em desenvolvimento, nas firmas sérias, a pessoa física representa muito pouco em relação ao ativo imobilizado. No caso da Votorantim, por exemplo, no passado, os nossos empreendimentos eram feitos 70% com recursos próprios, 30% com recursos emprestados. Quando veio o Governo Sarney, a inflação subiu e passamos para 80 e 20%; e, no final do Governo Sarney, 90 e 10%. Hoje, todas as nossas expansões são feitas 100% com recursos próprios, o que significa menor aceleração nas expansões; com os juros nas taxas que estão - e nossos empreendimentos são de longa maturação, cinco, seis anos para se montar uma expansão de alumínio, níquel ou zinco, ou mesmo cimento -, se eu tomar 20% de 150 milhões de dólares, são 30 milhões. Esses 30 milhões de dólares, para aqueles que gostam de fazer um pouco de conta, colocados em cinco anos, vejam o quanto representa. Não há firma que agüente. Aí, ^{COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO} chamar-se-ia uma pri-



vatização inversa: do setor privado para o setor estatal. Isso nunca aconteceu conosco, com a graça de Deus!

Agradeço a Deus, porque há muita gente boa que entrou nesse tipo de negociação com os bancos do Governo e não se deu bem. Sempre fomos muito prudentes. Tudo aquilo que o BNDES, que é o órgão financiador, nos oferecia, cortávamos pela metade, numa luta brutal.

Até com o Senador Eduardo Suplicy, que foi meu colega de campanha em 86, uma vez cheguei a discutir isso amplamente. Nós sempre fizemos muita cerimônia no que diz respeito a empréstimos que nos foram oferecidos dentro do Brasil. Fora do Brasil, então, nem se fala, porque realmente seria uma coisa traiçoeira, seria passar de uma empresa nacional para uma empresa multinacional, coisa que não desejaríamos.

Agora, uma legislação que pudesse dar tranquilidade, que desse naturalmente o direito de se escriturar no livro contábil: "Dado a tal partido" - não ao homem que nos procura, mas ao partido - e o partido, por sua vez, escriturasse também como distribuiu essa verba. Acho que seria dentro de um regime democrático.

Estou estudando bastante a lei eleitoral americana. O primeiro ato americano anticorrupção em eleições veio em 1910. Já em 74, houve um outro ato muito mais violento; e, agora mesmo, estão procurando reformar, porque é uma coisa dinâmica, não é uma coisa estática e, via de regra, as mudanças sempre vêm após os escândalos. Isso é uma coisa que é contínua.

Agora, não quero absolutamente influenciar os senhores, mas isso é o que realmente me parece. Se nós não tomarmos uma deliberação nesse sentido, só os ricos terão chance de chegar ao Congresso Nacional.



Nos próprios Estados Unidos da América uma campanha para o Senado custa 4 milhões de dólares, em média, e uma campanha para a Casa dos Deputados custa mais de 2 milhões de dólares. Isso está escrito nos livros.

Agora, existe a maneira de doar. Então, há da vida, os fax da vida, quer dizer, a contribuição ao partido, contribuição individual. Acho que os senhores têm condições melhores do que eu, mas acho que seria muito importante o meio empresarial entrar em contato com os senhores para que haja uma coisa que possa tranquilamente ser escriturada, sem nenhuma objeção, porque é normal no princípio democrático, ou, então, nós só vamos eleger aqueles que têm recursos. Aí seria um desastre para a Nação.

Eu não queria me pronunciar sobre isso, mas, como o senhor pediu, é isso que eu queria dizer.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Antônio, o senhor disse ainda há pouco que quando houve o confisco dos ativos financeiros o senhor teve dificuldades e, inclusive, teve que pagar títulos em protesto. O senhor não pensou, não chegou a realizar uma operaçãozinha no Uruguai, não?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Nada. E digo mais, essa é até uma boa pergunta porque, no passado, antes do Plano Collor, corriam os chamados boatos, e, de fato, algumas empresas, cujos nomes não quero revelar aqui, transferiram cruzados para o Uruguai, que por sua vez eram trocados por qualquer moeda, marcos alemães, dólares canadenses, dólares americanos, francos franceses, libras italianas, no que se quisesse, mediante o pagamento de uma comissão. Essa foi uma maneira de se fugir naturalmente ao confisco dos cruzados. Nós não fizemos nada nesse sentido, porque qualquer atuação naquela hora seria naturalmente



denunciada e de péssima repercussão dentro da imprensa brasileira. Não fizemos nada, nada, nada. Recuso esse tipo de negociação. Aliás, não tenho, porque o Uruguai é desconhecido, o Uruguai quer se tornar numa Suíça na América do Sul. É o plano do Uruguai. Se nós formos analisar o Uruguai em si, é quase um país inviável. Se não tiver alguma coisa nesse sentido, não vai sobreviver. Então, ele procura, a todo custo, manter naturalmente esse tipo de negociação.

Eu nem conheço o Uruguai, para ser sincero com o senhor. Mas não precisa conhecer também não. Hoje, pelo jeito, o sujeito faz daqui mesmo.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O senhor poderia fazer uma avaliação do que acha de alguém que vai ao Uruguai e procede dessa forma, pegando um empréstimo e trazendo para o Brasil? O senhor teria condições de emitir algum juízo nesse sentido? O senhor acha isso uma operação ética?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Na minha cabeça, ela não seria uma operação ética, muito embora os advogados - e eu assisti na televisão o pronunciamento de um advogado, que realmente parecia uma pessoa muito sincera, aberta - dizem que, do ponto de vista jurídico, é legal. Mas, sinceramente, eu refutaria de início uma transação dessa, que me parecia extremamente difícil de justificar perante a Nação brasileira. Por que isso? Se nós temos bancos de financiamentos aqui, por que tenho que buscar dinheiro fora? Trazer para o Brasil um empréstimo contraído lá fora, por quê? Eu não entendi. Não quero entrar no mérito...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Um negocinho com ouro daria certo.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - O meu pai já dizia que ouro é o pior negócio do mundo. (Risos)



Mas não passaria jamais pela minha cabeça fazer qualquer tipo de transação nesse sentido. Seria muito difícil a justificação e o desgaste certamente, muito embora até, vamos dizer, acobertado pela lei, seria brutal. Por que essa transação toda, se nós podemos resolver com trabalho? É aquele negócio, usar a energia disponível para trabalhar corretamente. Agora, na hora em que não se usa essa energia disponível que nos é emitida pelo corpo humano e se começa a pensar em outras coisas dá nisso. A mentira tem pernas curtas. Mais cedo ou mais tarde, ela vem à tona.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Ermírio, o senhor é Superintendente de uma holding, que engloba... Como é? É porque eu quero lhe fazer uma pergunta e gostaria de saber.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não. A Votorantim, todos acham que... Uma coisa que os jornalistas adoram falar é em "sucessão". Eu acho que a sucessão é uma coisa absolutamente normal e que se processa ao longo do tempo. Mas ninguém se conforma com isso e eles acham que a sucessão tem que ser feita por decreto. Baixam o decreto, muito bem, a partir de depois de amanhã estou fora, vou descansar, já tenho 43 anos de trabalho e seria até justo. Eu até não acharia ruim, mas acho que, enquanto tiver saúde, tenho a obrigação de trabalhar para o Brasil.

Mas, então, na Votorantim foi estabelecido o seguinte princípio: nós temos departamentos estanques que se comunicam apenas do ponto de vista financeiro. Ali, nós somos vasos comunicantes. Mas a administração de cada setor é independente. Então, o José, que é o irmão mais velho, que se formou em 1948 como engenheiro de metalurgia, recebeu, como primeiro trabalho, o setor de cimento, o setor de papel celofane e de tecidos. Eu, que me formei em 1949, recebi o "abacaxi" da

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



Votorantim, que era o setor metalúrgico, o mais difícil, porque, em metalurgia temos que trabalhar e competir, em primeiro lugar, com grandes grupos internacionais; em segundo lugar, com grandes e respeitados grupos estatais. Então, era difícil, não era fácil.

Para que os senhores tenham uma idéia das dificuldades, em 1962, nós começamos a trabalhar no projeto de zinco, aqui, em Três Marias. Fui ao Dr. Leocádio Antunes, que era o Presidente do BNDES naquela ocasião, da terra do Senador José Paulo Bisol, gaúcho, e depois de um longo trâmite, nós tivemos o nosso processo negado, porque era de difícil compreensão, porque o minério existente no Brasil era oxidado e o minério no mundo inteiro era um minério sulfetado. Então, havia dúvidas técnicas.

Posteriormente, veio a Revolução de 64 e, logo depois, nós voltamos a pedir novo empréstimo ao BNDES. Era, então, presidente do BNDES, o Dr. Garrido Torres, que apelou para o Instituto de Pesquisa e Tecnologia de São Paulo para que emitisse um conceito sobre o processo que nós queríamos apresentar e pedir o empréstimo ao BNDES. Depois de outra tramitação muito grande - inclusive com amigos dentro do IPT, porque pertenci ao seu Conselho de Administração durante quatro anos, mas nunca fiz valer isso - o IPT deu um laudo prudente, dizendo que era um processo perigoso e que não aconselhava o BNDES a fornecer recursos para a Companhia Mineira de Metais. Nós começamos a obra em 1962 e terminamos no dia 29 de setembro de 1969. Foram sete anos de luta. E eu disse ao Dr. Garrido Torres, naquela ocasião: "Mas os senhores não têm nada a perder, porque para cada cruzeiro que os senhores nos estão dando, os senhores têm três de garantia. Se, amanhã, o processo não der certo, a desmoralização é minha, como engenheiro de metalurgia. Total". Mas, felizmente, o processo trabalhou desde o pri-



meiro dia. A primeira análise, ainda me lembro, era 99.48% de zinco puro e depois nós passamos para 99.99%, logo em seguida. Foi um sucesso. Chegamos a produzir 80% do zinco nacional, processo brasileiro, patenteado aqui. Depois, nós soubemos que quiseram nos derrubar, dizendo que na Austrália havia algo parecido, mas nós ganhamos a questão.

É uma companhia que foi feita sem um centavo de empréstimo de ordem federal. Nada. Zero absoluto. E foi uma colcha de retalhos, porque eu era obrigado a pegar um transformador lá em Osasco, pegava uma bomba na Nitroquímica, pegava uma caldeira na Rio-San, trazia alguma coisa de alumínio, porque os recursos eram pequenos. E era tão sério que até para a compra de um caminhão era preciso ter ordem da diretoria. Mas deu certo.

Então, nós temos processos estanques dessa maneira. A Votorantim tinha seus programas e é preciso dizer isso até com alegria. Nos últimos dez anos, a indústria cimenteira passou por uma grande reformulação. Nós tínhamos no Brasil praticamente fornos de via úmida, que, na década de 50 e 60, era um processo altamente rentável e que passou, de repente, a ser um processo antieconômico e foi preciso praticamente destruir tudo o que existia em matéria de cimento e reconstruir tudo, de ponta a ponta. E isso foi feito. A obra foi terminada. Hoje, na Votorantim, só se produz cimento, e no Brasil também - porque nos Estados Unidos um terço da produção é de via úmida. Estão muito atrasados lá -, por via seca. O que significa que nós consumimos um terço menos de óleo do que o processo de via úmida normal.

Então, voltando, nós temos áreas de cimento, celofane e tecidos, áreas de metalurgia, que estão afetadas a mim. Eu sou a última palavra no setor de alumínio, zinco, níquel, aço e construções de novo



maquinário. Nós temos uma oficina mecânica que empregava 1.100 homens, hoje emprega apenas 700 homens, que faz cerca de 50% do serviço pesado da Votorantim. Aqui dentro de casa. Quando não se sabe, compram-se os desenhos lá fora mas se executam aqui, dentro de casa. Pelo menos, ganhamos a tecnologia da execução. Posteriormente, isso nos dá uma chance para que os nossos engenheiros possam projetar coisa melhor. Isso tem dado bom resultado, e foi assim que nós fizemos.

Então, são departamentos estanques, porque o que naturalmente o meu irmão mais velho vê, eu não vejo, e vice-versa. Porque não dá tempo, a coisa é muito grande. Nós estamos espalhados em 17 Estados. Eu tenho que cobrir desde Goiás, aqui, em Niquelândia, até lá embaixo, em Criciúma, no Estado de Santa Catarina. E tem-se que andar. Não se pode administrar por telefone. A administração tem que ser *in loco*. É preciso olhar, observar, e isso traz um desgaste grande.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Eu fiz essa pergunta para saber se o senhor teria condições de responder sobre essas notas que várias empresas de cimento...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Eu já respondi. Inclusive, no processo da Polícia Federal, no meu depoimento, consta que, da EPC, eu tomei conhecimento exatamente na Polícia Federal. Eu não sabia nem quem era a EPC.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Quer dizer que o senhor não tem conhecimento desses valores que foram pagos, por exemplo, pela Cimento Santa...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não tomei conhecimento de nada disso. Não é da minha área. Aliás, até perguntaram: "O senhor conhece o Cimento Santa Clara?" É claro que eu conheço, é do grupo Votorantim. Também não posso ser tão ignorante assim. Qualquer dia eu po-



ta, a Companhia Catarinense de Cimento Portland pagou novecentos e vinte, a Cimento Portland Gaúcha pagou oitocentos e oitenta mil, a Companhia de Cimento Portland Rio Branco pagou um milhão, seiscentos e cinquenta, a empresa de transporte CBT Ltda, um milhão, oitocentos e noventa, a Transportes Especiais Olímpia S.A. um milhão, seiscentos e 80, a Cimento Itaú do Paraná, um milhão, seiscentos e vinte. E a Companhia Portland Itaú, novecentos e oitenta mil, o que perfaz, nos meus cálculos, um total de doze milhões, seiscentos e quarenta mil, naquela época, quer dizer, em maio de 90, por aí. E, traduzidos em dólares, significam duzentos e trinta e oito mil, novecentos e setenta e seis dólares. Embora o senhor tenha prestado depoimento na Polícia Federal, eu queria que o senhor explicasse para nós se teria condições - razão pela qual perguntei se o senhor era o comandante da **holding**, como o senhor explicou aí....

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - A **holding** da Votorantim, onde cada um dos familiares - somos quatro, minha irmã e três irmãos - tem 25%. Absolutamente igual. Mas, dentro das empresas que operam essa divisão, quer dizer, estanque, muito embora eu tenha sido, no passado - eu me perdi aqui, na exposição - o regra dois da Votorantim, a sucessão fez com que, formados os filhos do meu irmão José, eu fosse cedendo espaço para que eles pudessem, naturalmente, se enfronhar dentro dos negócios, da mesma maneira que eu cedo aos meus filhos. Tenho cinco filhos engenheiros que estão trabalhando comigo, para os quais eu tenho que ceder espaço, porque nós todos somos mortais e seria uma tolice da minha parte frustrar esses meninos querendo dirigir tudo ao mesmo tempo. É evidente que a sucessão se faz ao longo do tempo. Ninguém faz sucessão por decreto. Aqueles que tentaram fazer foi um desastre e se acabaram em pouco tempo. Agora, isso tudo... Quanto foi?



O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Duzentos e trinta e oito mil, novecentos e setenta e seis dólares. Eu queria saber a que título foi pago isso, se houve declaração de Imposto de Renda, se houve descontos. O senhor pode nos informar os aspectos legais, se houve um contrato por escrito, o que produziu o Sr. PC para receber quase duzentos e quarenta mil dólares. Que serviços foram prestados...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - O que eu posso dizer ao senhor é que o que ele produziu foi nada. É a única informação que eu tenho. Agora, o detalhe do tipo de contrato que foi feito, eu não sei. Honestamente, não sei e não saberia dizer aos senhores. Tomei conhecimento da firma EPC na Polícia Federal de São Paulo, porque fui o primeiro a depor. Isso é da minha índole. Quando fui convocado para esta CPI, eu disse ao Deputado Benito Gama: "Eu vou, se o senhor pudesse marcar num fim de semana, eu ficaria muito satisfeito". Eu não me recuso. Agora, essa quantia de duzentos e poucos mil dólares é uma quantia relativamente pequena.

Eu quero dizer aos senhores o seguinte: se, num projeto, de EIA RIMA por uma usina hidrelétrica, nós já pagamos um milhão e seiscentos mil dólares em contratos realizados, eu tenho a impressão de que isso se refere a um sinal, cujo montante poderia ser maior e foi suspenso porque, naturalmente, nada foi obtido em retorno. Talvez baseado na pressa de se fazer alguma coisa dentro do Estado de Alagoas, mas uma pressa de pelo menos se estudar, talvez nós tenhamos cometido aí alguma facilidade. Talvez, se nós tivéssemos sido mais rigorosos no exame dessa propositura... Mas é evidente que quando chega alguém relacionado com o Executivo, a gente procura resolver o mais depressa possível, mas no bom sentido, não é resolver no sentido de facilitar as coisas.



O SR. MAURÍCIO CORRÊA - É bom esclarecer isso, Dr. Antônio, porque a dúvida que eu tenho, desculpe a ilação que eu estou fazendo, com o maior respeito, é porque houve uma divisão aqui para várias empresas desses pagamentos.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Eu acho que isso até traduz a dificuldade financeira em que a gente vive. Se fosse realmente uma empresa que estivesse extremamente capitalizada, como estávamos antes do Plano Collor, bastava uma empresa fazer tudo isso. Até se envolveriam menos pessoas. Eu tenho a impressão de que isso é até uma inocência de nossa parte, porque, realmente, se amanhã eu não quisesse trazer nada à tona, em primeiro lugar, eu procuraria fazer alguma coisa através de "caixa dois", o que não fazemos. Seria o faturamento sem nota. Isso nós lutamos contra, não fazemos esse tipo de faturamento. Notas de "caixa dois", nós não temos. Agora, trazer através da nota fiscal, talvez até fosse um erro. Não sei, não é do meu setor. Eu posso fazer uma análise superficial para os senhores. Se fosse o meu setor eu diria em detalhes, porque eu conheço os detalhes do meu setor. Dos outros setores, eu não conheço os detalhes, como talvez devesse conhecer. Mas não há tempo material, é muito grande.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Esteve presente aqui, um dia desses, um representante legal da TRATEX, que é uma empresa de Belo Horizonte, e nos confessou que o contrato que foi celebrado entre o grupo TRATEX e o Sr. PC foi verbal, e que quem prestou os serviços de assessoria foi o Sr. PC. O Sr. PC é que foi o agente técnico, que deu orientação para sanear as finanças internas da empresa. O senhor não sabe informar nada disso, talvez fosse melhor o seu irmão José nos prestar esclarecimentos mais detalhados sobre isso.



O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Eu acho que poderia dar aos senhores uma tranquilidade nesse aspecto. Claro que não foi o Sr. PC. O Sr. PC não tem qualidades técnicas para poder fazer isso. Mas ele tem qualidades políticas, no sentido de conhecer as firmas que possam prestar bons serviços no Estado de Alagoas. Não sei quanto ao resto do Brasil, mas no Estado de Alagoas ele deve conhecer. Ele é de Alagoas, ele vive lá. Parece-me que, por aí, ele poderia prestar as informações que fossem necessárias.

Agora, voltando ao assunto dos duzentos e quarenta mil dólares, eu quero apenas lembrar aos senhores o seguinte: se nós temos um faturamento de três bilhões de dólares por ano e o lucro da Votorantim, do complexo todo é da ordem de um mês de faturamento por ano, 1/12 do faturamento, os senhores hão de ver que eu pago mais de 200 milhões de dólares, todos os meses, são mais ou menos 230 milhões de dólares por mês de pagamento que sai da nossa caixa. Quer dizer, duzentos mil dólares não é uma cifra assim tão confrontante. Admito que talvez tivéssemos de ter melhor olho clínico, admito. Mas a quantia é relativamente pequena e não é isso que ia jogar a Votorantim no buraco. Mas, se fosse na minha área, ia examinar com mais cuidado.

O **SR. MAURÍCIO CORRÊA** - Estou seguro disso. O senhor jamais faria um negócio desse tipo. Talvez, como o senhor está dizendo, tenha sido um descuido. A importância, para o porte da sua empresa, é pequena. É pequena essa importância.

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Vamos pôr dessa maneira: foi um mal negócio. Às vezes, por exemplo, para o senhor ver como é complexo a atividade empresarial, as brigas são homéricas via de regra entre o departamento comercial e o departamento de finanças, no que se chama estabelecimento de crédito. É muito comum haver um lobby intenso



dentro da firma, externo, para que se dê um crédito maior a uma determinada firma. Às vezes, recebo telefonemas de gente conhecida, que diz: "Olha, você tem que entregar a mercadoria". "Mas a ficha dele é péssima. Vou mandar a ficha para você". E quando a briga é muito intensa - e sobra para mim, por exemplo - a única maneira de conseguir pacificar isso é, quando existe uma discordância entre o departamento comercial, que estabelece o crédito, e o financeiro, que examina o crédito, é naturalmente a sanção da Presidência. E viso pelo menos umas cinquenta fichas por dia nesse sentido. Às vezes, caímos em esparrelas... Fornecemos a firmas que têm uma bela ficha e que, lamentavelmente, entram para concordata, não pagam e dizem abertamente que não têm condições de pagar, e não há nada que fazer a respeito disso. Esse é o risco do comércio. Temos que lutar o máximo possível.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - A última indagação, Sr. Presidente. No início, V.Sa. fez uma dissertação com a qual concordo plenamente. É a respeito dos critérios éticos do comportamento do seu grupo, pelo menos na sua intenção, no seu desiderato. Entendi plenamente. E acabou que, ao final, a sua empresa acabou por se envolver com uma pessoa que é a negação desses princípios.

Ontem, recebemos aqui - ainda não tivemos conhecimento - um relatório da Kroll, e quando o Sr. PC esteve aqui disse que não tinha empresas lá fora, não tinha nada. Hoje, sabemos e está provado por A mais B que ele, ao fazer **leasing** com avião, na verdade procurava um canal para remeter dólares para os Estados Unidos para engordar suas contas, seus negócios lá. O seu amigo dileto, amigo de campanha, envolve-se com uma operação no Uruguai da forma que foi feito. Mistura-se ao Sr. Cláudio Vieira

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Conheço.



O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Enfim, descobrimos aí, Dr. Antônio Ermírio de Moraes - não é mentira que estamos prestando para a Nação, essa CPI tem prestado um serviço extraordinário -, nove pessoas fictícias, nove fantasmas que abriram contas bancárias exatamente para gerenciar interesses escusos, irregulares, saídos desse pólo PC Farias. Imagine o senhor com quem a sua firma acabou de se envolver. Mas o senhor foi muito claro ao final ao fazer essa explicitação, que não deixou dúvida. De modo que só tinha isso a indagar. Agradeço ao senhor e ao Presidente. Não sei se teria mais alguma coisa a falar.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, acho que está bem esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Senador Maurício.

Deputado Odacir Klein, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. ODACIR KLEIN - Dr. Antônio Ermírio, na verdade, vou fazer aqui algumas perguntas com o objetivo de lhe ensinar a oportunidade de um esclarecimento completo, já que sinto que V.Sa. está desejoso de, efetivamente, esclarecer o que ocorreu.

O senhor disse aqui que tomou conhecimento da EPC na Polícia Federal. Informou, também, que a contratação dos serviços da empresa EPC - se entendi bem - foi para a realização de um Relatório de Impacto do Meio Ambiente, um RIMA.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Impacto do Meio Ambiente, não, Deputado. Perdão, apenas citei que, no passado, fazíamos esse serviço dentro de casa. Posteriormente, depois do Plano Collor, como são serviços que não são constantes, partimos para a contratação desses serviços fora de casa. Tínhamos geólogos, geofísicos, biólogos para fazer esse tipo de serviço. Depois, foi preciso naturalmente abrir mão desses homens porque era uma organização clara, dava resultado,



porque acredito muito na nossa capacidade de realizar esse tipo de serviço. Mas a EPC nunca fez o RIMA, não Senhor.

Só tomei conhecimento da EPC na Polícia Federal, quando depus, porque não sabia nem da transação que havia sido feita.

O SR. ODACIR KLEIN - Sim, mas V.Sa. informou que a firma EPC foi contratada, se não foi para o RIMA, o foi para a prestação de serviço especializado ao grupo. E, em decorrência disso, alguém contratou e, posteriormente, prestou-lhe a informação.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Infelizmente, não me prestaram informação, tomei conhecimento disso na Polícia Federal, conhecimento dos fatos.

O SR. ODACIR KLEIN - Mas V.Sa. sabe hoje que a contratação foi para prestação desses serviços especializados?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, eu fui indagar por quê. Aí, evidentemente, eu tinha que saber por que foi feito esse tipo de contratação, vamos dizer, com essa firma EPC. Claro, não podia apenas tomar conhecimento, prestar um depoimento na Polícia Federal e ficar por isso mesmo. Eu fui saber por quê.

O SR. ODACIR KLEIN - V.Sa. disse também que o resultado foi nulo - usou exatamente essas palavras. V.Sa. poderia nos traduzir o que representa resultado nulo? Não houve a prestação de serviço? O serviço foi prestado, foi mal prestado? A empresa tem capacidade?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Tenho impressão, pelo que nos é dado a conhecer, que essa firma EPC deve ter contratado muitos serviços além do nosso. E, evidentemente, se era um pequeno escritório, naturalmente ela não podia dar conta do recado. Pelas informações que tenho, como naturalmente não havia retorno, parece-me que as firmas que contrataram suspenderam esse tipo de negociação. V.Exa. veja o



seguinte: na relação que foi publicada e que o Senador Maurício Corrêa leu aqui, o montante que foi distribuído, através dessas outras firmas, foi pequeno em relação ao montante que outras firmas fizeram; o que significa que houve uma prudência, houve uma facilidade inicial e com total corte a posterior. É esta a conclusão minha.

O SR. ODACIR KLEIN - Mas ocorreu o pagamento ou os pagamentos.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Mas é claro que ocorreu, ninguém nega isso aqui, absolutamente. Acho que foi um mau negócio que foi feito.

O SR. ODACIR KLEIN - V.Sa. não tem informação sequer se os serviços foram prestados ou não?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, a informação que tenho é que praticamente houve um relaxamento da firma após o recebimento desses sinais que foram mandados.

O SR. ODACIR KLEIN - A empresa foi procurada, pela informação que V.Sa. tem, pelo fato de ter amplo conhecimento em Alagoas.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Exato. Pelo que sei, fomos procurados pelo próprio Sr. Paulo César Farias; foi ele, pessoalmente, que procurou e deve ter proposto esse tipo de negócio - não a mim, na área que trabalho absolutamente, não houve nenhuma única emissão de nota para a firma EPC, ou para qualquer outra firma, a não ser que haja trabalho justificado; procuramos fazer um acompanhamento mais... se bem que, vamos ser honestos, se amanhã, por qualquer motivo, o Sr. Paulo César viesse me procurar, ficaria muito difícil, às vezes, chegar e dizer: eu não posso fazer coisa alguma. Porque, realmente, era um homem, vamos dizer, de amplo relacionamento com o Executivo do Brasil. Então, felizmente, não fui procurado; não tinha recursos para dar, como disse a V.Exas., depois do Plano Collor. Eu, pessoalmente,

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

1523

Secretário



tive que me dirigir a cartório para cobrir títulos em cartório; a situação ficou muito difícil; não tinha qualquer espaço precípuo de contratação.

O SR. ODACIR KLEIN - Faço apenas mais uma pergunta.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - À vontade, Deputado.

O SR. ODACIR KLEIN - Considerando que o Sr. Paulo César Farias, segundo a informação que V.Sa. tem, procurou pessoas no grupo que decidiram a respeito desse tipo de contrato, ofereceu-se para prestação, através da sua empresa, desse tipo de serviço; recebeu os recursos; não prestou o serviço ou prestou mal, porque o resultado foi nulo.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Acho que ele não prestou os serviços, vamos ser claros.

O SR. ODACIR KLEIN - V.Sa. mesmo disse aqui, que realmente, depois que recebeu os recursos, ela relaxou no que diz respeito ao cumprimento da sua parte do contrato. Faço-lhe apenas essa pergunta: V.Sa. considera que o Sr. Paulo César Farias agiu mal e causou prejuízo à empresa de V.Sa. por essa forma de agir?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Mas é evidente, quanto a isso não há a menor dúvida. Isso é uma das coisas que, por exemplo, ocorre na nossa vida todos os dias, todas as semanas - o Senhor amanhã contrata, por exemplo, a fabricação de determinado equipamento; o Senhor dá um sinal, no passado... e digo mais, a rigor, nós devíamos ter tido uma fiança bancária por esse dinheiro que foi adiantado; mas talvez o constrangimento de se pedir uma fiança, porque normalmente o que se faz é o seguinte: ainda ontem, por exemplo, tivemos uma contratação de caldeiras para uma determinada companhia, que exigia um pagamento da ordem de 2 bilhões e 500 milhões de cruzeiros - a firma é uma firma multinacional, mas nós exigimos a fiança bancária, porque aí não há



qualquer tipo de constrangimento. Agora, se pedir uma fiança bancária a esse tipo, vamos dizer, dada a influência do Sr. Paulo César Farias no próprio Executivo, tenho impressão que talvez não fosse bem recebido.

O SR. ODACIR KLEIN - Entendo bem. O Sr. Paulo César, na verdade, dispensava qualquer pedido de fiança, porque, aparentemente, convivía com alguém que parecia ser de confiança.

Obrigado a V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado Deputado Odacir Klein.

Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira, do PDT, do Rio de Janeiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Dr. Antônio Ermírio, talvez o senhor não se lembre...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Estou lembrado de V.Exa.

O SR. MIRO TEIXEIRA - ...mas há uns 10 anos eu estava no gabinete do Senador Tancredo Neves e a D^a Antônia entrou na sala e disse: "Está aí fora o Dr. Antônio Ermírio de Moraes". Nós não nos conhecíamos, o Dr. Tancredo que nos apresentou e fomos almoçar no restaurante do Senado.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É verdade, eu estou lembrado.

O SR. MIRO TEIXEIRA - E pela primeira vez eu e o Dr. Tancredo ouvimos falar na situação dramática da Previdência Social. Os números que V.Sa. trouxe ali demonstravam que a Previdência Social brasileira estava em vias de se quebrar. E o Dr. Tancredo, com aquele seu estilo típico, peculiar, pegou a gravata, botou na boca e disse: "Meu filho, fale isso baixo, porque pode provocar uma grande comoção nacional. Mas vamos estudar o assunto e começar a tomar providências". Foi o único

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



contato que mantivemos.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Lembro-me perfeitamente bem desse contato.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A partir daí acompanho a sua trajetória, as suas palavras, o seu discurso. E gostaria de contar, agora, com a sua prática, a sua ação.

Todos falamos em Pátria e não sei se me enganei hoje, mas no seu discurso de abertura V.Sa. se emocionou ao falar em Pátria, ao falar em Brasil.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Claro! Apesar de tudo.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Então, talvez, possamos avançar.

Quero lhe dizer que, inicialmente, fui contra a convocação dos empresários. Não considerava produtiva a presença dos empresários, porque dispomos de elementos para incriminar aqueles que devem ser incriminados. Mas a presença de V.Sa. hoje aqui, pelo que V.Sa. já disse até agora, indica uma grande utilidade. E revejo a minha posição perante o Senador Eduardo Suplicy, perante o meu companheiro de Partido, Vivaldo Barbosa, o Relator, o Presidente, o Vice-Presidente, com os quais insisti para que não fizéssemos essas audiências, para que pudessemos aproveitar o nosso tempo, trabalhando nos documentos de que já dispúnhamos; e que são muitos, são surpreendentes.

Eu gostaria de saber se podemos contar não apenas com a intenção de V.Sa., não apenas com seu desejo interior, mas com a sua colaboração. V.Sa. disse ainda há pouco que seguramente não assistiu, ao longo da sua vida de trabalho, nada parecido com isso que estamos vivendo. Isto é incisivo, mas é vago. Não é seu papel, mas é nosso papel revelar à Nação quais são os nossos elementos de convicção. E vamos fazê-lo, estamos produzindo as provas. Mas nem a modéstia - que no meu



caso não é uma característica, talvez seja ~~no~~ ~~seu~~ - deve tolher as pessoas para que elas percebam ou deixem de ~~perceber~~ a importância que têm no cenário nacional. E V.Sa. é uma referência dentro do empresariado nacional. E quando uma referência se ~~desloca~~, talvez produza uma reação em cadeia, talvez possa produzir.

Eu penso que no setor político temos ~~tentado~~, pelo menos, demonstrar que este País mudou, está mudando ~~e~~ que temos a vontade de mudar verdadeiramente. Tentaram chantagear ~~e~~ pressionar o Congresso Nacional com a alegação de que havia cheques ~~para~~ Parlamentares; tentaram intimidar esta Comissão e o Parlamento brasileiro, falando em investigações da Receita Federal. Nenhum ~~deles~~ 22 membros aqui se intimidou. Chega um momento, no meu ponto de ~~vista~~, que é preciso conciliar o discurso com a ação. Talvez V.Sa. ~~no~~ se sinta à vontade para não dispor dos meios de prova de que dispomos; talvez V.Sa. se sentisse mais à vontade se, ao final desta reunião pública, fizéssemos uma reunião secreta, para V.Sa. falar. Mas é fundamental que os cidadãos brasileiros comecem a falar e comecem a falar ~~sem~~ cerimônia; e comecem a falar, demonstrando com a ação, que se ~~preocupam~~ de fato com o Brasil. Não podemos ficar naquela frase do Chaplin do "Universo se reduzir ao pequeno mundo de cada um", embora ~~existam~~ pequenos mundos que não sejam tão pequenos, como é o caso da ~~Botorantim~~, existem outras coisas, existem outros valores em jogo. ~~Falou-se~~ aqui, o meu amigo Maurício Corrêa, em campanhas eleitorais. ~~Não~~ estamos diante de um caso de contribuição de campanhas eleitorais ~~porque~~ até 1990, março de 1990, a EPC era uma empresa alagoana - com ~~tudo~~ respeito que nos merece o Estado de Alagoas -, mas a partir de ~~abril~~ de 1990 e, consequentemente, a partir da posse do Senhor Presidente da República, a EPC transpôs os limites de Alagoas. E as notas ~~que variavam em torno de~~



5, 6, 10 mil dólares, indexado ao dólar da época, percebe-se claramente, pelas notas apreendidas pela Polícia Federal - documentos públicos consequentemente, não se está violando sigilo -, de coisa nenhuma, até porque quando existe prática de crime não há bem jurídico tutelado pelo sigilo, não apenas transpôs o limite de Alagoas, mas essas notas, deram saltos em dólares; no conjunto de empresas, e a de V.Sa. foi a que menos pagou.

Dr. Antônio Ermírio de Moraes, estamos com uma oportunidade de deixar para os nossos filhos um Brasil melhor do que este que herdamos. É uma oportunidade que não dá para perder. Tenho minha convicção pessoal de que se organizou neste País uma quadrilha como nunca se viu, para roubar o dinheiro público. Mas essa é a minha convicção pessoal, extraída das provas de que disponho, dos elementos comprobatórios de que disponho. Agora, é preciso fechar a outra ponta, Dr. Antônio Ermírio. Talvez V.Sa., mais do que ninguém, sabe que dinheiro não cai do céu. O único que alegou isso foi o Ministro Magri. O dinheiro honesto, honrado, que não causa vergonha a quem recebe, vem do trabalho, vem do suor, vem do sacrifício até da família, muitas vezes. Agora, não é possível que fiquemos a discutir, diante de todas essas evidências, a qualidade de prova. É preciso estabelecer uma relação de causa e efeito.

Dr. Antônio Ermírio de Moraes, vou fazer a V.Sa. uma única pergunta, deixando aquela preliminar, se V.Sa. preferir falar numa reunião secreta, porque na reunião secreta nada poderá ser usado legalmente contra V.Sa; a reunião secreta não é gravada, ela tem uma Ata que fica. E espero que seja outro designado para fazer a Ata, porque normalmente os autores das idéias aqui ficam incumbidos de fazê-la.



Mas, numa reunião secreta, lavra-se uma Ata que fica igualmente secreta, lacrada, trancada, que talvez daqui há 20 anos vá integrar o acervo de uma biblioteca.

Mas, Dr. Antônio Ermírio, vencida essa preliminar, se V.Sa. preferir falar durante uma reunião secreta, V.Sa. poderá fazê-lo; ou, se não, V.Sa. fala agora. Claro que se V.Sa. não quiser falar nem na secreta, nem agora, V.Sa. não precisa.

O Sr. Paulo César Farias - é a minha única pergunta a V.Sa., em nome do nosso País - alegava prestígio com a administração federal para, nesses contatos com os empresários ou nos contatos com a sua empresa, alegava ou deixava transparecer, não precisa ser expressamente, implicitamente, prestígio?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Mas é evidente. A pergunta de V.Exa., Deputado Miro Teixeira, é até óbvia. Basta olhar, naturalmente, o que foi feito durante a campanha presidencial. Tenho impressão que ele era o homem da mais absoluta intimidade do Presidente da República.

Quando em 1986 disputei o Governo do Estado de São Paulo, junto com o Senador Eduardo Suplicy, o chefe da campanha, na tesouraria era o meu irmão, José Ermírio de Moraes, que é o homem da minha mais absoluta confiança. Então, a primeira coisa que qualquer candidato - eu era um primário em política, nunca tinha disputado política de qualquer tipo, mas, evidentemente, na hora de se ver quem é que vai tomar conta do cofre tem que ser uma pessoa da mais absoluta confiança. Então, tenho impressão de que pelos atos - se V.Exa. me permite, sou um simples engenheiro, que venho procurando colaborar de uma maneira até franca, e essa franqueza já me custou muito caro, inclusive, num Governo totalitário, muito caro. Tive discussões com o Sr. Farias sobre alguns



pontos, que mexiam diretamente com o seu próprio Estado. E por ocasião da implantação do Programa Nuclear, vim ao Senado depor numa Comissão sobre Energia Nuclear. Sempre me mostrei contra a energia nuclear, da maneira como ela foi feita. Certo ou errado, mais tarde ela virá. Mas no Brasil foi uma precipitação inconcebível. E mais precipitação, ainda, foi a sua localização em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. O Senhor conhece muito melhor do que eu. Agora veja V.Exa., naquela ocasião, o Brasil tomou um compromisso de gastar cerca de 30 bilhões de dólares para a instalação de 8 usinas nucleares de 1.300 mil quilowatts cada uma. Ninguém falava naquela ocasião. O Governo era forte e me atrevi a falar num programa de televisão, "Crítica e Auto-crítica", e disse que lamentavelmente o programa nuclear tinha uma meta que era, exatamente, a construção da chamada bomba atômica. Porque, para aqueles que entendem um pouquinho de energia nuclear, sabem que o reprocessamento do combustível gasto, se for processado, recupera-se plutônio e, uma vez tendo plutônio 239, basta uma simples e rápida compressão e se tem ali uma bomba atômica. Achei que era um perigo o Brasil se estabelecer, mas aí também me argumentaram que a Argentina já tinha um programa nuclear. Mas o programa nuclear da Argentina era diferente, ele usava um processo candau, que se usava no Canadá, onde se evita a concentração de urânio 235 a 13% e joga-se diretamente o minério no reator, mas com uma desvantagem, porque não se reprocessa o combustível exaurido e se é obrigado a enterrá-lo para o resto da vida. Esse é o grande problema do programa energético nuclear argentino. O do Brasil era mais completo, mas resultava no reprocessamento de urânio e isso seria naturalmente a matéria-prima necessária para a construção da bomba atômica. Disse isso no programa "Crítica e Auto-crítica", no ano de 1980. Recebi telefonemas de ministros de Estado,



naquela ocasião, pedindo para que eu reformulasse. Eu disse que não reformularia, a não ser que provassem que eu estava errado. Ao próprio Presidente Ernesto Geisel, um homem que sempre me tratou com o máximo de consideração e por quem nutro até uma especial amizade, eu disse o seguinte: - "Presidente Geisel, só o tempo vai dizer quem é que está certo. Não quero discutir com o senhor, o senhor é um homem muito mais velho do que eu, mas só o tempo vai dizer quem é que está certo. Acho que o senhores estão errados." E está aí a prova. O Brasil até hoje praticamente não gera nada de energia nuclear. As 8 usinas programadas com a KWU, nenhuma delas está pronta; praticamente estão reduzidas a 3 usinas e se terminarmos duas, vai ser realmente o máximo que vamos fazer. Foi um fracasso redondo. Naquela ocasião isso me custou muito caro; as perseguições ao Grupo foram imensas.

Na confecção dessa usina de zinco em Três Marias, logo após a Revolução, era ministro das Minas e Energia o Sr. Mauro Thibau, que era meu amigo pessoal. Toda vez que eu baixava lá em Minas Gerais, em Belo Horizonte, ele, naquela ocasião, mandava o jipe me buscar no aeroporto para discutir com ele a possibilidade de instalar uma fábrica de alumínio em Belo Horizonte, ou nas cercanias de Belo Horizonte, o que seria razoável, mas não podíamos fazer duas ao mesmo tempo. Nessa ocasião, foi-me dito claramente que a interferência política do meu pai, naquela ocasião Senador, era prejudicial à Nação e que se não conseguíssemos afastar o Senador José Ermírio de Moraes da política, o chumbo seria grosso. Isso está nos Anais do Senado. contei ao meu pai e ele disse: - "Você vai dizer diretamente a ele que ele vai te mandar para aquele lugar. Não sou moleque de recados, diga diretamente a ele." E disse a ele o que se passou. Meu pai foi ao Senado e relatou o que se passou. Naquela ocasião, nenhum empréstimo veio para a Votoran-



tim. A fábrica de alumínio foi feita 100% com recursos próprios, mas fizemos. E as perseguições foram grandes. Mas a verdade é que, depois de algum tempo, eles reconheceram que o que estávamos pleiteando era justo, não havia nada de fantasioso. Porque o próprio IPT classificou como fantasioso o nosso projeto. Esse projeto, que hoje tem zero por cento de tarifa aduaneira, exporta 50% da sua produção para outros países, que naturalmente desejam a nossa matéria-prima.

Sempre falei francamente, Deputado Miro Teixeira. Não me parece que eu deva ir a uma reunião secreta, porque não tenho nada a esconder dos Senhores. Não sabia que teria que prestar um juramento e o fiz. É evidente que nos emociona o fato de estarmos aqui presentes, com tanta gente responsável pelo destino da Nação brasileira. Isso não é um encontro entre amigos, não é uma reunião num bar de esquina, isto aqui é uma reunião séria. Eu disse até ao Dr. Benito Gama que a pressão exercida em cima da gente para vir conversar com V.Exas. aqui é muito grande. Para um homem responsável, posso lhe garantir que em 43 anos de trabalho foi a maior pressão interna que recebi na minha vida, porque não tenho nada a esconder de V.Exas. Agora, aquilo que falei é a absoluta verdade, não tem nada de mentira.

Desde 1977, quando fui angariado com o título de "Homem Visão", no Hotel Glória do Rio de Janeiro, minha vida quase ficou um inferno, porque me tornei um homem público. Pela espontaneidade e pela sinceridade, com relação ao que eu saiba, não escondo nada dos senhores. Não há absolutamente necessidade de uma reunião secreta. O que sei, direi aos senhores. O que eu disse ao Senador Maurício Corrêa foi exatamente a verdade. Não menti e não mentirei prefiro omitir-me; não vou mentir aos senhores. Isso é tudo.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Vou encerrar, Sr. Presidente. Lamentavelmente temos uma legislação da década de 40. Cinqüenta e dois anos se passaram do Código de Processo Penal, outros 50 do Código Penal, e só a parte geral foi alterada. Existem certos embaraços de natureza legal que não são ocasionais. O Senador José Paulo Bisol vive revelando a sua indignação contra essa questão de sigilo bancário, sigilo fiscal, mas o sigilo não é perfeito para proteger as pessoas de bem, não é feito para proteger criminosos. Quando perguntei a V.Sa. sobre a exploração de prestígio, é porque existe uma dificuldade em tipificar penalmente a conduta do Sr. Paulo César Farias e porque a exploração do prestígio é uma conduta típica descrita no Código Penal. Satisfaço-me com a resposta de V.Sa.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Muito obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA - É a questão óbvia, realmente, mas precisa constar dos autos, senão não teremos como deliberar, como votar e como procurar a verdade para fazer justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, nada tenho a indagar do depoente, mas relembro a consciência democrática deste País, dizendo que o sigilo bancário é uma conquista da cidadania e está inserido como um direito inalienável do ser humano na nossa Constituição. Todas as constituições democráticas tratam das questões que devem ser protegidas. Evidentemente, não protege o sigilo e todos sabemos que existe legislação que exclui do sigilo aqueles que praticam atos considerados infrações penais. Esse discurso não soma nada às tradições democráticas do nosso País; ao contrário, é um discurso que não serve ao processo-



lidação das instituições, simplesmente se aplica a um momento da vida nacional e termina produzindo efeito nos desavisados.

Nada tenho a indagar do depoente e não o faço por absoluta desnecessidade, porque indiscutivelmente o Dr. Antônio Ermírio de Moraes é uma figura destacada da vida brasileira, não apenas por suas qualidades morais, sobretudo pela importância que representa o Grupo Votorantim em nosso País. Em qualquer país do mundo, um conglomerado de empresas que fature 3 bilhões dólares por ano tem importância primordial dentro da economia de qualquer país ou de qualquer conjunto de nações. Portanto, nada tenho a indagar ao Dr. Antônio Ermírio de Moraes e cumprimento-o por estar aqui, prestando depoimento livremente, de acordo com a sua consciência. Tenho certeza que o Dr. Antônio Ermírio de Moraes não o faria de outra maneira à medida que expressa seu pensamento e informa a esta Comissão o que realmente sabe, o de que realmente tomou conhecimento. Não tenho o direito de duvidar da veracidade das informações que o Dr. Antônio Ermírio presta a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive na esteira das tradições de honra e de dignidade que lhe foram deixadas pelo seu saudoso pai e eminente senador, que honrou as tradições do Senado Federal.

O **SR. PRESIDENTE** (Benito Gama) - Muito obrigado Senador Odacir Soares. Concedo a palavra ao Deputado José Dirceu, do PT de São Paulo.

O **SR. JOSÉ DIRCEU** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, como introdução gostaria de deixar registrado que a maioria das constituições não protege o sigilo bancário, como a brasileira. Não é fato isso, principalmente as que aqui estão sendo apresentadas como modelo de democracia. Em segundo lugar, o próprio Presidente da República enviou a esta Casa uma emenda constitucional com restrições severas ao sigilo bancário. Porque não vejo como a economia brasileira, o sistema finan-



ceiro, o sistema tributário e a própria Justiça possam, no Brasil, nos próximos anos, atender aos preceitos constitucionais legais, convivendo com essa regra absoluta do sigilo bancário que temos. Os países que a mantêm, fazem-no com o explícito objetivo de se transformarem em praças e refúgios de especulação financeira e, respectivamente, de paraíso fiscal. Essa é a verdade universal, inconteste. Não vejo relação na posição de muitos dos Srs. Parlamentares, entre os quais me incluo, que seguem o que o Senador José Paulo Bisol tem dito ao País: que não vamos mais conviver com esse instituto que pouco tem a ver com os direitos e as garantias individuais, com a privacidade e com o sigilo de dados e se transformou, no nosso País, como a própria CPI demonstrou, num instrumento para o crime; essa é a verdade nua e crua que desabrocha, infelizmente, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada tem a ver com as tradições democráticas, ou não se trata de discurso de ocasião.

Com relação à presença do Dr. Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, nesta CPI, hoje, também estranho, porque há um discurso duplo por parte dos representantes do Governo. Uma hora afirmam que é um representante dos cartéis, inimigo da política econômica do Governo Federal, inimigo da abertura da economia, da privatização, da modernização da economia; e outra hora tecem elogios à figura do empresário, do homem público, do cidadão e da sua atividade empresarial. É preciso mostrar que nosso objetivo é bastante claro e direto. Os representantes das duas empresas nacionais que estiveram aqui, Dr. Antônio Ermírio de Moraes, da TRATEX e da CETENCO, na minha avaliação, inclusive para minha surpresa, deixam o empresariado brasileiro numa situação lamentável, para não dizer insustentável, porque, ou admitimos que houve uma contribuição ilegal das empresas, do ponto de vista da

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

1529

Secretário



legislação eleitoral, mediante da cessão de notas de serviços não prestados da EPC e que o recurso se dirigia a outras finalidades, ou entramos num caminho em que prevalece a hipocrisia, um discurso para a opinião pública. Porque é evidente que US\$ 238 mil podem, sem nenhum problema pessoal ou legal, ser cedidos a uma campanha eleitoral numa empresa do tamanho da Votorantim; basta, para tanto, 20 diretores executivos da Votorantim doarem, como pessoa física, à campanha eleitoral de qualquer candidato 10 mil dólares, que são aproximadamente os 200 salários mínimos permitidos pela legislação brasileira, como o Dr. Antônio Ermírio mesmo sabe, porque, pela declaração que fez, ao estudar a lei norte-americana, deve conhecer plenamente a nossa legislação, pois todos estamos estudando Direito Comparado nessa área, seja canadense, francês, americano, para resolvermos essa questão definitivamente, até a reforma constitucional.

Dr. Antônio Ermírio de Moraes, não quero sair dessa reunião com a mesma impressão sobre V.Sa. devido a sua vida, currículo, experiência e inteligência; não quero sair também com a impressão de que V.Sa. a par da experiência, da inteligência e do brilhantismo, afirmou-nos o mesmo que os outros empresários que estiveram aqui. Porque V.Sa. veio falar em nome do grupo Votorantim, ainda que cidadão brasileiro. V.Sa. não se informou com outros sócios proprietários, com os outros responsáveis do grupo, porque estamos falando de 238 mil dólares em moeda norte-americana, correspondente a 12 milhões, 640 mil cruzeiros da época, maio de 90. Não é o recurso, porque seria uma leviandade grande do grupo Votorantim permitir esse tipo de contratação de serviço porque, se foi feito isso, poderia ter sido feito 10, 20. Teríamos 4 milhões de dólares ou menos, 2 milhões de dólares. Por mais que o grupo Votorantim tenha um faturamento-mês de lucro bruto, se en-



tendi a afirmação de V.Sa., que seria cerca de 300 milhões de dólares ao ano, nenhum empresário permitiria, porque a sensação que os outros empresários nos passaram, as impressões que ficaram são no sentido de que eles simplesmente cometeram uma irresponsabilidade ou deram dinheiro para a campanha; em qualquer dos dois casos, resta-nos uma situação insustentável.

O Sr. Paulo César Faria, pelo que o Senhor afirmou aqui, alegou prestígio ao procurar o grupo Votorantim. O Senhor afirmou isso.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Acho que é implícito, na verdade.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Exatamente. É evidente.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - O senhor não vai dizer que não tinha conhecimento de que existia um Presidente da República chamado Fernando Collor de Mello.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor falou de RIMA. Não tem relação nenhuma com RIMA; a EPC não tem relação...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Apenas citei um exemplo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu compreendi perfeitamente que era um exemplo. Mas não há nenhuma referência entre RIMA, TEMAC ou qualquer empresa, ou mesmo a departamentos internos da Votorantim com a EPC, porque a EPC não tinha tradição, nome, experiência, corpo de assessores e nem subcontratou; a EPC já veio nos dizer, pela voz de terceiros - e estou informando ao senhor - que subcontratou. Sabemos que não existe isso na contabilidade da EPC. Ela não tem como prestar serviços técnicos de assessoria fiscal tributária, econômica, qualquer área que interesse às empresas TRATREX, CETENCO, Votorantim, Andrade Gutierrez, qualquer empresa. Não há como. A única explicação que pode haver para isso é a contribuição financeira das empresas.



Farias, para a campanha eleitoral de 89/90.

Acredito que o empresariado também sairá dessa experiência que o País está vivendo de uma forma ou de outra, e depois da contribuição desses empresários que estão vindo aqui. Por isso reitero a V.Sa. todas essas questões que ficarão suspensas no País e serão agora reproduzidas para milhões de pessoas ouvirem, porque temos o horário gratuito de rádio e televisão de 45 dias no Brasil; temos um relatório final até dia 26 da CPI; teremos seguramente um processo de **impeachment** que, pelo menos, dará entrada na Câmara dos Deputados; será lido, irá a uma comissão especial e o País debaterá a questão do financiamento da campanha eleitoral e o relacionamenmto entre as empresas e o Estado.

Eu gostaria que V.Sa. deixasse ao País, à posteridade e a esta Comissão, um depoimento que retratasse - e digo isso sem má fé - a história que o grupo Votorantim tem e a própria história de V.Sa., para que pudéssemos, depois desta CPI, eliminar totalmente no Brasil o que aconteceu com a EPC e as empresas, porque isso é um grão, mas são centenas de milhões de dólares, que envolvem as investigações da CPI; é todo um sistema político e uma estrutura de relação entre o capital privado e o Estado que está em questão.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Deputado José Dirceu, antes de mais nada, eu gostaria de esclarecer o que o senhor chamou de questão dúbia, porque, afinal de contas, logo no começo do governo Collor houve uma campanha muito firme contra oligopólios, cartéis, economias fechadas, má administração, ganância de lucros e outras coisas mais. Nunca o senhor me viu aqui neste Congresso, nunca o senhor viu meu irmão ou um enviado nosso neste Congresso pedindo a V. Exas. que nos dessem alguma proteção em nome da empresa nacional. Nunca! Na hora em



que reduziram dramaticamente as proteções tarifárias de 30% para zero, é evidente que houve um baque grande na área financeira. O senhor sabe disso; é um homem experimentado e sabe o que acontece. Outras áreas, via de regra as multinacionais, não tiveram esse mesmo tipo de tratamento. Até hoje, temos cerca de 50% de proteção aduaneira para fabricarmos automóveis. O setor de eletrodomésticos tinha 65%. Parece que baixou para 50% ou coisa parecida. Por que razão as matérias-primas, que são muito mais intensivas em capital, tiveram sua redução para 0%? O senhor há de ver que realmente nunca vim aqui para protestar. A nossa obrigação é cumprir com aquilo que foi determinado pelo Governo, pelo Executivo e pelo Legislativo, da melhor maneira possível. Houve um enxugamento dos nossos quadros. A situação chegou a ficar quase que desesperadora. Mas enfrentamos com tranqüilidade e, graças a Deus, com um pouco de competência, conseguimos sair da posição difícil que nos foi imputada pelo Executivo. Quero deixar isso bem claro para o senhor.

O senhor me pediu para relatar um pouco da história. Não sei se o senhor estava presente. Fiz um pequeno relato, Deputado José Dirceu, sobre o que era a Votorantim, em poucas palavras. Se amanhã os senhores tiverem interesse, posso receber qualquer um, independentemente de ideologia política. Recebo e mostro aos senhores o que é a Votorantim. Somos passageiros e a obra fica. Tenho a impressão de que a Votorantim sempre combateu. Sempre estivemos em concorrência com as grandes empresas estatais e principalmente com as multinacionais. A implantação de alumínio neste País foi algo dos mais difíceis da minha vida!

Consegui, no dia 16 de setembro de 1954, ter um acidente, na área química, quando fui queimado com soda cáustica e passei 45 dias de cama e 3 meses andando de muleta. O senhor nunca soube disso, não



é? E nem fui aos jornais para dizer essas coisas. Não tínhamos técnicos. Quando contratávamos um técnico do exterior, no dia seguinte as grandes empresas recontratavam o sujeito e mandavam doqueiros para nós. Isso foi um pouco da história da Votórantim. E não pense o senhor que foi uma história de facilidades; foi uma história de dificuldades. Mas é a dificuldade que forja o homem. Sou um homem, graças a Deus, forjado em dificuldades. Veio o Plano Collor, arrasou conosco. Tivemos, numa das grandes companhias, nossos títulos jogados em cartório. Fizemos composições e pagamos esses títulos. Para quem tinha um caixa de 500 milhões de dólares, naquela ocasião, e queria investir 1.5 bilhões de dólares até 1994, foi uma situação vexatória. Nunca vim reclamar isso aos senhores. Nunca pleiteei o retorno de um cruzado novo! Dei de cabeça para os senhores o que aconteceu. Foram 491 milhões de dólares seqüestrados na ocasião, no mês de março de 1990. Em abril, o Governo permitiu que se sacasse dinheiro para pagar imposto de renda e folha de pagamento. Foram 89 milhões de dólares.

Seis meses depois, foi feito um leilão único, pelo Dr. Ibrahim Éris, que era um deságio brutal. Tivemos que tomar dinheiro para um deságio brutal para poder manter nossas expansões, que, graças a Deus, foram todas terminadas. Todas! O dia que o senhor quiser visitar, a 300 Km de Brasília, o senhor vai ver a Companhia Tocantins. Expansão feita só com recursos próprios; só com recursos próprios! Nunca vim aqui reclamar do senhor ou de qualquer outro Congressista. Deixei os senhores totalmente à vontade com relação ao nosso grupo. Nunca fiz nenhuma reivindicação. Como disse ainda aqui: nunca houve "troco"! Se alguma coisa demos, nunca pedimos troco! Pelo contrário; o troco que recebemos foi este: a redução das tarifas de maneira drástica. O que me causa uma certa espécie e que quem pede troco não vem aqui na CPI.



O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor está se referindo a quem, Dr. Ermírio?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - O senhor lê, o senhor sabe melhor do que eu. Alguém que teve conversa de telefone gravada e que disse: "Bom, eu dou, mas quero o troco! "Não fui para Alemanha, nem fugi. Estou aqui, para responder perante os senhores a verdade nua e crua do a quem doer! Não fujo! Sei da minha responsabilidade e sei da pressão que isso causa dentro do meu íntimo. Mas estou aqui para prestar uma declaração como brasileiro, porque me julgo razoavelmente responsável.

Como disse ao senhor no começo, não sou nenhuma vestal; não sou nenhuma prima-dona; sou um homem igualzinho aos senhores, com qualidades e defeitos, mas procuro agir corretamente. Jamais disse que sou correto; procuro agir com correção; procuro agir com honestidade e cabe ao povo julgar se sou desonesto ou correto. Mas luto, sacrifico a minha vida em família para ter um nome honrado.

Entretanto, errar é humano. Pensar que nunca errei na vida seria um engano. Não estou aqui para mentir a V. Ex^{as}, é claro que erro! A experiência é realmente uma seqüência de erros. Quando os homens têm um certo preparo apenas erram uma vez; procuram não errar a segunda vez.

Todos os nossos investimentos, Deputado José Dirceu, são praticamente realizados com 100% de capital próprio. Dentro do grupo Votorantim, V. Ex^a pega duas áreas novas que foram realizadas com financiamento do BNDES: a CEPAF, onde está o Luís Antônio, que tem 15% do dinheiro empatado, que são 652 milhões de dólares já investidos na FELPASA(?) até o mês de junho de 92, dos quais 109 milhões de dólares foram do BNDES. Esse contrato foi assinado no final do Governo José



Sarney; e o contrato com o BNDES, antes mesmo do Presidente Collor tomar posse, não tenho bem a data. E a CITROVITA no campo de laranja, que tem um pequeno empréstimo no BNDES.

No caso das áreas que administro - Companhia Brasileira de Alumínio, Companhia Níquel-Tocantins, Companhia Mineira Metais, Siderúrgica Barra Mansa, Indústria e Comércio Metalúrgica, fábricas e fábricas, bens e capital - tudo é feito exclusivamente com 100% de recursos próprios, com dificuldades hercúleas, mas com recursos próprios.

É isso que queria declarar a V. Ex^a, Deputado José Dirceu. Não pense V. Ex^a que vim aqui para dizer que sou um anjo, que V. Ex^a precisa mandar um telegrama ao Papa para me canonizar, nada disso. Sou um ser humano igualzinho a V. Ex^{as}, que sente dificuldades, que tem qualidades e defeitos, mas que procura resolver sem molestar a área Legislativa e Executiva. Dificilmente venho a Brasília. No Governo Collor, se mantive entrevista com alguém foi exatamente com o Secretário das Minas e Energias, porque é nessa área que mais toca o grupo Votorantim. E isso foi uma única vez, não mais. Procuro resolver meus problemas independentemente do Executivo.

E estou aqui para resolver e não para criar problemas para V. Ex^{as}. E a prova mais correta do que estou falando é que nunca vim ao Congresso Nacional, o que é lamentável, pois gostaria de conhecer V. Ex^{as} mais profundamente - seria muito importante! Mas não venho porque - já disse - detesto lobismo, não aceito lobismo e é preciso que cada um vença por seu valor e não por aquilo que possa influenciar. Respeito muito os legisladores. Recebi essa orientação do meu pai e sigo-a rigorosamente. Era o que tinha a informar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, para concluir, gostaria de propor que a Comissão Parlamentar de Inquérito, através da Sub-Relato-



ria, que ouviu o ex-Deputado Sebastião de Moura, chamado de Curió, convoque para depor o Diretor da Empresa Mercedes-Benz, Dr. Scheuer, Presidente da ANFAVEA, para que nos preste esclarecimento a partir do depoimento do Sr. Sebastião de Moura Curió. Até porque, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Antônio Ermírio de Moraes, é assacada, muitas vezes, contra a Comissão Parlamentar de Inquérito (não estou referindo-me a V. S^a) várias omissões, ausências de iniciativas que são inverídicas.

Nesta Casa existe uma CPI da VASP. A Comissão Parlamentar de Inquérito exigiu que o Presidente do Senado e da Câmara solicitasse ao Deputado Augusto Farias que expusesse publicamente cheques de Parlamentares. A Presidência, a Vice-Presidência e a Relatoria expuseram ao País, ontem, todo o conteúdo - evidentemente, dentro do sigilo bancário, que temos que respeitar por ser constitucional - com relação aos famosos cheques dos Parlamentares. Mesmo aquilo que se afirmava que os empresários não seriam ouvidos nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, porque não teríamos coragem política e independência para fazê-lo; todos os fatos desmentiram isso, pois a Comissão Parlamentar de Inquérito pode ter muitos defeitos e ter cometido muitos erros, mas ela não compactuou, de nenhuma maneira, não deixou de investigar nenhum fato relevante.

Por isso compreendo a situação de V. Sa. e tomo seu depoimento como uma retratação perante a Nação de um procedimento, como V. Sa. mesmo disse, um erro. E espero que o País se reencontre, a partir desta CPI, com relação a essa questão do relacionamento, não do Estado com a empresa privada, como é o caso da Votorantin, mas dos financiamentos das campanhas eleitorais.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 1533
Secretário



O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Apenas uma ressalva, Deputado José Dirceu, é que esse erro não foi executado na minha área.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Entendi perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Deputado José Dirceu. Tem a palavra o Deputado Roberto Jefferson, do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, Srs. Congressistas membros da CPI, estou ouvindo Parlamentares afirmar que o Brasil detém, como uma caixa inviolável, como um casulo, o sigilo bancário. Quer me parecer que a afirmação defrauda a verdade, porque nós, na CPI, já devassamos oitenta pessoas no seu sigilo bancário. Há decisões da CPI que, por ouvir dizer, um Parlamentar da CPI soube que um banco, BMC, no mês de maio de 91, teria sido utilizado pelo Sr. Paulo César Farias para "lavagem de dez milhões de dólares" (foi a expressão usada), e a CPI decidiu quebrar o sigilo bancário do BMC em todos os seus correntistas para ver se o Sr. Paulo César Farias estaria entre aqueles que ilegítimamente haviam comprado os títulos em deságio da dívida externa do País.

Já se somam oitenta pessoas, entre físicas e jurídicas, sendo investigadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Fora esse montante, que deve ser enorme de pessoas do BMC, nós não sabemos nem quantas são, que estão tendo sua privacidade devassada, mesmo os inocentes porque, por ouvir dizer, um Parlamentar que o Sr. Paulo César havia lavado dólares na conta dos títulos da dívida externa do País.

Parece-me que a acusação contra o dispositivo constitucional não é séria! O que está vendo é a quebra do sigilo na divulgação dos segredos. Porque o sigilo bancário pode ser rompido a requerimento de autoridade policial, por requerimento do Ministério Público, por decisão da Justiça, por decisão do Plenário da Câmara, do Senado e, por



maioria absoluta dos membros da CPI, segundo reza o § 4º do art. 38 da Lei do Sistema Financeiro Nacional .

O sigilo bancário não é absoluto. Ele pode ser rompido. O que me parece é a necessidade de se colocar para fora o segredo das provas obtidas pela CPI. Mas para quê? Nenhum sigilo bancário na CPI resistiu a duas horas de noticiário. Nenhum! Ontem chegaram aqui os cheques desse Sr. Bonfim e já está no jornal hoje. D. Rosane recebeu X, Torim recebeu X, Ferreira Neto recebeu Y. O que se quer revogar é o sigilo da responsabilidade das contas já devassadas pela CPI. Isso é nítido porque o sigilo se rompe por decisão do Plenário da CPI.

O que eu não acho correto, e é uma reflexão que a Nação vai ter que fazer, é esse "cepeísmo" que tomou conta da Casa. Nós estamos vivendo um "cepeísmo", saímos de um estado policial, das cavernas da repressão, onde a escuta telefônica era uma ação permanente e que o SNI se encastelou dentro da Receita Federal. A sede do SNI eram as agências da Receita Federal em todo o País. De repente, esse estado policial é superado, o SNI é extinto, e o Congresso passa a fazer esse papel de um Congresso Policial.

Investigar crime em conta bancária, tudo bem! Mas negócios? Ninguém pode ser processado criminalmente duas vezes pelo mesmo delito. Estou ouvindo dizer da VASP, uma CPI paralela que se faz aqui, após já ter havido um inquérito em São Paulo com a mesma CPI. O que me entristece é que o autor do requerimento da CPI da VASP confessa, naquela fita que recebi e dei à Presidência da Comissão para que o PT pudesse tomar as providências legais cabíveis, é um Deputado que diz, o Sr. Filinto, ao Sr. Tony Garcia que tentou extorquir dinheiro da VASP pra não fazer a CPI. Mas não deram o dinheiro a ele, e ele coletou as assinaturas e fez a CPI. Quer dizer, comissário de polícia se tornou



uma moeda de troca.

É importante que a sociedade reflita no que está vendo. Há um tal de Conceição, um doleiro paulista, que tem quatro mil cheques na conta. Vamos dizer que o PC tenha mil; três mil inocentes estão sendo devassados. Nós estamos saindo de um estado policial para um Congresso policial. O "cepeísmo" paralisou as atividades da Casa. Hoje há em curso 27 Comissões Parlamentares de Inquérito. Com relação á VASP, já há pedidos do PT, aprovados no plenário da CPI, de quebra de sigilo das empresas do Sr. Canhedo, da WADEL, da VIPLAN, da VASP. Por quê? Crime ou uma investigação comercial de uma atividade de privatização?

Se o Congresso vai usar o sigilo bancário para punir a classe empresarial nos negócios que faz, estamos caminhando na contramão da história. A divulgação do sigilo bancário é uma outra tese a ser discutida, mas não me parece que ela tenha incomodado muito esta CPI. Tudo foi para o jornal. Tudo. Basta ler os jornais de hoje. Chegou o cheque do Bonfim hoje e já está tudo no jornal; até com retrato de quem recebeu e quanto recebeu.

Sr. Presidente, o que não podemos fazer nesta Casa é manter a estrutura extinta do SNI. Hoje, antes de se ouvir qualquer pessoa, qualquer testemunha, vota-se neste Plenário a quebra do seu sigilo bancário. O Eriberto falou, sai uma diligência ilegal ao Bancesa, em São Paulo, de busca e apreensão em estabelecimento de banco comercial privado para fazer apreensão de extratos que já foram publicados nas revistas. Ilegal!.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Interrompo V. Ex^a para dizer que não houve busca e apreensão em São Paulo. Eles foram buscar documentos...



O SR. ROBERTO JEFFERSON - Pelo que li... Sr. Presidente, tenho feito uma análise profunda das notas taquigráficas desta Comissão. Estou utilizando uma expressão utilizada pelo chefe da diligência: "busca e apreensão"; está lá nos autos. Então, me parece que a linguagem...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - V. Ex^a tem que ver o documento que a Presidência assinou, foi a requisição de documentos.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não poderia ter sido feito a estabelecimento comercial diretamente, Sr. Presidente, mas apenas através do Banco Central. É uma discussão que não quero fazer aqui. Não quero fazer a discussão da legalidade da obtenção da prova. Não quero trazer essa discussão, ela será feita mais para frente em outros tribunais.

Sr. Presidente, o que estamos assistindo aqui? Há um parlamentar cujo discurso, todos os dias, é contra o Roberto Marinho. Já pediu a quebra de sigilo da Fundação Roberto Marinho e das demais empresas. Virou moda! Virou moda nesta Casa uma atitude que era da competência do SNI: praticarmos aqui um Congresso policial. Acho que vamos ter que refletir muito sobre as próximas comissões parlamentares de inquérito nesse sentido e nessa diretriz.

Sr. Presidente, no que toca ao depoimento que vem fazendo o Dr. Antônio Ermírio de Moraes, queria dele uma primeira resposta para uma dúvida que ainda tenho. Esses contratos com a EPC ou as empresas do Sr. Paulo Cesar Farias foram contratos verbais ou escritos? E se as empresas do grupo Votorantin receberam uma contraprestação de serviço escrito, algum documento escrito, algum trabalho realmente formulado e entregue às empresas do Dr. Antônio Ermírio de Moraes, sob sua superintendência.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fis. 1535

Secretário



O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Deputado Roberto Jefferson, quero dizer a V. Ex^a que, em primeiro lugar, faço questão de fazer uma distinção. Nas empresas que administro não houve contrato de espécie alguma. O que houve foi: posteriormente ao meu depoimento na Polícia Federal fui saber o que havia acontecido, houve foi um adiantamento de sinal por conta de serviços que seriam prestados pela EPC para aquelas firmas que naturalmente contribuíram com esses US\$ 216 mil para a firma EPC. Tomei conhecimento do nome EPC na Polícia Federal. A Votorantim é administrada com departamentos estanques, a não ser na parte financeira, onde temos vasos comunicantes. Quando uma fica apertada, via de regra, há aumentos de capital na outra para que se possam sanar as dificuldades financeiras.

O **SR. ROBERTO JEFFERSON** - Presidente, gostaria de ouvir do Dr. Antônio Ermírio, mais especificamente: os contratos foram verbais ou escritos? Não sei a contraprestação de serviços... V. S^a disse que não houve. Os contratos...

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Havia uma promessa de contrato escrito. Foi dado - V. Ex^a veja que esses US\$ 216 mil, em relação ao que os outros forneceram, é uma quantia muito pequena - apenas um sinal para formalização do contrato escrito. Mais nada.

O **SR. ROBERTO JEFFERSON** - Dr. Antônio Ermírio, esse trabalho foi feito contra prestação de nota fiscal?

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Foi. Todas elas estão aí.

O **SR. ROBERTO JEFFERSON** - Essas notas fiscais foram contabilizadas na sua empresa?

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Sim, Ex^a. Inclusive, a Polícia Federal esteve ontem na Votorantim dando busca de todas essas notas fiscais. E exigiu que se mandassem à Polícia Federal todos os de-



poimentos, os lançamentos contábeis que foram realizados.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então, elas foram lançadas?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Sim, Ex^a. Aí é que entra a grande dúvida. Se há uma prestação de serviços com nota fiscal, como é que posso amanhã justificar uma prestação de serviço à Contadoria da firma? Se não houver uma nota fiscal e dizendo: o contrato será elaborado? Como já disse e admiti aqui, fomos, talvez, precipitados, porque, na minha área, eu exigiria desta maneira: em primeiro lugar, para qualquer dinheiro que fosse dado antecipadamente, exigiríamos uma fiança bancária. Mas, evidentemente, por uma questão de respeito à pessoa que dizia naturalmente: "Eu conheço o Senhor Paulo César Farias..." Foram três minutos de contato com ele e nada mais.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, não tenho mais nenhuma pergunta a fazer. Agradeço a V. Ex^a e ao Dr. Antônio Ermírio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, gostaria de fazer três perguntas muito objetivas. Quero deixar claro isso; as respostas estão implícitas. Vamos, de qualquer maneira, deixar isso bem gravado. O setor competente - acredito que não tenha sido V. S^a que promoveu essa contratação de serviços, mas o Senhor está informado e mais ou menos declarou isso - do Grupo Votorantim que V. S^a integra, ao contratar a EPC levou em conta o fato de que o Sr. Paulo César Farias tinha trânsito e prestígio dentro do Poder Executivo?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Isso é implícito.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sua resposta é afirmativa. Então, o setor competente do Grupo Votorantim foi informado de certa



maneira - ao acreditar que a EPC poderia prestar bons serviços?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - De pleno acordo. V. Exa. há de convir que seria profundamente desonesto, ou antipático pelo menos, um grupo do tamanho da Votorantin não prestar, ou pelo menos se dispor a prestar, serviços no sentido de industrializar um dos Estados mais pobres da Nação brasileira, que é, justamente, o Estado de Alagoas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Perfeito. Para concluir, dessa operação resultou - evidente, porque não houve contraprestação de serviço - prejuízos à Votorantim?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Claro e evidente.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Dr. Antônio Ermírio de Moraes, temos no mínimo uma identificação: não gostamos de **lobby**. Ouço muitas pessoas, inclusive Deputados e Senadores, sustentarem que o **lobby** é inerente à democracia parlamentar. Mas creio que a pressão social é que é inerente à democracia parlamentar

E **lobby** não se confunde com pressão social. **Lobby** é pressão corporativa, ou de grupo, ou de interesse individual. Realmente, creio que é um dos fatores de desagregação de todas as democracias e, marcadamente, da nossa. Temos essa identificação. Formularei algumas perguntas, Dr. Ermírio, a partir de um critério. Sem esse critério, as perguntas talvez não possam ser compreendidas. Formularei perguntas, tomando o senhor como um caráter paradigmático da sociedade brasileira.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Eu não faria isso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Preciso fazer isso. Considerarei V. S^a um homem de produção. Tenho o meu cachimbo, "entorta boca", tenho



aquele viés do marxismo, diria, ainda, como o falecido Marx, que podemos nos dirigir a uma Nação e dizer a ela assim: - Diga-me qual é a tua produção, como produces, e te direi quem és." É nesse sentido que quero dizer que o senhor é um homem paradigmático: como um homem de produção. E V. S^a também o é como um cidadão brasileiro, porque o senhor saltou da esfera financeira - a da produção - para uma esfera mais sócio-política, onde representa um papel exemplar.

A primeira pergunta que lhe formulo é relativa à nossa ética. Se não sairmos daqui com uma modificação substancial no nosso modo ético de nos relacionarmos com os outros e as coisas, não adiantará nada isso aqui, nem punindo. Isso é que é importante. Temos que sofrer - todos nós, não os outros - uma transformação ética substancial. Temos que ser atingidos na nossa intimidade, enquanto centro de observação, sagrado e individual.

Pergunto-lhe algo a respeito do que seja o conflito moral. Entendo que o verdadeiro conflito moral é um conflito entre princípios morais, nunca o é entre um fato e um princípio - esse não é propriamente um conflito moral. Este ocorre quando, de repente, sobre um mesmo fato, incidem dois princípios diferentes. O exemplo que Kant dava, se não me falha a memória, era este: "Imaginemos um menor que esteja passeando à beira de um rio caudaloso com um amigo de mesma idade. Esse menor é bem educado e tem o princípio ético de que deve obediência a seu pai. Esse menor é um grande nadador. O outro, o que o acompanha, é um mau nadador. E esse, o que nada mal, diz assim: "Vamos nos banhar no rio?" E aquele diz: " Não, esse rio é muito caudaloso e meu pai me proibiu de entrar nele". "Ah, mas eu vou!

E o menino que nadava mal foi. Logo, a correnteza, por ser caudalosa, levou-o e ele gritou por socorro. O menino que estava à beira

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

1537

Secretário



do rio, o que sabia do valor do princípio ético da obediência ao pai, também sabia o valor ético do princípio de salvar a vida alheia quando está ao seu alcance. Ele ficou para resolver a questão ética entre: desobedecer um princípio e obedecer o outro. Ele desobedeceu o princípio da obediência ao pai: atirou-se na água e salvou seu amigo. Quer dizer, o conflito ético ocorre quando dois princípios éticos, simultaneamente, incidem sobre um fato, e um deles é etico-axiológico, ou eticamente superior ao outro. E procedemos bem eticamente nessa circunstância quando sabemos escolher o princípio. Farei uma pergunta a V. S^a crucial, porque o senhor é um paradigma, como cidadão e como homem de produção. Entre o princípio da visibilidade do poder, que é um direito da sociedade e da cidadania, e o princípio individual do sigilo bancário; de que lado V. S^a fica?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Tentarei responder a V. Ex^a, porque sua pergunta não é fácil. Em primeiro lugar, não acredito em sigilo bancário. O Deputado José Dirceu disse aqui: "Tenho certeza que todo o PT conhece perfeitamente bem as nossas contas bancárias, sem exceção, tranquilo. Não tenho a menor dúvida sobre isso. O senhor tem alguma dúvida? Está respondido a V. Ex^a. Tenho muito apreço por V. Ex^a e já o escutei em programa de televisão. V.Exa. não anda vendo demais o programa "Você Decide?" da TV Globo? Sinceramente, creio que comportamento ético todos temos obrigação de ter, não estamos fazendo qualquer favor; esse comportamento é o princípio do homem, de uma nação. Não tenho nenhuma restrição quanto à quebra de sigilo bancário, quando se procedeu mal. Creio que é um direito que V. Ex^{as} têm e é preciso agir dessa maneira. Se amanhã houver suspeita, o sigilo bancário deve ser quebrado. Agora, isso não existe. Sigilo bancário é **pro forma**. O PT sabe todas as minhas contas bancárias uma por uma, até me-



lhora que eu, e é capaz de me corrigir. Não vejo nenhuma objeção nisso, pelo contrário. Não tenho objeção contra a quebra de sigilo bancário, desde que, naturalmente, exista um crime imputado à pessoa que deve ser responsabilizada. É uma defesa que o Congresso Nacional tem. Como se pode fazer de outra maneira, se não houver a quebra do sigilo bancário? Respondi a sua pergunta?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Respondeu. Mas estamos com uma questão que transcende isso. O que está acontecendo tem que ser assimilado e apreendido pela sociedade brasileira, pela cidadania brasileira.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - O processo democrático, entendendo-o como um processo lento. Infelizmente não é um processo que possa ser implantado por decreto. Democracia é educar. Tem-se que educar o cidadão com responsabilidade. A primeira prioridade do Brasil tem que ser educação. Temos que educar, pois sem educação não há democracia que possa sobreviver. Se somos homens...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas a educação não é só das escolas. É, inclusive, desta CPI, mostrando para a sociedade brasileira como ela é, para que nossos filhos possam transformar essa sociedade, se nós estamos sendo incompetentes em transformá-la. É ou não verdade?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Claro, que sirva de exemplo para as futuras gerações. Não sou contra isso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Farei uma pergunta ainda tendo V. S^a como um cidadão paradigmático e um homem de produção paradigmático. O senhor conhece esse homem chamado Najun Azario Flato Turner?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Nunca ouvi falar desse cavalheiro.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas, pela imprensa, V. S^a o conhece?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Sei que ele é doleiro.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 1538
Secretário



O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Então, o perfil que a imprensa lhe deu desse cidadão é de que ele é um doleiro. É uma pessoa que caminha **en el negro**, como se diz no Uruguai.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Compra ouro... Tenho a impressão que esse é daqueles homens que vivem e ninguém sabe que existe. É muito comum isso no Brasil.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor avalizaria, uma nota promissória ligada a um negócio em que esse cidadão tivesse ingerência?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - De maneira alguma.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor confiaria 300kg de ouro esse cidadão?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - De jeito algum.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor confiaria US\$ 3 milhões a esse cidadão?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - De jeito algum.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor confiaria a conta da secretaria do Presidente, que o senhor sabe que é a conta do Presidente, confiaria o suprimento dessa conta a um cidadão chamado Najum Nazário Flater Turner? O senhor acredita que isso é coisa da vida ou da ficção barata?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não posso dar uma opinião sobre a vida particular de um indivíduo. Mas, pelo que conheço, pelos dados que tenho, esse cavalheiro não merece muito respeito. E, se não merece respeito, não confiaria nada a ele, sequer que levasse minha mulher para passear.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Dr. Antônio Ermírio, continuo perguntando ao cidadão paradigmático e ao homem de produção paradigmático. O Senhor aceitaria ver sua conta suprida por pessoas estranhas e desco-



nhecidas? Poderia passar despercebido isso?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Nunca.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Por exemplo, se meu amigo Dantas começasse a depositar dólares, valores pesados em sua conta. Se meu amigo Jurandir, esse fantasma; se meu amigo Maurício começasse a aparecer na sua conta, o senhor ficaria tranqüilo?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não é o Senador Maurício Corrêa. (Risos)

Dr. Antônio, o senhor ficaria preocupado e tiraria a limpo?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Claro que ficaria, é evidente. Teria um enfarto do miocárdio se isso ocorresse. (Risos)

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Se o senhor estivesse em situação delicada, como está o Sr. Cláudio Vieira, e se tivesse a ver com um contrato que o senhor tivesse assinado com outra pessoa, e se o contrato original dele estivesse lá fora, mas nesse contrato existisse uma cláusula que dissesse que o foro das questões emergentes do contrato é o foro da sua terra, para acabar com as dúvidas, o senhor não entraria com uma ação em Maceió, para que fosse exibido documento e toda a sociedade ficasse sabendo que ele é autêntico?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Era o mínimo que tinha que ser feito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É o mínimo que uma pessoa decente tem que fazer; é ou não é, meu caro Dr. Antônio Ermírio de Moraes, cidadão paradigmático e homem de produção paradigmática? É a sociedade que está respondendo na sua palavra.

O senhor, (risos)... se criasse um fantasma, alegaria o direito desse fantasma ao sigilo bancário?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 1538 - A
Secretário



O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não acredito em fantasmas.

(Risos)

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor tem recebido notícia dos financiamentos do PC Farias a parlamentares; claro, a imprensa está falando sobre isso.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Exato. Fala-se.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Preciso tocar nesse assunto, Sr. Presidente; peço que V. Exa. me dê uma dilação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Para esse assunto, V. Exa. tem todo o tempo necessário.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Quem está lidando com esse problema dos cheques não somos nós; não temos nada disso, com uma exceção e aquelas duas que o Curió trouxe em seu testemunho; mas temos US\$ 3 milhões em cheques ao portador.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Nossa Senhora! (Risos)

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Os cheques são assim: José Carlos Bonfim emite; José Carlos Bonfim é o portador e José Carlos Bonfim endossa.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Polivalente, não é? (Risos)

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor sabe que um cheque desse é a volta ao cheque ao portador. Se o que recebe o dinheiro não é ingênuo a ponto de depositar esse cheque na sua conta, sai o dinheiro na boca da caixa, não é isso?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Claro.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Isso significa que não temos condições de afirmar que esse dinheiro não beneficiou parlamentares; só podemos afirmar que em nome dos parlamentares, não existe isso, não é verdade?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Sim.



O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A Nação enfrenta uma situação dura e não podemos ter consideração sequer por parlamentares; não pode haver **esprit de corp**. Temos que ir a fundo; não temos mais tempo, mas certamente a Procuradoria-Geral da República vai esclarecer se for possível fazer uma investigação em torno disso. E da mesma forma que o Congresso está envolvido, os empresários também estão. O senhor não acha que chegamos num momento tão lindo e tão angustiante da nossa história, e que todos deveríamos dizer: - É verdade, vamos ver se esclarecemos essa situação; quem são os Deputados. E os Deputados vêm e dizem que não é necessariamente desonesto ter recebido dinheiro do PC - até pode ter sido honesto. Mas as pessoas, os empresários têm que esclarecer.

Vou lutar para que essa questão - assumo esse compromisso aqui - se esclareça; além dos limites da CPI vou lutar, para que fique esclarecida a participação dos Senadores e Deputados. Vou fazer a luta possível.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Senador, vou interromper V. Exa. para informar que assinei ontem um expediente ao Banco Central, requerendo os nomes dos beneficiários desses cheques que V. Exa. está mencionando.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sei que V. Exa. está objetivamente interessado em esclarecer isso, que também acontece com o Relator e todos os nossos companheiros.

Mas o senhor não poderia encaminha-nos um relatório, reunindo os seus companheiros do **holding**, e mandar um relatório informando como entrou esse dinheiro e em que circunstâncias? Todos os detalhes. Como chegou ali? O senhor nos enviaria esses dados até o dia 11?



O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Eu perguntaria ao Senador José Paulo Bisol: V.Exa. não tem os depoimentos de todos os diretores na Polícia Federal? Todos os diretores foram ouvidos pela Polícia Federal. Ali V.Ex.^a tem o resumo de tudo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas a CPI não tem isso.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A CPI tem todo o documento.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Se o senhor puder fazer essa gentileza, seria também uma homenagem; eu o considero um cidadão paradigmático. Eu apelaria ao senhor no sentido de que nos mandasse esse relatório. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - V.Exa. está pedindo ele que encaminhe o da Polícia Federal?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Somente o que diz respeito a essa pequena quantia, porque ela pode ser pequena, mas pode ser paradigmática para interpretarmos as outras.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Senador José Paulo Bisol, o que eu disse a V.Exa. foi exatamente o que fui informado depois do meu depoimento na Polícia Federal. Eu não sabia da existência dessa firma. E perguntei naturalmente: Por quê?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas os outros diretores têm mais dados.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Mas os dados são exatamente esses, baseados nesse relatório de investimento do BNDES no Estado de Alagoas. Até relatei que, naquela ocasião, era Governador de Estado o Presidente Collor que resolveu me visitar. Foi quando me conheceu pessoalmente e me fez um convite para que fôssemos Alagoas, para que fizessemos algo ali, porque era um Estado pobre. Isso me pareceu razoável. Depois de eleito, apareceu o interesse nesse sentido, de fazer



alguma institucionalização no Estado de Alagoas. Tenho o relatório do BNDES que comprova isso. Praticamente é isso. Esse relatório é de 1986. De 1986 para cá, não tenho feito nada em Alagoas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Esse relatório o senhor vai entregar?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Perfeitamente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor me desculpe. Estou satisfeito.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Absolutamente. V.Exa. sabe, Senador José Paulo Bisol, estou à sua disposição. Não estou aqui para ficar apenas 15 ou 30 minutos. Enquanto V.Exas. não estiverem satisfeitos...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor já negociou com o Banco Rural, Bancesa e BNC?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Nunca, nunca.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não que eles não mereçam crédito. Não houve oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Antônio Ermírio, durante todo esse processo da convocação até agora, o Presidente da Comissão cometeu alguma violência contra o senhor?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Nunca, pelo contrário, foi de uma delicadeza total. Eu mantive contacto telefônico com o Presidente da Comissão exatamente duas vezes quando me convidou para depor na CPI. E eu disse: vou com muito prazer. S.Exa. informou que ia marcar uma data e me avisaria. Disse-me, então que iria marcar na sexta-feira às 10h. Foi isso o que aconteceu e mais nada.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

1540
1º.
Secretário



O **SR. MÁRIO COVAS** - Na indagação do Relator, ele o constrangeu de alguma forma?

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Absolutamente. Eu acredito que quem não deve não teme. Não constrange. As perguntas do Senador José Paulo Bisol não me constrangeram, porque, se realmente eu conhecesse um homem com todos esses quesitos, doleiro, contrabandista, negociante de ouro etc., eu o manteria longe. S. Exa. não me constrangeu, absolutamente.

O **SR. MÁRIO COVAS** - Os funcionários da Comissão exerceram algum tipo de violência contra o senhor?

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - De jeito nenhum. Absolutamente.

O **SR. MÁRIO COVAS** - O senhor não se sentiu interrogado pelo SNI?

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Não.

O **SR. MÁRIO COVAS** - Eu confesso que, depois da intervenção do Deputado Roberto Jefferson, comecei a me sentir mal. Em geral, quando se trata do SNI, eu sempre fui interrogado, nunca o interrogador.

A mim me parece que esta Comissão tem agido, seja no seu caso, seja em qualquer outro caso, rigorosamente nos limites do que o bom senso indica e do que as prerrogativas, e mais do que as prerrogativas, os deveres que o Parlamento impõem.

Vou tomar a liberdade de contar um fato aqui. Não tive muitas oportunidades de fazer isso, e acredito que seja o momento adequado. Talvez nada tenha a ver com a Comissão, mas faço questão de fazê-lo, porque hoje ganhei credenciais para fazer um elogio público a V. Sa. Na última eleição em São Paulo, V.S.^a disse que o único candidato a governador que não votaria era em mim. De forma que isso me permite fa-



zer esse elogio com absoluta...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não era o único. Pelo amor de Deus, Senador! (Risos)

O SR. MÁRIO COVAS - Quando eu assumi a Prefeitura de São Paulo - isto ocorreu no dia 10 de maio de 1983 - exatamente no dia 30 de maio recebi um telefonema, por volta de meia-noite, estava um jornalista comigo no gabinete, de um dos bairros mais periféricos de São Paulo - São Miguel -, onde V. Sa. comanda uma fábrica, que é a Nitroquímica - que foi a origem daquele bairro. A fábrica fica à beira do rio Tietê, quase na Varga, mas em função da própria fábrica, a região cresceu muito. Antigamente passava um filete d'água ali. Dentro da fábrica havia uma galeria, de seção oval, que conduzia aquela água. Hoje passa ali um rio caudaloso - o Itaquera -, que recebe pelo menos um metro cúbico por segundo de esgoto, que remontam às COABs.

Tradicionalmente ocorriam enchentes no bairro que se formou, que se chama Vila Nitro-operária. Lá, as casas ainda marcam hoje a altura da água, que chegava a atingir dois metros, quando a enchente ocorria.

Cheguei lá - saí imediatamente da Prefeitura com esse jornalista e fui ao local -, onde me esperava o administrador de São Miguel e parte do povo que àquela altura tinha se levantado devido à enchente que havia. Saí dali e pedi para alguém da Nitroquímica me procurar no dia seguinte na Prefeitura.

No dia seguinte, realmente, dois engenheiros estiveram na Prefeitura, e exatamente quatro dias após a Nitro, por determinação do senhor, com quem até então não tinha tido nenhum contato pessoal...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É verdade, foi o primeiro contato telefônico mantivemos.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

1541

Secretário



O SR. MÁRIO COVAS - A Notroquímica, por determinação do senhor, fez uma cessão em comodato à Prefeitura de quarenta metros da fábrica, o que permitiu um canal passar por dentro dela, alargando a passagem e evitando aquele ponto de enchente. Isso implicou, inclusive, na derrubada de construções de dentro da fábrica, e para mim pareceu um gesto de profunda convicção social. Não se tratou nem de desapropriação, é uma cessão em comodato por quarenta anos, que, portanto, não custou ao povo nem um tostão. Foi talvez a primeira obra de contorno social que pudemos tocar na Prefeitura, eu diria, de caráter ou de dimensão respeitável. Isso me fez ter um profundo apreço por V. Sa., apreço que posso declarar neste instante, volto a insistir, porque em determinado instante, na última eleição, V. Sa. me fez uma referência - o que está no exercício de sua cidadania. Não tenho nada a reclamar sobre isso, mas talvez que não tivesse feito eu não me sentiria à vontade para dizer isso aqui, pareceria talvez um agrado desnecessário. Mas como nunca tive uma oportunidade pública de dizer isso, fiz questão de dizê-lo agora. Isso mostra como vejo V. Sa. do ponto de vista da sua relação com a sociedade, do ponto de vista da sua relação não apenas como empresário, mas também da sua visão de natureza política em relação à cidadania.

Eu gostaria de falar do caso concreto.

Sabemos da conta que o conglomerado Votorantim fatura - 3 bilhões de dólares por ano -, e que o lucro é tradicionalmente o equivalente a um mês de faturamento, ou seja, 250 milhões de dólares por ano; e que V. Sa., ou que as empresas fizeram algo que é uma gota d'água nesse oceano: um contrato de 200 mil dólares, portanto, menos um pouco do que 0,1% do lucro, não é nem do faturamento. Isso não tem essa expressão. Do ponto de vista financeiro, sem dúvida, o argumento



é inteiramente aceitável. Mas V. Sa. nos conta que esse contrato foi feito - confesso que não entendi bem no final, eu gostaria de editar isso -, ao lhe perguntarem se esse contrato estava escrito, V. Sa. respondeu que isso foi um adiantamento, e aí não entendi se foi um adiantamento por conta de uma assinatura de contrato que se faria posteriormente, ou se foi um adiantamento como constava num contrato assinado.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Só fui saber disso posteriormente e confesso que até parei para poder responder corretamente a V.Exa.

Creio que foi um adiantamento feito por conta de um contrato a ser assinado. Mas, nesse meio termo, tínhamos que receber pelo menos os primeiros quesitos que foram realizados e não foi recebido nada. Aí, então, foi suspenso. Quer dizer, houve um prejuízo brutal.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois não. Com contrato ou sem contrato, muito provavelmente sem contrato, o adiantamento não gerou efeito?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Nenhum, nada.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sa., inclusive, nos diz que, do ponto de vista da técnica administrativa, o melhor que se teria feito era a exigência de uma contrapartida que seria a fiança bancária que, no caso, não foi exigida.

Mas V. Sa., ao relatar o assunto, tomou o cuidado ético de dizer: "isso não foi feito na minha área.", mas acrescentou: "se fosse procurado pessoalmente, seria muito difícil negar a solicitação, tendo em vista a ligação notória da..."

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, tendo em vista, Senador, principalmente o estado de pobreza do Estado de Alagoas, que o senhor conhece, o senhor esteve em campanha presidencial lá, o senhor viu que



é um dos Estados mais pobres da Nação. Só por isso. Não tem nenhuma relação de sentimento com o Executivo, nem coisa nenhuma, mas talvez, até temos uma posição quase que vexatória em relação ao Rio Grande do Norte, em relação a Alagoas porque nós não estamos lá, não é verdade? E o Espírito Santo, que também deveria estar lá, mas dá para fazer tudo ao mesmo tempo. É preciso compreender isso: há prioridade dentro do grupo e as prioridades têm que ser executadas.

Não quero dizer que, ao receber os dados, que se fizesse alguma coisa em Alagoas, mas teríamos que estudar pelo menos, e veríamos as razões da impossibilidade de execução ou caminhos possíveis de realização disso. Não seria um negócio conclusivo. Quer dizer, recebe-me o relatório, industrializa-se o Estado de Alagoas, não. Era receber um relatório para saber se havia a possibilidade de se industrializar, porque se ele está pobre lá, é porque, naturalmente, o Estado deve ter poucos recursos de subsolo, poucos recursos de energia e assim por diante. Mas era preciso saber, alguém tinha que nos informar sobre isso.

O SR. MÁRIO COVAS - Perfeito. Mas me pareceu verificar, nas palavras de V. Sa., uma vertente, na qual a distribuição da empresa no cenário geográfico no País era uma das variáveis, a outra variável é que o pedido era de alguém cujas ligações com o Governo eram mais que evidentes.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Claro.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sa., portanto, não critica os seus companheiros, ou as áreas do seu conglomerado que fizeram o contrato, exatamente por que entende que, se fosse consultado, esses dois fatores, muito provavelmente, o levariam a tentar fazer alguma coisa também.



O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - O senhor me permite apenas um aparte, só para inserir um fato? Por exemplo, durante o Governo Sarney, fui procurado pelo Presidente Sarney que me pediu para que estudasse o babaçu do Maranhão. Fui ao IPT e promovi, ainda junto com o Eduardo Celestino Rodrigues, os estudos que tinham sido realizados sobre o babaçu, que daria um excelente coque sem enxofre e, ao mesmo tempo, cerca de 27% de recuperação em peso de amido. Naquela ocasião, começamos a estudar, fizemos até um pré-estudo para isso, eu e o Eduardo Celestino Rodrigues, que infelizmente, hoje, já é falecido. Mas, posteriormente, o Governo Sarney entrou em crise, a coisa ficou pior, veio a Ferrovia do Norte, que era mais importante, e nós, então, abrimos mão, certamente, para não entrar nesse tipo de negociação que, amanhã, poderia induzir a qualquer coisa que não fosse inteiramente satisfatória para nós, do ponto de vista ético.

O SR. MÁRIO COVAS - Dr. Antônio Ermírio, o ponto básico é o seguinte: é possível entender que um grande empresário, distribuído pelo País inteiro, tenha - digamos assim - um certo constrangimento por não estar num pequeno Estado para o qual o investimento teria um enorme significado. É compreensível também, ou pelo menos dá para entender, que uma empresa, tendo em vista um pedido que sai de áreas, afinal, naquele instante, consolidadas pela vontade popular, tenha o seu crédito por isso.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É evidente.

O SR. MÁRIO COVAS - A pergunta que fica é a seguinte: do ponto de vista de quem ofereceu negócio, esta vertente, em algum instante, foi colocada? Dá para entender que V. Sa. pensava: "Alagoas precisa do nosso auxílio." Dá para entender que V. Sa. pensava: "alguém da intimidade do Presidente da República pedindo, é como se o Presidente da

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

1543
fls. _____
Secretário



República tivesse pedido. E é razoável que uma empresa do nosso porte dê uma atenção ao pedido do Presidente da República."

O que nos importa é saber o inverso: do lado do Sr. PC Farias, ele usou essa intimidade com o objetivo de obter esse contrato? Ele fez praça desse fato? Se esse sentimento - afinal foi um sentimento - de alguma forma influenciou, do lado do Sr. PC, ele usou isso de alguma maneira, direta ou indireta, para comovê-los nesse investimento?

Essa me parece a pergunta fundamental.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Comigo não, porque, já disse e repito mais uma vez, Senador Mário Covas, que o meu contato, durante toda a vida, com o Sr. PC Farias, durou, no máximo, três minutos. Foi num sábado de manhã em que eu estava muito atarefado, considere até, vamos dizer: "Bom-dia. Como vai? Até logo. Passe bem", e foi só isso. Agora, é evidente, V.Exa. já respondeu a pergunta. Claro que, evidentemente, se amanhã um Presidente da República sobe oriundo de um Estado pobre, é mais do justo que ele queira fazer alguma coisa pelo seu Estado. Isso é incontestado, não é verdade? Por outro lado, também seria muito desagradável dizer: "Olha, não faço, porque não tenho recursos". Então, vamos saber se existe alguma possibilidade de fazer, ou cloroquímico, ou uma pequena refinaria para álcool, ou uma fábrica de cimento. Agora, precisava levantar o subsolo todinho, precisava do estudo geofísico e geológico do Estado. Nós não tínhamos gente, porque, no passado, nós tivemos gente com capacidade para fazer esse serviço, mas quando veio o Plano Collor, com as dificuldades financeiras advinda dele, fomos obrigados a eliminar uma porção de coisas que não eram absolutamente essenciais para continuarmos vivos. Porque, suponhamos isso: vem o Plano Collor, sequestra os ativos financeiros, vem a redução brutal de tarifa aduaneira protecionista - não que eu queira, não



quero, estou vivendo com zero e estou vivendo bem, graças a Deus, demonstramos que temos competência. Agora, por outro lado, era preciso reduzir alguma coisa. Hoje, quando aparece um serviço desse tipo, contrata-se para se fazer; no passado, nós fazíamos esse tipo de serviço, a nossa equipe ia lá e fazia o relatório completo, mas custava, era gente que tinha trabalho três vezes por ano. Mas, naturalmente, no passado era um outro Brasil. O Brasil hoje é um Brasil de muito mais aperto. Portanto, é evidente que tivemos que não mais fazer esse tipo de serviço por conta da Votorantim.

O SR. MÁRIO COVAS - Talvez eu não tenha me explicado bem.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO MORAES - Ou eu não entendi; V.Exa. me perdoe.

O SR. MÁRIO COVAS - Quando o Presidente Sarney lhe telefonou pedindo para estudar o babaçu...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Foi um contato pessoal, não foi por telefone.

O SR. MÁRIO COVAS - Quando ele fez o contato pessoal, ele não lhe indicou nenhuma empresa para fazer isso?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, de jeito nenhum.

O SR. MÁRIO COVAS - Se o Presidente Collor lhe telefonasse e dissesse: "O meu estado é Alagoas, é um Estado pobre, menor..."

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Apesar de um jornal ter anunciado que, logo depois do Presidente Collor ter tomado posse, houve uma ligação telefônica entre o Planalto e a Votorantim, que os palavrões não precisavam de fio telefônico, porque os palavrões se escutavam aqui em Brasília e lá em São Paulo na Praça Ramos, foi uma grande mentira. Telefonei a esse ilustre jornalista e disse o seguinte: "Vou fazer uma proposta que acho que é honesta. O senhor é um homem bem in-



formado, o senhor vá para a Casa da Dinda, o senhor vá ao Palácio do Planalto, vá à TELEBRÁS e pergunte se realmente existe algum registro de telefonema nesse dia ou em qualquer outra ocasião. Agora, se não houve esse pedido de telefonema, V.Sa. por favor, me deve uma resposta, porque sua informação é inverídica. Não quero ir aos jornais, isso fica entre nós dois. Estamos de acordo?" Ele disse: "Perfeito." Nunca me telefonou. Nunca o Presidente Collor me telefonou. Quero deixar isso muito claro: nunca me ligou, nem para dizer bom-dia. Nada. Não estou reclamando por isso.

O SR. MÁRIO COVAS - Não, só tracei um paralelo. Estou tentando estabelecer aqui, se o Presidente lhe telefonasse. Mas, meu Deus, eu já lhe telefonei como Prefeito, contei a estória exatamente para dizer isso. Eu telefonei a V.Sa. como Prefeito e disse: "Nós temos esse problema, a cidade tem esse problema." Nada mais natural que um Presidente telefonasse a V.Sa. e pedisse: "Por favor, examine o babaçu do Maranhão"; ou, "Por favor, veja se pode instalar um pólo cloroquímico em Maceió". Isso, se entenderia.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Fui pessoalmente ao IPT para ver se podia fazer alguma coisa com relação ao babaçu, porque babaçu...

O SR. MÁRIO COVAS - Perfeito. Mas, no caso, quem fez isso foi um empresa, e uma empresa comandada por uma figura cujas ligações com o Presidente são notórias, o que permite a inferência. Acho perfeitamente razoável. O que estou tentando estabelecer é se, do lado da empresa, houve algum tipo de exibição dessa potencialidade de natureza política, dessas ligações, dessa influência junto ao poder. É somente isso que gostaria de ver se poderia estabelecer ou não.



O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Diretamente, Senador, claro que não há, mas, indiretamente, para um homem que tem uma certa dose de inteligência, é evidente que é motivo de pressão. Às vezes, a presença física de uma pessoa na sua sala, mesmo embora não falando coisa alguma, representa a pessoa física que está lá que é íntima, naturalmente, do Executivo. Agora, a mim, não impressionaria.

O SR. MÁRIO COVAS - Vou fazer a V.Sa. uma última pergunta que tem pouco a ver com o assunto em questão, mas que satisfaz uma curiosidade minha.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - À vontade, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor, até hoje, está recebendo o equivalente a vinte milhões de dólares de liberação?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - São 21 milhões de dólares. Esta é a última parcela que vai ser paga no dia 16 de agosto.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor conhece muitas empresas que ainda têm o que receber?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Nobre Senador quando houve aquela verdadeira corrida, naturalmente para obtenção de liminares para se sacar cruzados, tive com a Ministra Zélia Cardoso de Mello as relações mais cerimoniosas possíveis. Fui ao jornal da Record, num programa de domingo à tarde, do Osmar Santos, disse: "Não saco um único centavo de cruzado, porque acho que é uma medida antipatriótica. O sacrifício tem que ir até o fim, e espero que isso dê certo, porque o sacrifício já foi feito. Não vamos sacar nada." E a Zélia, então, pegou isso e passou para o Brasil inteiro através de jornais, através da Globo, através de O Estado de S. Paulo, Folha de São Paulo, e deu essa declaração. Não sacamos nenhum centavo, agora, houve muita gente que, naturalmente, conseguiu fazer as coisas...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

1545
fls. _____
Secretário



O **SR. MÁRIO COVAS** - Não, mas não digo através do Judiciário. Digo através das próprias prerrogativas que a lei oferecia.

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Quero, nobre Senador Mário Covas, convidá-lo a ir a Votarantim no momento em que lhe aprouver.

Temos, no dia 16, a última prestação que o Grupo recebe. Refere-se a 21 milhões de dólares. Lembro a V.Exas. -isso muito sério- dos 491 milhões de dólares sequestrados, num ano, a diferença entre a correção do BTN, mais 6% e a correção do dólar, nos deu um prejuízo, em dólares, de 158 milhões de dólares. Isso na Votarantim. Agora, todos que tiveram seus bens sequestrados, a não ser aqueles que tinham, naturalmente, reservas feitas em ouro, aqui ou lá fora, sofreram o mesmo processo.

O **SR. MÁRIO COVAS** - Aqui dentro também.

Obrigado.

O **SR. PRESIDENTE (Benito Gama)** - Obrigado, Senador Mário Covas. Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira.

O **SR. RAIMUNDO LIRA** - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Dr. Antonio Ermírio de Moraes, gostaria de, aproveitando a feliz designação do Senador Bisol, dizer que, do meu ponto de vista, do ponto de vista da maioria dos empresários brasileiros, daqueles que investem os seus lucros, daqueles que não transferem lucros ou divisas para fora do País, como é o caso de V. Exa., diria que V. Exa. não só é uma figura paradigmática, como disse o Senador Bisol, mas sobretudo, uma figura paradigma, ou seja, aquele que os outros da sua área procuram imitar. V. Exa., como líder empresarial e como paradigma no setor da produção do País, realmente, é um homem profundamente imitado pela classe empresarial do País.



Quero dizer também que, nos últimos dez anos, o maior investimento na área econômica realizada no meu Estado, no Estado da Paraíba, é do Grupo Votorantim, e mais ainda, V. Sa. sabe do apreço que tenho pelo senhor e tenho recebido também essa mesma consideração. No ano passado, quando convidei V.Sa. para um encontro de trabalho na minha residência, fazia, naquele momento, 1991, oito meses que o senhor não vinha a Brasília, o senhor veio, participou daquele encontro de trabalho e, naquele momento, mais uma vez, tivemos a oportunidade de reafirmar a admiração que nós e toda a minha família tínhamos pelo seu trabalho, sobretudo porque o meu pai, que faleceu aos oitenta anos, começou a trabalhar com 10 anos de idade, órfão de pai e mãe e morreu aos 80 anos sem requerer aposentadoria. Ele teve, portanto, 70 anos de trabalho.

E nós sempre fizemos esse similar nessa sua dedicação ao trabalho, o que é uma coisa altamente positiva para o País.

Mas, antes de fazer outras considerações, quero também dizer a V.Exa., e gostaria de ter a atenção dos meus companheiros, Senadores e Deputados, o seguinte: todos conhecem a minha condição de empresário. Continuando a tradição dos meus pais, sou considerado no meu Estado um empresário de sucesso, tanto é que neste ano recebemos o título de empresário do ano. Todos os Srs. Senadores sabem que, na minha condição de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, participamos da consagração constitucional dos Diretores do Banco do Brasil - que é uma delegação constitucional do Senado Federal e eu na condição de Presidente conduzi esse processo, aprovado por todos nós -, portanto tinha um acesso muito grande à Diretoria do Banco Central, mas seguindo o exemplo de V.Sa. como empresário, em nenhum momento, tivemos um centavo desbloqueado através de entendimentos pessoais. Os



nossos cruzados novos representando 1/13 serão desbloqueados agora no próximo dia 16, não tivemos 1 centavo antecipado a exemplo do que fez V.Sa.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Parabéns.

O SR. RAIMUNDO LIRA - Com relação ao sigilo bancário, que já se falou muito aqui, gostaria de fazer um esclarecimento. Temos o sigilo bancário, que é uma característica das economias capitalistas, uma coisa é inerente a outra, não existe sistema de livre comércio, de livre atividade econômica sem que exista sigilo bancário. Agora, por outro lado, existe o sigilo bancário absoluto que é uma condição inerente aos chamados paraísos fiscais. E essa expressão "paraíso fiscal" é uma expressão que deve ser muito bem clareada. Por quê?

Temos o sigilo bancário, não temos a isenção fiscal do dinheiro depositado no banco como acontece nos paraísos fiscais, que têm um sigilo bancário absoluto. Nós não temos o sigilo bancário absoluto, temos o sigilo bancário flexível, que é uma coisa inerente ao sistema capitalista.

E isso é muito interessante. Por exemplo, no meu Estado, todos sabemos, as pessoas sabem, comentam nos clubes, nos bares, em qualquer local, quem são os maiores depositantes de cada agência bancária. Todos lá comentam esse fato, pelo menos lá no meu Estado, que é um Estado pequeno, sabe-se quem é o maior depositando do Bradesco, o segundo, o terceiro, o quarto, porque isso é motivo de comentário dos próprios bancários.

E mais ainda: a receita fiscal tem instrumentos legais para fiscalizar as contas das pessoas físicas e pessoas jurídicas. Se houver alguma dúvida sobre os documentos fornecidos pelas empresas e pelas pessoas físicas, há os instrumentos que já foram citados aqui, os



da Justiça.

Portanto, essa discussão tem que ser colocada no seu devido lugar, não pode ser simplesmente sigilo bancário absoluto ou não ter sigilo de forma alguma. Ela deve ser feito dentro desse ângulo da racionalidade e da relatividade.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Eu quis apenas dizer, Senador, que realmente se, amanhã, houvesse o indiciamento de uma pessoa, é evidente que o sigilo bancário deveria ser quebrado.

Acho que o Congresso Nacional deveria ter esse poder. Num caso normal, não; muito embora esse sigilo bancário, no meu entender, é apenas **pro forma**. Claro, é aquilo que o senhor acabou de falar. Nos clubes, nos bares comentam quem é o maior depositante e se o senhor for perguntar em detalhes, eles vão dizer quanto é que fulano tem.

O SR. RAIMUNDO LIRA - Exatamente, é o que acontece, Dr. Antonio Ermírio.

Eu, pessoalmente, dou-me por satisfeito com os esclarecimentos que foram aqui prestados por V.Sa. Gostei da forma como V.Sa. colocou, que é um homem comum, um homem que comete erros e acertos como qualquer um de nós, apenas procura acertar, procura cumprir a sua obrigação como cidadão e essa decisão sua antecipada, antes da convocação, de vir até aqui prestar os esclarecimentos que acha são importantes para a CPI também é um gesto que merece o nosso reconhecimento.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Quero agradecer a V.Exa. por aquele jantar que V.Exa. ofereceu em sua casa. Aquele foi o meu primeiro jantar de trabalho que tive em toda a minha vida, aqui em Brasília. Naquela oportunidade, sentei-me ao lado do Ministro Marcílio Marques Moreira, quando eu não o conhecia. E fiquei impressionado com a correção, com os princípios éticos desse senhor que é hoje o nosso Mi-



nistro da Economia. Ali tive uma excelente impressão do plano que ele faria.

Evidentemente que ninguém é infalível, mas de uma maneira geral eu tenho impressão de que, naquele local, no Ministério da Economia temos um homem correto, um homem que procura acertar. Isso eu devo ao senhor, porque eu não o conhecia, só o conheci na sua casa. E, naquele jantar, sentado ao seu lado, conversamos por mais de uma hora do sobre assuntos da maior importância. Fiquei muito agradecido por esse contato que me foi propiciado.

O SR. RAIMUNDO LIRA - Muito obrigado.

E, com relação ao Ministro Marcílio Marques Moreira, o senhor deve ter acompanhado há poucos dias que com toda essa movimentação que se falava que o PFL estava querendo tirar o Ministro Marcílio para que essa política de austeridade fosse substituída, nós nos antecipamos, e foi divulgado ontem na imprensa, mostrando que temos um número expressivo de companheiros no PFL, de Senadores e Deputados, que não concordam com isso. Nós nos antecipamos na imprensa, nos solidarizando com o Ministro Marcílio Marques Moreira, porque achamos que ele é importante para o País e vários Senadores aqui da oposição, do PSDB, do PMDB também comungam com essa idéia, todos acham que o Ministro está fazendo um bom trabalho, a sua credibilidade na comunidade internacional é importante para o País. Portanto, acho que essa forma de conhecer as pessoas no trabalho, naquilo que é mais importante para o País, considero altamente positivo e fico feliz que o senhor tenha rememorado aquela reunião de trabalho.

Fiquei satisfeito com os seus esclarecimentos e não tenho mais nada a perguntar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Senador Lira.

Com a palavra o Senador Antônio Mariz, PMDB da Paraíba.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Senhor depoente:

Sr. Antônio Ermírio de Moraes, o depoimento de V.Sa., o testemunho que o senhor traz à Comissão despertou, sem dúvida, grande interesse aqui e fora daqui. E é natural que isso ocorra visto que o senhor representa o maior grupo privado brasileiro e também pela sua participação na vida pública. Afinal o senhor disputou a eleição para governador de São Paulo e se, eventualmente, não alcançou sucesso no Estado, obteve uma vitória significativa na capital onde foi majoritário.

Não sei se o senhor se dá conta da magnitude dessa façanha: ganhar na capital, ganhar na cidade onde o senhor vive e é conhecido.

O Presidente americano, Lincoln, quando pleiteou a reeleição, em plena Guerra da Secessão americana, ou no seu final, logrou expressiva maioria no colégio eleitoral, em função do voto popular obtido. No entanto, perdeu em dois lugares que para ele eram especialmente significativos, especialmente sensíveis: no seu distrito eleitoral, em Illinóis, onde se elegera anteriormente Deputado, e no Estado de Kentucky, que era o seu estado natal.

Indagado por amigos e colaboradores, que se revelavam indignados com aquele insucesso, justamente onde se esperava uma maciça manifestação de solidariedade, ele respondeu com muita simplicidade e grande sinceridade: é natural que eu tenha perdido no meu distrito eleitoral e no meu estado natal, é lá que eles me conhecem melhor.

Então, V.Sa. ganhou onde o conhecem melhor. Isso, de fato, representa uma grande façanha política.



O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Obrigado, Senador.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - O Senador João Lira, não sei se está presente, referiu-se ao jantar ao qual o senhor compareceu, o senhor o confirmou e expressou algumas das suas impressões, principalmente sobre o Ministro Marcílio Marques Moreira.

Como um assunto puxa o outro, eu perguntaria se V.Sa. foi novamente convidado a participar de um café da manhã, na residência do Senador João Lira, ao qual estaria presente o Presidente da República.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Eu pergunto: há um sentido político na sua ausência? Isso representa um repúdio, ou pelo menos uma manifestação de...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Eu quero agradecer essa pergunta, Senador Antônio Mariz, mas é evidente que eu havia confirmado ao Senador Lira que eu viria. Mas, na véspera, ou na antevéspera desse café da manhã, o Presidente da República, sabe-se lá por que, se referiu ao "sindicato dos golpistas", incluindo a CUT, o PT e a indústria cimenteira.

É evidente que me senti magoado, apenas triste. Mas como sou um homem muito sincero, fiquei magoado porque, afinal de contas, se eu tinha aguentado o rojão dos cruzados sem jamais retirar; quando o FIN-SOCIAL, que representa 60 milhões de dólares por ano para a Votaran-tim, é considerado inconstitucional, porém o recolhemos; quando presto serviços indiretos, porque não sou daqueles que andam anunciando o que estão fazendo, mas estou ajudando da minha própria maneira o País crescer, estou empregando, estou pagando imposto, estou sendo exigente no que diz respeito ao pagamento de imposto; quando ouvimos uma generalização dessa, é evidente que ficamos tristes.



Digo, meu Deus do céu, por que vou lá? Amanhã vou receber um tratamento mais áspero, então no sentido de evitar o próprio host, que era o Senador João Lira, um maior constrangimento, resolvi não comparecer ao café da manhã. Foi exatamente só por isso, fiquei triste, fiquei magoado, acho que não merecia isso. Mas esse é realmente o pensamento dele, não cabe a mim retrucar. Estamos numa democracia, o princípio da democracia consiste em dar a palavra a qualquer um que queira fazer uso dela expressando a sua maneira de pensar.

Acho que foi Voltaire quem disse: "Defenderei até à morte o direito de você falar, só que não acredito em nada do que você fala".

Tudo bem. É um direito que S.Exa. tem, quer dizer, apenas fiquei triste e achei que não deveria criar constrangimento a quem nos recebeu tão amavelmente há um ano em sua própria casa. Era uma questão apenas de educação, de cavalheirismo. Eu não queria criar constrangimento, então não compareci.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Não tenho dúvida disso, Dr. Antônio Ermírio. A minha pergunta está fundada em que V.Sa. se tivesse apenas se escusado a um ato que trazia implícita a solidariedade ao Presidente da República no momento em que ele estava no dever de oferecer explicações ao País face aos fatos revelados não só nesta Comissão, como em outras.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Mas, Senador, sou um homem extremamente flexível, não guardo rancor de quem quer que seja. Tenho uma porção de defeitos, mas nunca consegui guardar rancor. Mesmo durante a campanha eleitoral que disputamos em 86, durante 160 minutos por dia eu era vilipendiado, grau máximo. Era o Antônio Ermírio de Moraes um mau empresário, o Antônio Ermírio de Moraes era um homem que matava gente, era uma coisa terrível. Isso mexeu comigo, com a minha

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fl.

1549

Secretário



família, com minha mulher, com meus filhos, com minhas filhas, porque era duro aguentar 160 minutos por dia de televisão concentrada no Antônio Ermírio de Moraes, não era no partido, no PTB, era no Antônio Ermírio de Moraes.

Os gases da nitroquímica, o Senador prestou um depoimento, matava gente lá. Temos clube lá com velhos de 90 anos, há duzentos velhos com 85 anos de idade que vão lá jogar boliche todos os dias!

Quando acabou a eleição, fiz um ofício à Secretaria da Saúde para saber como estavam os gases da nitroquímica. E a resposta que me deram - tenho essa carta guardada até hoje - é que as análises foram descontinuadas por falta de verba.

Quer dizer, um desaforo. Mas foi feito e perdemos as eleições. Até aí, tudo bem. O importante é disputar. Eu disputei. Apreendi muita coisa; gostei, inclusive; achei que a vida política é muito mais fácil do que a vida empresarial; para mim foi até um passeio; aprendi muito; tive tempo de estudar, o que é importante. Não me arrependo de nada.

Agora, sinceramente, o que eu fiz para o Presidente Fernando Collor no sentido de ser vilipendiado, não por Sua Excelência, mas pelos seus assessores?

Tive o desprazer de ler num jornal de Porto Alegre, Zero Hora, um assessor do Presidente Fernando Collor me chamar de "cachorro São Bernardo". O senhor sabe disso. Acho que essa é uma atitude que não se coaduna com o Executivo que, realmente, quer ter posição marcada. Só se eu fosse muito cara-de-pau, coisa que eu não sou, eu sou um homem sincero; tudo magoa mesmo, porque se fosse o Presidente Fernando Collor eu tinha que telefonar e pedir uma audiência a Sua Excelência e dizer: "Olha aqui, Vossa Excelência vai reformular." Mas não, é assessoria, isso eu não posso permitir, isso denigre o meu nome perante mi-



nha família, perante os meus amigos - é aquilo que se comenta nos bares, o fulano chamou o Antônio Ermírio de "cachorro São Bernardo."

Isso não se faz, isso é falta de categoria, isso é falta de classe, isso é falta de educação, falta de cavalheirismo. Porque dissidência política todos nós temos, é evidente que aqui no Congresso cada um pensa de uma maneira, mas é preciso haver um respeito democrático no sentido de se fazer críticas aos seus companheiros... admito a crítica, mas quando ela parte para esse tipo de nível não é possível.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Exatamente, V.Exa. tem toda a razão.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAIS - Mas não guardo qualquer mágoa, quero que o senhor saiba. Continuo acreditando no Brasil e sou um homem a trabalho, a serviço do Brasil só, pura e simplesmente, mais nada.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Pois não. O senhor referiu-se ao fato de que nunca investiu no estrangeiro. Eu lhe pergunto: O Grupo Votorantim tem no Brasil associação com empresas internacionais, transnacionais? Há alguma vinculação no plano interno?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAIS - Por princípio, nós praticamente não fazemos associações com empresas estrangeiras. No nosso Igaraçu, no aproveitamento do cloro, nós tínhamos uma sociedade com uma firma estrangeira no sentido de fazer pastilha de cloro para piscina. Mas é um negócio assim tipo PPM (parte por milhão). Esta sociedade representa uma parcela muito pequena. Trata-se apenas de uma experiência que acho que não vai dar certo.

Foi bom o senhor fazer esta pergunta, porque há tempos atrás o pessoal da revista **Veja** me enviou um número na qual havia uma fotografia minha e um texto dizendo que tínhamos aberto um escritório, uma **trading** para a negociação de laranja na Holanda.



abrir um escritório de exportação, porque praticamente todo o suco de laranja é exportado e se não houver um escritório lá para saber realmente como tratar, como vender bem, a tendência é naturalmente cairmos nas mãos das **trading** que nem sempre merecem toda a confiança. É apenas um ponto de apoio para que não se façam maus negócios por lá. Mas eu nem sei, para ser honesto, se já foi concretizado ou não.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - A linha filosófica adotada pelo grupo Votorantim se constitui na preocupação em investir no país, em limitar as associações com o capital estrangeiro. Isso certamente se constitui num princípio para a empresa. Por isso, pergunto a V.Sa. se, enquanto grande empresário, como um dos responsáveis por esse grupo e por isso mesmo estar numa posição privilegiada para emitir opinião, se o senhor concorda integralmente com a política de abertura das fronteiras econômicas do país. Se vê nisso, se admite que isso possa determinar a desnacionalização de setores importantes da economia brasileira ou até o sucateamento de determinados segmentos industriais e comerciais.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAIS - A sua pergunta é válida, porque sofremos muito com essa abertura. Claro que sofremos, vencemos mas sofremos muito. Agora, acho que, por exemplo, vamos citar um caso assim. Nós tínhamos 30% do setor de alumínio, que é uma empresa que fatura 700 milhões de dólares por ano, muito bem. De repente, essa tarifa veio para zero. Eu pergunto: Nós negociamos com os países de fora a redução da tarifa do alumínio em benefício. Por exemplo, vamos ser simples: se o senhor vai para o Rio Grande do Sul, a maior indústria do Rio Grande do Sul é de calçados. Muito bem, nós vamos reduzir o alumínio para zero, mas queremos que se reduza os sapatos para zero também. Porque lá fora é curioso o senhor pega o próprio suco de laranja, para nós internarmos uma tonelada de concentrado de suco de laranja



nos Estados Unidos da América, a 500 dólares, ou seja, 20% do valor do produto pago para internar uma tonelada de suco de laranja nos Estados Unidos da América. Essa abertura, às vezes, ela é muito mais de retórica do na realidade nós encontramos. O que nós encontramos no dia-a-dia é que ela não é válida para tudo não.

A própria Europa se protege hoje, nós pagamos 6% para internar um quilo de alumínio na Europa. E no futuro vai ser mais forte. Então, é preciso dizer que se temos competência para ter tarifa aduaneira reduzida para zero, é preciso que o Brasil leve uma vantagem nisso, não é apenas reduzir - reduza o alumínio de 30 para zero. Em compensação o que o Brasil ganhou? Porque como o senhor falou, há ramos da indústria que estão sofrendo horrores e que estão em vias de fechar, e vão fechar mesmo porque não têm condições. Quem não pode exportar não pode viver, não pode sobreviver.

Para o senhor ter uma idéia, no setor de metais, hoje, a exportação no mês de julho - posso lhe dar isso em primeira mão - 55% em níquel, 50% em zinco, 76% em alumínio e 30% em aço. Agora, se não houvesse exportação nós tínhamos desempregado, pelo menos, umas 20 mil pessoas.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Exatamente, e V.Sa. faz referências a uma política de compensação que seria realmente muito positiva...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAIS - Acho que no Brasil. Tira aqui mas toma lá; se amanhã tiramos do alumínio, vamos dar para sapato. Não é justo verificarmos que no Rio Grande do Sul há muitos empresários que estão planejando fechar a sua indústria de sapato e talvez se instalem no Uruguai - mas muito antes desse empréstimo no Uruguai - porque lá há realmente possibilidade de se contratar empréstimos a juros baixos e, ao mesmo tempo, com o **MERCOSUL** poder-se exportar para

1551



o Brasil com tarifa zero, sem certas implicações trabalhistas que hoje já chegam pesar no contexto geral.

Quer dizer, isso é triste para nós brasileiros. Agora, se por um lado tira de alguém mas toma também, tudo bem. Mas o que vem ocorrendo é que estamos só dando, e de presente. Ninguém está se incomodando com o conjunto geral. Está muito bem, tirou-se do aço, do alumínio, do zinco, do níquel, mas quem é que recebeu a contrapartida disso? Porque no mundo inteiro há a contrapartida. Não se iludam, porque ninguém dá nada de graça para ninguém. É bom ficar com isso bem claro na cabeça. A política internacional do Brasil precisa ser muito mais ativa, muito mais dinâmica; ela é estática, ela está amordaçada, ela precisa sair e brigar pelos mercados, porque senão nós vamos estar numa posição difícil. Esta é a minha opinião, não sou dono da verdade, pelo amor de Deus! O senhor fez uma pergunta e eu lhe respondi dentro daquilo que eu sabia.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Exatamente, porque como disse V.Sa., grandes nações, grandes grupos econômicos, a comunidade Européia, por exemplo, estão evidentemente adotando uma política protecionista. Um exemplo clássico é o do Japão que considera crime importar arroz, pela boa razão de que tem uma grande...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAIS - E o senhor lembra-se que há pouco tempo o Japão resolveu fazer uma importação de arroz. O Japão, apesar da péssima distribuição de terras agrícolas, é o país que tem o maior rendimento por hectare, 5.8 toneladas, de produto de grãos. Então, resolveram importar arroz da Indonésia, porque o seu preço era mais baixo, os agricultores do Japão vieram para Tóquio e fizeram uma passeata monstro e acabou no dia seguinte a importação de arroz.



O SR. ANTÔNIO MARIZ - Exatamente. Eu estou concluindo Presidente.

Ainda dentro dessa linha de raciocínio, mas retomando o fio das discussões aqui, e insisto nesse ponto, porque acho essencial que fique bastante esclarecido o ponto que tem sido levantado pela imprensa, inclusive na **Folha** de hoje já há essa referência às notas das empresas do segmento interessado na produção de cimento. Eu pergunto a V.Sa. o seguinte: Há certa lógica na dúvida que se levantou em relação a essas notas, envolvendo a indústria do cimento porque, justamente, se anunciavam medidas tendentes a essa redução das alíquotas de importação.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Mas as reduções das alíquotas de cimento foram realizadas no mês de abril de 1990. O Presidente Collor tomou posse e, no mês seguinte, reduziu as tarifas de todo o setor. Para o senhor ter uma idéia, no Grupo Votorantim - isso eu digo com muito orgulho - 66% dos nossos produtos têm alíquota zero; ou tem competência ou não tem competência, se não tem competência fecha. Não estou reclamando, porque acho que demonstramos que temos competência. E estamos aqui em concorrência com grandes empresas estatais e grandes multinacionais, que, por sinal, trabalham pior do que nós.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Então, a questão é a seguinte, Dr. Antônio Ermírio de Moraes: considerando a circunstância de que representantes expressivos do setor num mesmo período, numa mesma época, justamente quando a indústria do cimento sofria esse impacto da redução das alíquotas; e considerando, também, o fato de que o senhor já afirmou reiteradamente que essa decisão não foi tomada na sua esfera de ingerência administrativa, ainda assim, o senhor poderia admitir a hipótese de que essas indústrias tivessem sido induzidas pelo Sr. Paulo César Farias, de que ele pudesse ter invocado essa condição de prestí-

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 1552

Secretário



gio junto ao Governo e exercido tráfico de influência para induzi-los a essa contribuição?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - De jeito algum, Senador, porque, se isso fosse verdade, teríamos o racicínio por analogia para os setores mais atingidos, que seriam, por exemplo, o do alumínio, do zinco e do níquel, que era uma indústria que estava começando. Ninguém nos visitou para saber se poderia reduzir para zero ou não. Seria um raciocínio análogo, ou seja, por analogia iríamos direto para as outras linhas: de jeito nenhum, isso, absolutamente.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Finalmente, Sr. Depoente, já lhe foi repetida, algumas vezes, uma pergunta, à qual quero voltar, embora com uma pequena variação. É sobre a presença não só pessoal, mas a presença política, a presença empresarial do Sr. Paulo César Farias no País depois da posse do Presidente. Ainda que ele não tenha tido contatos com o senhor, com as suas empresas diretamente, o senhor teria informações de que ele invocasse a condição de ex-tesoureiro da campanha para intervir junto ao Governo para obter determinadas decisões?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Senador, que invocasse não, mas era sabido, era um fato de domínio público. O tesoureiro de uma campanha é uma pessoa da máxima confiança do candidato.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Pois não. Concluo, Sr. Presidente, com esta última indagação, que foi também levantada no noticiário de hoje. O senhor teria ouvido de um empresário a afirmação de que o Presidente consideraria possível controlar o Congresso Nacional por intermédio de apenas cinco grandes empreiteiras deste País. Isso é verdade? O senhor poderia declinar nomes?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - No último sábado - amanhã vai fazer uma semana - recebi o Senador Eduardo Suplicy no meu escri-



tório às 8 horas da manhã. Numa conversa de uma hora e dez minutos, comentei com o Senador Eduardo Suplicy que isso é o fato, são os boatos, é aquela energia que chamo de entropia, que destrói, que arrebenta, que mata, inclusive, as células do corpo humano e que realmente não resulta em nada. Não sei se os senhores correm o Brasil. As grandes obras do Brasil hoje, obras monumentais de caráter internacional tipo Tucuruí, com todos os defeitos, Itaipu, com todos os defeitos, essas grandes barragens, essas grandes obras do Brasil foram realizadas por empreiteiros, porque a construção civil, através de suas firmas pequenas, não tem capacidade de fazer. Não quero, absolutamente, estar aqui defendendo os empreiteiros, mas eles prestaram grandes serviços à Nação. Agora, eu não faço lobby, nunca fiz e não vou fazer nunca na minha vida - podem tomar nota disso; agora, se eles fazem, isso é outra coisa. Agora, eu afirmar categoricamente que cinco empreiteiras dominariam o Congresso, da minha parte, seria uma leviandade. Escutei algo a esse respeito, mas afirmar, numa Casa responsável como é esta, que cinco empreiteiros dominariam o Congresso seria um ato da maior leviandade que eu poderia fazer. Coisas como essas a gente escuta, mas não transmite. Fiz ao Senador Eduardo Suplicy por ser meu amigo; apesar de competidor pertencente ao PT, tenho muito respeito por ele. Isso é uma conversa apenas de amigos. Boatos correm, mas, na realidade, não creio nunca que isso possa ocorrer, porque, se ocorrer, é o fim do regime democrático brasileiro. Pelo amor de Deus! Se isso ocorrer, é o caos, é melhor irmos para casa. Não temos mais nada que fazer aqui. Quero ser enfático a este respeito: não acredito de jeito algum nessa hipótese. Há boatos, mas boatos não cabe a mim, cabe aos senhores, que são Congressistas, apurar a realidade dos fatos.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Claro.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 1553

Secretário



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Senador.

O SR. RAIMUNDO LIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Pela ordem, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA - É que fui citado pelo nobre conterrâneo Senador Antonio Mariz e eu precisava fazer aqui alguns esclarecimentos.

Desde que se iniciou a CPI, a minha posição pública tem sido muito clara. Sou Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. O meu dever e a minha obrigação é preocupar-me com a economia do País, e, desde o começo, tenho defendido uma posição muito clara. Os trabalhos da CPI devem continuar com isenção, com liberdade, ir até o fim, atingir os seus objetivos. Mas, por outro lado, o País não deve parar. A economia tem que funcionar, porque, sempre que há uma crise econômica, em todos os países, quem paga a conta são os mais pobres. Quando, por iniciativa minha, quis fazer o café da manhã de trabalho, telefonei ao empresário Antônio Ermírio de Moraes, pessoa a quem prezo e que muito me honrou com sua presença em minha residência. Eu o chamei com este objetivo, dizendo que era um café de trabalho com o Presidente da República, a equipe econômica do Governo, para que pudesse sair dali um fato positivo, a fim de que a economia do País não parasse. Foi esse o objetivo, e aqui peço o testemunho de V.S^{as}.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É verdade, recebi o seu telefonema e disse que iria. Agora, acontece que, dois dias antes, o Presidente numa dessas... - sabe lá, as pressões são grandes também, não quero entrar neste detalhe - mas a verdade é que nos atingiu. Agora, quando atingiu, eu corto, fica você lá e fico cá, com todo o respeito. É alguém da Presidência da República, e não quero saber de conversa



não.

O SR. RAIMUNDO LIRA - E o senhor tem informação de que algum empresário tenha sido convidado por mim para prestar solidariedade ao Presidente da República?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, senhor, de jeito algum, absolutamente. Isso nem passa pela minha cabeça.

O SR. RAIMUNDO LIRA - Eram essas considerações que eu queria fazer para reforçar, ainda mais, o meu posicionamento anterior. Em vez de utilizar a minha ligação parlamentar como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para, por exemplo, desbloquear meus cruzados no Banco Central, usei essa aproximação para conseguir interromper o processo de liquidação do Banco do meu Estado, o PARAIBAN. Isso também foi um trabalho público, feito às claras, inclusive fizemos reuniões com os três Estados prejudicados, na Comissão de Assuntos Econômicos. Fizemos várias gestões e, mais ainda, utilizamos isso para conseguir um tratamento diferenciado para o Estado da Paraíba na rolagem da sua dívida. Esses dois fatos motivaram vários agradecimentos públicos do Governador do meu Estado, Dr. Ronaldo Cunha Lima, que é meu adversário político, em função desse trabalho que desenvolvemos. Eram essas as considerações que eu queria fazer. Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Senador Raimundo Lira.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Benito Gama, Dr. Antônio Ermírio de Moraes, V.S^a mencionou aqui o quanto, ao longo de sua vida, conseguiu conquistar com muito trabalho e muitas vezes com sofrimento, mas com dedicação extraordinária, coisas que hoje lhe dão satisfação por tudo aquilo que constitui o grupo Votorantim. Cer-

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 1554



tamente, V.S^a tem o respeito de todos os brasileiros.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sou um dos brasileiros que o respeitam e aprendo, a cada dia, não apenas a respeitá-lo, mas também a tê-lo como uma das pessoas que mais estimo neste País, porque tenho a convicção do serviço que V.S^a tem prestado ao Brasil.

Sei que sou responsável, nestes últimos dias, por uma situação de sofrimento de V.S^a, mas esteja certo de que, na minha convicção, este sofrimento é pelo bem do Brasil. Quando fui visitá-lo sábado passado, procurei dizer da importância que seria o seu depoimento hoje.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E tenho a convicção, prezado Dr. Antônio Ermírio, de que esse é um depoimento que será um marco na História do Brasil.

Disse a alguns dos Parlamentares, membros desta CPI, que avaliava como muito importante que V. S^a pudesse transmitir um pouco do que sabia. Vou me permitir, Dr. Antônio Ermírio, fazer-lhe algumas perguntas que, acredito, contribuirão para revelar algo importante.

Preliminarmente, há uma pergunta importante. Houve alguma ameaça velada, aberta ou de qualquer natureza a V.S^a ou ao grupo Votorantim nesta última semana, no sentido de que a sua empresa ou V.S^a pudessem sofrer qualquer retaliação, caso dissesse, perante a CPI, os fatos que são de seu conhecimento?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Em absoluto, não houve nenhuma pressão nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - No dia 8 de novembro de 1990, o jornal **O Globo** publicou uma declaração de V.S^a que resultou numa interpelação judicial do Presidente Fernando Collor de Mello. V.S^a foi muito franco



na sua forma de ser, quando disse: "Há ladrão no governo". Acredito que seria importante que V.S.^a até transmitisse aos membros da CPI a reflexão que fez a mim próprio.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É verdade. Houve uma declaração nesse sentido - tenho inclusive o laudo da Polícia Federal. Fui à Polícia Federal duas vezes, porque fui processado pelo Governo Federal em função da publicação do jornal **O Globo** no dia 8 de novembro. Isso também foi mais um destempero anterior. Sou um homem que costuma lutar por aquilo que consigo. Riqueza sem trabalho, como comércio sem moral, como religião sem sacrifício, como política sem idealismo, não dá certo.

O Presidente Fernando Collor havia saído, na antevéspera, dizendo que todos os empresários eram corruptos, eram sequiosos de lucros fáceis, eram incompetentes e eram os responsáveis pela inflação.

Ora, eu tenho, de trabalho, um ano a mais do que o Presidente Collor tem de vida, e de trabalho duro: sábado, domingo, feriado, na base de 80 horas por semana. Não recebo isso pacificamente. E lá, no meu depoimento, eu disse: "Foi pena que o Presidente Collor não desse nome aos bois." Porque, quando ele dá uma notícia dessas, em **O Globo**, sobre toda a classe empresarial, eu ainda ajo.

O senhor me desculpe: não sou freqüentador da Federação das Indústrias de São Paulo, nem da Confederação Nacional da Indústria, mas tenho sangue correndo nas minhas veias, luto por aquilo que faço. Acho que decência é a primeira coisa que temos que ter na vida. Não sou perfeito, não. Não sou nenhuma vestal. Detesto puritanismo, mas luto por aquilo que quero conseguir. E consegui, com a graça de Deus e com muito sacrifício e muita luta, essa posição que temos hoje, de uma certa tranquilidade, apesar do arrocho que nos feito em cima.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fla. 1555

Secretário



O que lamentei, e disse ao senhor com toda a sinceridade, é que, naquela ocasião - e isso foi no dia 8 de novembro de 1990, portanto, menos de seis meses da posse do Presidente - nunca um parlamentar me perguntou: "Dr. Antônio, o que aconteceu aí?" Os próprios partidos de oposição, naquela ocasião, poderiam ter dito: "Bom, o senhor fez uma declaração. O senhor tem alguma coisa de verdade nisso?" Mas ninguém me perguntou coisa nenhuma. E fui sozinho à Polícia Federal duas vezes para depor. Fiquei jogado às traças, porque reagi. Mas nem as Federações me perguntaram alguma coisa. Ninguém. Fiquei sozinho, nu, sozinho na rua. Hoje é água já turbinada; é água a jusante da turbina, não funciona mais, porém, na ocasião, era importante. Eu tinha um exemplo a dar. Mas morreu o assunto. Hoje, graças a Deus, tem gente competente e gente séria. Então, é assunto liquidado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas, se V.S^a me permite ainda mais um detalhamento...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V.S^a é Presidente do Conselho de Administração da Beneficência Portuguesa e, como tal, por vezes, precisa se deslocar a Brasília, conversar com o Presidente do INAMPS. V.S^a, então, justamente detectou alguns problemas nessa área da saúde.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Havia problemas de atraso de pagamento, brigas entre Brasília e o sul de São Paulo. O senhor sabe disso, não é? Havia muita dor de cabeça no sentido de recebermos.

Para que tenham uma idéia - eu não ia entrar nessa área hospitalar, porque essa área eu faço porque é a minha obrigação, vocês não têm que saber nada sobre isso. Dou doze horas extras por semana na área hospitalar há trinta anos. Fui quatro anos da Cruz Vermelha, quatro anos da Cruz Verde e estou há 22 anos na Beneficência Portuguesa.



Não que eu quisesse ficar 22 anos - já procurei passar para três presidentes, formei três presidente, mas na hora da posse, eles.. A coisa é complicada. Na área hospitalar, quem tem 55% de pacientes pertencentes ao INAMPS tem que enfrentar uma luta insaciável, uma luta fora do comum. Mas, graças a Deus, se vocês passarem pela Rua 23 de maio, verão o que é a Beneficência Portuguesa, e não preciso falar mais nada.

Estamos resistindo a todas as pressões. Porque, no INPS, no passado, recebiam-se as contas com 75 dias de atraso. Naquele tempo, em 1990, recebíamos - é difícil hoje calcular por causa da inflação, mas era qualquer coisa como 2,6 mil cruzeiros por diária. Hoje recebemos cerca de 16 mil cruzeiros por diária. Agora, trocamos roupa de cama todos os dias, seja particular, indigente, INPS ou convênio. Para nós, entrou no hospital, é paciente, não interessa o que ele é, se tem poder econômico ou não, não interessa.

Mas receber uma conta com 75 dias de atraso, sem juros e sem correção monetária, com uma inflação que, naquele tempo, estava por volta de 20%, quase igual à de hoje - um pouquinho mais alta ainda - é terrível!

Quero deixar bem claro aqui que tive contatos com o Dr. Alceni Guerra, que era o Ministro da Saúde, e ele era um cavalheiro, um **gentleman**. A única impressão que tenho - e perdoem-se por ele não estar presente aqui - é de que ele não estava preparado administrativamente para gerir aquele colosso que se chama INAMPS.

No passado, lembro-me de quando meu pai foi presidente da Beneficência Portuguesa entre 1950 a 1960 - ele saiu quando veio para o Senado. Ele dizia que o IAPB e o IAPC, Instituto dos Bancários e Instituto dos Comerciantes, eram o que havia de melhor, eram excelentes, pagavam em dia; era até bom prestar serviço para eles. Mas, na hora em



que fizeram o gigantismo, a coisa complicou. É o caso, por exemplo, das energéticas de São Paulo.

Enquanto havia a CELUSA, a CHEP e companhia limitada, funcionava. Quando fizeram a CESP sozinha, ficou muito grande. É difícil administrar um monstro, como hoje é difícil administrar a Votorantim. Vocês tiveram o meu depoimento aqui: não sei de tudo o que se passa na Votorantim e nem posso saber; mas, na minha área, procuro saber, e isso me toma 14 horas por dia, para saber razoavelmente o que está acontecendo.

Mantive contato também com o então Presidente do INAMPS. Ele foi à Beneficência, interessou-se pelo, problema, queria resolvê-lo, mas havia os trâmites que os senhores conhecem melhor do que eu.

No social hoje, Senador Eduardo Suplicy, vinte e cinco por cento do PIB brasileiro, ou seja, 90 bilhões de dólares, aproximadamente, são gastos no social. Infelizmente, do que o Banco Mundial envia, pelo relatório que tenho, apenas a metade chega à área necessitada. Em escolas do Nordeste, apenas 48% dos recursos destinados pelo Ministério da Educação chegam às salas de aula.

Talvez seja o caso de os senhores se aprofundarem mais para saber por que essa verba não chega à área necessitada, por que pára no caminho. Isso precisa ser resolvido. Digo isto de coração aberto. Não me conformo que apenas a metade dos recursos destinados à saúde ou à educação chegue às áreas necessárias.

Hoje, porém, na área da saúde, temos um ministro competente, que é do ramo. Tenho a impressão de que a coisa agora está consertada sob esse aspecto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O ponto aqui é que, hoje, estamos em dia de aprendizado para o Congresso Nacional e para todos os brasilei-



Paulo César Farias teria feito. Aliás, relatei, se não me engano, aquilo que o Sr. Pedro Collor de Mello mencionou à **Veja**, ou seja, que, certo dia, em Maceió, o Sr. Paulo César Farias fez uma comemoração de um bilhão de dólares já arrecadados.

V.S^a me contou um outro fato que eu não sabia - e acho que os outros membros da CPI não sabem. Se V.S^a soube de primeira mão, pergunto de quem podemos saber exatamente sobre festa realizada em Paris pelo Sr. Paulo César Farias, em que ele também fez uma comemoração semelhante.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Essa é uma onda de boatos que surge, é aquela energia entrópica de que lhes falei. E a "atrogenia" naturalmente do processo da CPI. Mas comentava-se isso dentro do Congresso Nacional. "Membros do Congresso? Ah, tem uma festa aí..." Agora não sei. Como não participo disso, ...

O SR. EDUARDO SUPLYCY - O Senador Odacir Soares sabe da festa? Ou quem estava presente? (Risos)

O SR. ODACIR SOARES - Quem sabe da festa é V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Senador Eduardo Suplicy, V.Ex^a tem que fazer perguntas ao Dr. Antônio Ermírio.

O SR. ODACIR SOARES - Estou dizendo só o que a imprensa publicou.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Seria leviandade da minha parte dizer que essa festa existiu. Ouvi boatos. Agora, a indústria de boatos, em São Paulo principalmente, que é o centro nervoso industrial no Brasil, é fantástica. Se eu for prestar muita atenção a boatos, Senador, vou para minha casa, fico no meu quarto e vou pensar seriamente



ros.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Eu é que estou aprendendo, não são vocês não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Todos nós estamos aprendendo.

Há uma frase naquele diálogo que V.S^a pronunciou que achei que é para o nosso aprendizado. É que, se, nessa oportunidade, algum parlamentar do Congresso Nacional tivesse dialogado com V.S^a, provavelmente teríamos pego o fio da meada daquilo em que hoje estamos trabalhando tanto para averiguar. Ou seja, já nessa época, se nos tivéssemos interessado por sua declaração, possivelmente teríamos detectado e cortado o que depois veio a suceder.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Modestamente, acho que sim. Não posso garantir, mas o fio da meada certamente sim. Eu provavelmente diria: "Sigam essa trilha, que vai dar certo."

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mencionei a V.S^a, se não me engano, o depoimento que ouvi do jornalista Alexandre Machado, segundo o qual, numa reunião entre empresários, isso foi relatado pelo empresário industrial Paulo Vilares. À certa altura, um empresário disse aos demais que havia feito um pagamento à empresa ou ao Sr. Paulo César Farias. Os demais empresários dialogaram e chegaram à conclusão de que a soma das contribuições dos que estavam presentes a essa reunião chegava a 100 milhões de dólares.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Isso o senhor não relatou a mim.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi por isso que eu disse "Se não me engano". Agora, então, estou relatando.

Relacionado a esse fato, pergunto se V.S^a ouviu, de testemunho em primeira mão ou de terceiros, um relato sobre a reunião que o Sr.



se vou estar vivo amanhã, porque realmente é terrível tudo o que se diz em matéria de boatos.

Há, contudo, um velho ditado que diz: "Onde há fumaça, há fogo". Isso cabe aos senhores saber. Eu não sou do Congresso Nacional, os senhores é que têm que apurar isso. Não posso dizer que houve, mas escuta-se falar de colegas dos senhores aí.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Coincidiu de V.S^a ter me relatado um fato que pode parecer sem importância, mas, para nós aqui, vai ter muita importância.

O senhor mencionou a certa altura - não me lembro a data exatamente, mas foi certamente antes de o Presidente Fernando Collor de Mello ter se tornado candidato a presidente - que o Sr. Alcides dos Santos Diniz o visitou, propondo uma chapa. Este é um fato que serve para outra..

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - O senhor não gravou a conversa, não?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Absolutamente.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, porque, se o senhor tivesse gravado, iria ver que houve... Vi essa notícia no jornal ... aliás, quem me falou foi o meu irmão José. Ele me disse: "Olha, fizeram um programa no SBT, uma montagem fotográfica, o senhor ao lado do Senador Eduardo Suplicy" - o que me daria muito prazer, estamos sempre juntos - mas dizendo que o Alcides Diniz... Conheço muito bem o velho Valentim Diniz, que trabalha comigo há 22 anos na Benificência Portuguesa. O Alcides vi três vezes na minha vida: uma vez, quando chegou o Presidente de Portugal na casa do Comendador Valentim; outra vez, na Casa de Portugal, onde deram um almoço para o Embaixador de Portugal; e a terceira vez foi exatamente no velório da senhora dela, feito na

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

No. 1557

Secretário



Beneficência Portuguesa. Nunca, entretanto, o Alcides Diniz me convidou. Houve, isso sim, o seguinte: depois de uma visita do Presidente Fernando Collor ao meu escritório, numa sexta-feira, no sábado, jogaram cédulas dizendo: "Ermírio para Presidente, Collor para Vice", o que achei até curioso.

Respondi "não" novamente. Mostrei através dos senhores que sempre dei oportunidade aos congressistas. Só me meti em 1986 e resolvi parar.

O **SR. EDUARDO SUPLICY** - Como V.S^a mencionou em seu depoimento, quando o Sr. Paulo César Farias propôs o contrato à Votorantim, avaliou que havia justificativas adequadas. Hoje, de acordo com o conhecimento que tenho dos fatos, inclusive em meio aos empresários, teria V.S^a a certeza de que estaria o Sr. Paulo César Farias procedendo de maneira inadequada, particularmente com respeito ao destino do dinheiro que ele cobrou da Votorantim?

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Seria inocência pensar em contrário. Claro que, na ocasião, ele merecia todo o respeito da sociedade, porque era um homem que convivia com o Presidente. Depois, com os fatos que vieram à tona, é evidente que se tem que - usando uma expressão popular - colocá-lo de quarentena.

O **SR. EDUARDO SUPLICY** - Relativamente à pergunta que o Senador Antônio Mariz fez a V.S^a, obviamente que a intenção de S.Ex^a não foi perguntar se V.S^a avaliava que seria possível controlar o Congresso Nacional com algumas grandes empresas de construção civil pesada. Mas a observação teria sido feita por um empresário, ou seja, teria sido ouvida por um empresário do Presidente Fernando Collor de Mello. Foi este o sentido, ou seja, de que, na avaliação do Presidente da República, talvez isto fosse possível, embora eu ache seja impossível e



concordo com V.S^a.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Se isso fosse possível, vou carimbar o meu passaporte e ir embora do Brasil, porque aí perco toda a esperança nesta Nação.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas, infelizmente, parece que o nosso Presidente teria dito isso a um empresário.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Se ele dissesse isso a mim, eu iria retrucar. Não, não acredito que isso seja possível. Esta Casa representa a fina flor da sociedade brasileira, que procura legislar em favor do Brasil. É evidente que, em toda sociedade, há gente boa e gente ruim. Da mesma forma ocorre no meio empresarial e em todos os meios. Mas pretender que cinco homens, cinco empreiteiras possam dominar o Congresso Nacional, então, não estamos no Brasil: estamos numa republiqueta da América Central. Não acredito nessa hipótese de jeito nenhum.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Dr. Antônio Ermírio de Moraes, tenho a convicção de que V.S^a prestou um grande serviço à Nação hoje. Peço desculpas se lhe causei sofrimento. Mas pode ter certeza de que foi para o bem do Brasil, em especial, de seus filhos, de seus netos e de todos os brasileiros.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Senador, o senhor me disse, no último sábado, que tinha esperança de que, a partir desta CPI, o Brasil iria mudar. Eu também tenho a mesma esperança, Senador. Não faço questão de que o Brasil chegue ao Primeiro Mundo. Isso é pura ilusão. O que eu queria é que o Brasil estivesse no primeiro mundo em matéria de dignidade, decência, caráter, trabalho, respeito ao próximo de seus homens. É isso que desejo para o Brasil. Entrar para o Primeiro Mundo não interessa: eu queria um primeiro mundo de decência, isso

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Pá.

1558

Secretário



sim, que fôssemos respeitados no exterior pela decência dos homens que estão aqui. É isso o que desejo, é isso o que quero para o Brasil, mais nada. O resto é tolice.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Comungo inteiramente do propósito de V.S^a.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra V.Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está convocado para depor, já aprovado pelo Plenário, o Sr. Emílio Odebrecht, justamente por ter sido a Norberto Odebrecht a empresa que maior volume de pagamentos fez à EPC - cerca de 4 milhões de dólares.

A segunda empresa que maior volume de pagamentos fez foi...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Senador Eduardo Suplicy, quero colocar a V.Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pergunto se isso pode ser tratado logo no final, depois do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Depois de liberar o Dr. Antônio Ermírio, vamos conversar sobre esses assuntos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Muito bem. Aguardarei.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa, do PDT do Rio de Janeiro.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, Sr. Depoente Antônio Ermírio de Moraes:

Hoje as intervenções, e também as respostas, têm tido um conteúdo, um tom discursivo, e foram focalizados também temas não muito objeto da nossa CPI, e até da sua presença aqui. De um lado, talvez, porque o senhor, já de início, revelou que não tem conhecimento dos



detalhes, até da razão mesmo da sua presença; e, de outro lado, porque - o que acredito ser a razão maior - o senhor é um homem importante na vida deste País. Não é apenas um empresário paradigmático - como o Senador Bisol se expressou - mas também um empresário que dirige, que é a figura número um do maior complexo industrial deste País; e, acima de tudo, pela visão política que o senhor tem dos nossos problemas, não apenas na questão empresarial, mas também sobre este País, o seu passado, o seu presente e os seus destinos. Isso até nos cativa e nos motiva muito a um diálogo sempre interessante com o senhor, embora esse seja o primeiro diálogo que temos a oportunidade de manter. Até, no caso pessoal meu e de alguns Parlamentares aqui - como já expressou o Senador Antônio Mariz, uma certa identidade de conceitos que o senhor tem sustentado e que aqui reiterou. Uma identidade que um grupo expressivo neste Congresso sustenta, o grupo integrante da Frente Parlamentar Nacionalista, que tem uma visão do Estado Nacional, do Estado brasileiro, uma visão do empresariado brasileiro, talvez com muitos pontos de identidade que o senhor tem. O senhor até no diálogo com o Senador Antônio Mariz procurou citar o exemplo asiático, do Japão, procedimento dos empresários do estado japonês.

Nós, também, na Frente Parlamentar Nacionalista - um conjunto expressivo de Parlamentares -, temos uma visão realmente muito própria do sucesso daqueles países e do nosso fracasso, dos caminhos que seguiram aqueles países, muito próximo das teses que neste Brasil até já foram defendidas pelo grupo político do qual participou o pai de V. Sa., um Senador da República, integrante de um grupo político que defendeu teses, caminhos para o Brasil, semelhantes aos que foram percorridos pelos países asiáticos e que, foram desviados, no Brasil, e desembocamos no desastre que estamos assistindo.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

1559
fls. _____
Secretário



Não obstante essa identidade que temos, é evidente até com muitos conceitos de V. Sa., eu e o grupo político a que pertenço temos uma visão muito crítica do papel do empresariado nacional, especialmente o papel que ele desempenhou durante o regime autoritário. A História registra ou irá registrar, realmente, páginas muito depreciativas sobre o papel que o empresariado brasileiro teve naquele período. E nós, agora, aqui na CPI, deparamos também com um papel também muito depreciativo. Empresários, empresas, neste País tiveram, neste caso, objeto de nossa investigação, do nosso trabalho, o que é, evidente, razão até realmente do senhor estar aqui conosco, dialogando conosco hoje, tentando resistir à tentação aí de travar um diálogo sobre as questões de visão política maior, que o senhor sustenta com muito brilho - como demonstrou aqui hoje - e eu, realmente, tenho o dever de tentar me deter em algumas questões aqui, menores, objeto de nosso trabalho. Quer, realmente, a questão dessas notas. Digo ao senhor, realmente, que a questão dessas notas trouxe aqui para a imprensa, para os profissionais, jornalistas que estão trabalhando nessa questão, cotidianamente, um grande serviço prestado ao País, mas trouxe muito estarecimento a todos os Parlamentares que se depararam com esse quadro. Não sei se o Senhor teve oportunidade mas vou, rapidamente, descrever um quadro com certo interesse e curiosidade.

V. Sa. lembra que o Presidente Collor foi eleito Governador de Alagoas em 1986. Assumiu em março de 1987. E, o seu amigo e colaborador, na eleição, o Sr. Paulo César Farias, na sua eleição também para Governador, empresário local, começou em setembro de 1987 a prestar serviços de assessoria econômico-fiscal, o mesmo que ele tentou prestar ao seu grupo.



Engraçado é que naquela época ele próprio, prestou serviços de assessoria econômico-fiscal a muita gente - também, nem tanta gente, mas a um número expressivo. Prestou serviços de assessoria Central Açucareira Santo Antônio, de Maceió; à indústria Usina Açucareira - açúcar e álcool - também em Maceió; à S.A. Leão e Irmãos - açúcar e álcool -, também em Maceió; à Usina Cachoeira S.A., também estabelecida em Maceió, tudo com o mesmo conteúdo, as notas fiscais e, naturalmente, os contratos e naturalmente os serviços que ele quis prestar e que o grupo de V. Sa. não aceitou acatar. Serviço prestado de assessoria econômica e fiscal. O mesmo conteúdo, as mesmas expressões. Eu, se fosse perito, poderia dizer: "a mesma letra no preenchimento das notas fiscais," mas não tenho condição de dizer isso.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É uma pena que eu não soubesse isso antes.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pois é. Agora, pouco depois essa assessoria econômica e fiscal deu um salto de qualidade.

Ela adquiriu um novo **know-how**, depois da eleição Presidencial. Porque ela, ao invés de prestar assessoria apenas às indústrias açucareiras e outras empresas menores de Alagoas, passou a prestar assessoria, depois da eleição do Presidente da República, às grandes empresas deste País, às empresas de expressão deste País. Aqui daepuseram até dois empresários: um da TRATEX, do mesmo grupo do Banco Rural, e outro da CETENCO, uma grande empreiteira neste País. A TRATEX, contratou - empresa de banco, uma empresa que naturalmente tem uma estrutura de conhecimento econômico, um conglomerado, tem a satisfação financeira fiscal deste País, como os bancos soem conhecer. Ela prestou, fez um contrato com o Sr. Paulo César Farias, verbal, e recebeu dele uma assessoria verbal, em alguns, dois ou três encontros, um pagamento de mil



dólares para essa assessoria.

A empresa CETENCO, através de um contrato verbal, também pagou a ele. Disse que recebeu a resposta por escrito. Eu não tenho a felicidade de receber, mas ele recebeu por escrito, a resposta, e disse que nem apresentou ainda. Já está cobrado pela Polícia Federal, de apresentar isso há mais de um mês, mas ainda não apresentou. Mas disse que tem e, também, pagou 200 mil dólares por essa assessoria.

Eu, que sou advogado, e não apenas como advogado mas até trabalhando na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, tenho contato com pessoas e empresas organizadas para a prestação de assessoria econômica, fiscal, tributária, financeira, não tenho a noção do nível de remuneração que possa ter. Confesso que, o maior escritório fiscal-tributário deste País jamais recebeu 200 mil dólares por um parecer dessa natureza.

Mas, grandes empresas do País, realmente, como o Grupo Votorantim foi dos que menos recebeu. Ele ao menos já disse estar variando, mas dizendo que o problema que tenho aqui, contado, é de 260 mil dólares. Pelo serviço do senhor, realmente, já escreveu...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Vinha até publicado nos jornais, de maneira que eu também...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Está variando isso aí.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Cento e trinta e oito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Cento e trinta e oito e eu contei 260 mil.

Mas, outras empresas grandes como a Andrade Gutierrez, pagou 1 milhão 715 mil, exatamente pelo mesmo serviço de assessoria econômico-fiscal. As assinaturas são idênticas. Notas fiscais idênticas. Assessoria econômico-fiscal.



A Norberto Odebretch, pagou ainda, praticamente o dobro disso: 3 milhões e 200 mil, por assessoria econômico-fiscal.

Eu, quando vi as notas fiscais relativas ao Grupo Votorantim, achei que tinha acontecido uma grave crise econômica no grupo, no dia 17 de maio de 1989, porque um conjunto de empresas realmente arcaram com esse pagamento, no mesmo dia, todas necessitaram enfim dessa assessoria e, no mesmo dia, pagaram. Imaginei que algo acontecera, dias antes daquele período, com o grupo que causou realmente um impacto que merecesse as assessorias serem pagas por todos no mesmo dia e, em diversos grupos, transporte e cimento.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Acho que era apenas um - quero ressaltar ao senhor - sinal. Acho que houve da nossa parte um erro, mas ele foi corrigido a tempo porque, quando percebemos que não haveria retorno...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Creio também, que até vi o depoimento do seu filho, o do seu irmão José Ermírio - li os depoimentos na Polícia -, que diziam que em razão desses pagamentos verificados veio o rateio.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Claro. Para diluir essas despesas que eram muito fortes, como V.Exa. disse. Não há um único escritório - como V. Exa. disse - para receber 200 mil dólares por um parecer. Isso aí é constrangedor.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente. Eu até confesso que aí notei - eu tenho realmente apreço e o sucesso do senhor dá demonstração da qualidade das decisões empresariais -, realmente notei duas coisas pelo menos no meu conceito que são muito clássicas na organização empresarial: primeiro, a **holding**, que parece, tudo indica, pelos depoimentos aqui, que encomendou o serviço, ou acatou o serviço, distribuí-

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

1561

Secretário



ram os seus custos nas empresas. E, segundo, ter pago um sinal, a importância vultosa de 260 mil dólares, antes de assinar contrato. Porque o contrato é que vai definir as obrigações, os termos. Realmente, a Votorantim, no seu complexo de assessoramento, de técnicos, de estrutura, não seria capaz de pagar um sinal antes de ter o contrato definido, assinado e, com uma pessoa que, o único título que ele disse que sabia dele, era ser íntimo do Presidente. Que outro título ele ostentava?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, não conheço. Não sei se ele é contador. Não sei o que ele é, se é advogado, se é contador, não conheço.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Porque todos os diretores que depositaram...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Esse argumento é irrespondível. Quero poupar o senhor. É irrespondível. Se fosse na minha área, vamos admitir que tivesse esse mesmo tipo de propositura, acho que teria que pedir uma fiança bancária pelo serviço prestado. Talvez, tenha sido essa falha da Votorantim. Quer dizer, as empresas que doaram...

O SR. VIVALDO BARBOSA - A fiança mesmo antes de assinar o contrato. Seria possível?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, o senhor vai receber. Na fiança bancária se as normas contratuais não forem cumpridas, afinal de contas é quitar verbalmente. Amanhã o senhor não me dá retorno e o que vou fazer com isso. Se tenho uma fiança bancária vou lá e cobro dele. Isso fazemos com clientes, é muito comum.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas, a fiança está ligada geralmente ao contrato que o banco vai dar na fiança, conhecendo as obrigações.



O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Antes de o senhor entregar uma mercadoria - isso em comércio ocorre muito e tem centenas de pedidos por dia. Então, V.Exas. dá um adiantamento muito grande. No caso de dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros por uma pessoa que é só 30% da ordem de um fundo de 89 para fazer recozimento e ...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Caríssimo.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Agora, é uma firma internacional. Quero fiança bancária. Se amanhã falir o que vou fazer. Se não há a entrega de mercadoria, vou ficar sozinho. Então, preciso de uma fiança bancária. - Ah! Não posso, custa muito caro etc." Então, vamos negociar a fiança bancária. Na despesa a metade fica sua e a outra minha, mas não posso deixar sem fiança. Isso é uma maneira talvez de corrigir.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Isso no comércio é normal.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É normal.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas é difícil, talvez, obter a fiança bancária sem contrato. É uma solução talvez impossível. Como é que vai obter sem um contrato que não foi assinado.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Mas dá para fazer.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, não faz um contrato, mas faz um recibo.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Está concluído o tempo do Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Passou rápido o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Passou.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Vou concluir, Sr. Presidente. É que também quando o Sr. Antônio Ermírio disse que não conhecia as operações, até surgiu aqui a idéia de convidar para nos ajudar neste recla-



recimentos o seu irmão, José Ermírio, que poderia conhecer melhor os temas que queremos esclarecer. Mas, eu o socorri no depoimento que prestou à Polícia Federal - ele também não conhecia o assunto, não soube da existência do contrato e das notas fiscais depois que elas foram exibidas.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Delegou poderes. Isso que é o erro. Aí foi um erro...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Os diretores das empresas, até seus gerentes não conheciam a operação. Realmente, confesso que depois que li todos os depoimentos, até depois de ouvir o senhor, não sei dentro da estrutura do grupo quem fez esse contato, contrato ou engajamento em negócio. Acho que saímos daqui, Sr. Relator, sem saber até dentro da estrutura empresarial quem ou que setor foi responsável por esse contato. Não há nenhum esclarecimento a esse respeito.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - No inquérito feito pela Polícia Federal ficou muito claro. O senhor leu meu depoimento. Não é da minha área, tomei conhecimento da EPC na Polícia Federal.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pois é. No seu depoimento, o Sr. José Ermírio de Moraes também não sabia disso. Aliás, o Sr. José Ermírio disse que realmente conhecia o Sr. PC da campanha presidencial. Esteve na casa do Sr. Olacir Moraes, numa reunião em que o Presidente foi expor as suas idéias de política econômica. E ele relata em seguida que o Sr. Paulo César estava lá.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Para ser sincero, nessa reunião, foi à tarde, não foi na hora do jantar. Eu também estava, mas não conhecia o Sr. PC Farias. Tinha umas cinquenta pessoas, nem tomei conhecimento dele.



O **SR. VIVALDO BARBOSA** - Ele disse que o Sr. PC estava lá e que depois de alguns dias da reunião o Sr. PC foi a ele para solicitar colaboração para a campanha. Ele disse que deu a colaboração como pessoa física, mas não se recordava quanto. E que deu algumas vezes contribuição para a campanha. Depois o único contato que teve com o Sr. PC foi na época da posse do Presidente. O Sr. Paulo César telefonou convidando-o para a posse e, inclusive, entregou os convites para a posse do Presidente da República.

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Mas, acho que ele não veio à posse do Presidente Fernando Collor. Acho que o José não veio à posse.

O **SR. VIVALDO BARBOSA** - Mas disse que recebeu os convites.

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - Recebeu os convites, sim, mas acho que ele não veio.

O **SR. VIVALDO BARBOSA** - E que depois da posse do Presidente foi o Sr. Paulo César que o procurou para interessá-lo - talvez tenha sido apresentado ao senhor - num investimento no Estado de Alagoas.

O Sr. Paulo César, evidentemente, não é político, não era o Governador para solicitar como o senhor viu. É normal um Governador telefonar e pedir algo do seu interesse em algum investimento, e como deveria até fazer algum prefeito na sua cidade, no seu Estado.

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - É mais comum.

O **SR. VIVALDO BARBOSA** - É mais comum isso aí. Mas, o Sr. Paulo César não era Governador do Estado, mas o procurou para fazer investimento em Alagoas. Ele que deu a idéia. A questão de mineração poderia ser uma boa fonte e o senhor até disse que existem estudos do Banco do Nordeste que indicam, vai, certamente, indicar....

O **SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** - BNDES.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fla. 1563
Secretário



O SR. VIVALDO BARBOSA - Certamente, indica todo o potencial energético...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Chama-se Oportunidades de Investimento Industriais no Nordeste.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Certamente em matéria de oportunidade, mineração e energia - como o Senhor disse ser a sua preocupação - já está nesse estudo. Sem dúvida alguma o BNDES é competente e capaz de produzir isso.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É claro.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E esse foi o único contato que teria havido. Naturalmente eu saio daqui com o desconforto de não ter, pelo menos entender, com relação ao grupo Votorantim, que setor, que estrutura ou quem realmente fez esse contato para que eu, após as suas referências - e acho que o senhor também deve ter feito essa convicção de que esse serviço, esse interesse de investimento em Alagoas que despertou essa contratação, esse recebimento de sinal e depois desprezo para a prestação do serviço, é evidente que o senhor deve ter feito o juízo de que em um projeto econômico-financeiro existia em Alagoas...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Tanto é que se cortou.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Certamente, foi a tentativa de uma maior arrecadação em dinheiro, não é Sr. Antônio?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Isso eu não posso dizer ao Senhor, mas...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não existe uma outra justificativa plausível...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Se não houve uma contrapartida de serviço pára, não é por aí.



O SR. VIVALDO BARBOSA - Se não é serviço, projeto econômico definido, não é uma figura pública para interessar a ninguém e receber o dinheiro confesso que a essa altura qual a convicção do Senhor, como administrador do grupo, os seus colegas administradores e até realmente na minha cabeça, de que foi a maior arrecadação de dinheiro que ele fez com outras empresas.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - O senhor falou que ficou perplexo e eu também fiquei.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Antônio Ermírio de Moraes, sou testemunha anônima desse trabalho que o senhor tem feito na área da saúde, particularmente na Beneficência Portuguesa.

Tive oportunidade de estar lá na manhã de um sábado e vi o senhor chegar dirigindo o seu automóvel e passar o dia trabalhando no hospital e há um reconhecimento geral da comunidade em relação a esse tipo de serviço. Tive uma outra oportunidade também, quando eu era Assessor do Sindicato dos Químicos de São Paulo, de conhecer o Grupo Votorantim em uma negociação trabalhista. Eu ajudei...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - ...Tocantins.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E na Nitroquímica também, eu ajudei a organizar a campanha salarial de 1985, movimento unificado em que paramos a Nitroquímica e lembro-me que entrei na fábrica e conheci as conicaleiras e o pessoal reclamava muito da Ilha do Diabo, que tem o ácido sulfúrico e vi que o senhor na negociação é muito duro e sério.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Sim, aliás eu tive o prazer de ter o Presidente do Sindicato dos Químicos era o Sr....

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Domingos.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fla. 1564
Secretário



O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Domingos. Era um rapaz calvo, muito inteligente e disse para mim o seguinte: Dr. Antônio, são três dias de negociação e quero dizer que perdemos, porque cada vez que conseguimos negociar nós perdemos a parada, porque a nossa intenção, se possível, é amanhã partir para a indústria de base e ficar de posse do Governo. Ele falou isso claramente para mim.

E continuou: quero lhe cumprimentar pela dureza do tratamento, porque não houve nenhum sintoma de corrupção nesse tratamento que fizemos diretamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sério e duro.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Foi a primeira greve que tivemos e aquilo para mim é uma ofensa porque...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A primeira foi na Nicrotocantins, foi mais difícil mesmo e a da Nitroquímica foi mais fácil porque já estava adaptada.

Agora, nessa experiência eu vi, inclusive, a competência do grupo na negociação do contrato trabalhista, seriedade e o rigor. A pergunta que faço é a seguinte: vamos admitir que esse pagamento à EPC foi feito em função de uma prestação de serviço, como está sendo dito, foi uma contribuição inicial de uma contrapartida de uma prestação de serviço. Como o Senhor mesmo afirmou essa contrapartida não existiu. Por que o grupo não processou a EPC, por que não entrou na Justiça exigindo a devolução ou entrando na Justiça e exigindo-la...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - É uma boa pergunta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por que se isso não foi feito, talvez pelo mesmo motivo de ter escolhido a EPC, porque não foi pelo currículo, pela estrutura e nem pelo trabalho, foi feito porque era de um empresário íntimo do Presidente da República e isso poderia trazer



problemas políticos ao grupo.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - O Sr. Paulo César Farias era íntimo do Presidente e não nós.

Acho que aí sinceramente não foi a minha área, pois nela eu teria sido mais duro. Se amanhã eu tivesse que cobrar uma fiança bancária, eu executava e ponto final. Não prestou o serviço executa, seja quem for, porque aí o negócio é comercial.

Talvez tenha havido, eu não quero fugir do problema de jeito algum. Acho que da nossa parte, da parte que executou esse pagamento houve uma falha, nós erramos porque deveríamos ser mais duros. Não admito fazer um pagamento, dar um **down payment** para um contrato, quer dizer, o contrato é 100 e preciso de 20 para começar arregimentar pessoal e elaborar esses dados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Senhor admite a possibilidade de ainda vir a processar a EPC?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Se for na minha, área eu certamente faria mas na área dos outros eu tenho que fazer um pouco de cerimônia, porque a Votorantim... O Senhor perguntou se o Ministério das Minas e Energia iria processar o Ministério da Economia. Tenho que andar com certo cuidado nessa área.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Se fosse na sua área o senhor processaria...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Eu não daria o recurso sem fiança bancária. E ponto final.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor tem uma larga experiência em contratos, como disse, uma longa vivência como empresário. O senhor conhece, em toda a sua história, um contrato de financiamento, a exemplo do que aconteceu com o financiamento da Alfa Trading do Uru-



guai que tem as seguintes condições: Cinco milhões de dólares, sete anos de carência, para financiamento de uma campanha, portanto, um contrato de alto risco, de um governador que na época não tinha grande peso nas pesquisas, 5% de **spread** e a contrapartida é apenas o valor do principal, uma nota promissória de cinco milhões de dólares, depois de sete anos e o fórum é do tomador do empréstimo que é Maceió.

O Senhor já viu em algum momento da sua história empresarial algum contrato desse natureza?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, Senhor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Senhor admitiria que esse tipo de contrato, se operação existiu e como o Senhor mesmo disse que o Uruguai tem se transformado em uma espécie de Suíça da América Latina?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Isso é conhecido, é de domínio público.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Esse pode ser, dentro do mundo empresarial, um instrumento de internacionalizar recursos externos?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Acho que pode.

Nós tivemos recursos fora do Brasil - e sobre isso faço apenas um comentário ao Senhor - quando dessa política de juros elevados, que não posso discutir se acho errado e sou contrário porque acho que hoje todos os investimentos são feitos na base 100% de recursos próprios, então, há uma desaceleração no crescimento industrial e conseqüentemente eu me sinto frustrado porque não posso empregar, como eu gostaria, conforme uma vez eu declarei. Nós demitimos oito mil homens mas, se Deus quiser, um dia vou pegá-los de volta, essa é uma meta que nós temos: temos que crescer.

Agora, com juros elevados, o crescimento é menor porque se, amanhã, eu contrátar empréstimo a juros de 30% ou 25% ao mês, durante



cinco anos, você estará liquidado, é uma conta só de aritimética.

Bom, se os juros estão elevados muitos maus brasileiros, que tinham recursos lá fora, trouxeram recursos via Uruguai ou qualquer outro esquema que desconheço, porque lá fora o sujeito ganha 4,5% ao ano e houve época aqui o sujeito ganhava 4,5% ao mês real. Ainda hoje, com essas taxas de juros de 26% o ganho real está quase igual aos 4% ao mês. Ela estreitou para dois, quando chegou a dois os recursos diminuíram, mas quando aumenta para quatro a turma faz retomarem os recursos para o Brasil, porque aqui o sujeito ganha 4% ao mês real e lá fora ele ganha 4,5% ao ano, sendo um excelente negócio do ponto de vista, inclusive para as pessoas que tinham dinheiro lá fora e trouxeram através desse tipo de coisa.

Não quero dizer que tenha sido essa a operação mas isso é apenas uma observação que faço ao senhor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Tenho muito pouco tempo e gostaria de fazer as duas últimas perguntas, que são pequenas.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Pois não. O senhor me desculpe se fui complexo em responder ao senhor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu compartilho com a análise do Senhor, do ponto de vista econômico, que esse projeto de abertura econômica sem contrapartida e mesma a visão falsa de que a competitividade vai se construir simplesmente pela exposição ao mercado exterior, quer dizer, a competitividade tem que ser construída por uma política industrial muito mais articulada de ciência, tecnologia, educação e outras bases. Mas, junto com essa crítica à política econômica uma coisa que entusiasmou parte do empresariado nessa campanha eleitoral, na minha avaliação, foi o discurso de enfrentamento do estado cartorial, do fisiologismo, enfim, de tentar reconstruir o Estado em novas bases.



Quando estamos trabalhando na CPI - estamos concluindo os trabalhos depois de 70 dias - verificamos o volume de recursos que serão anunciados à Nação, através do Relator Amir Lando, que o Sr. Paulo César Farias operou durante esse período, e posso adiantar que a conta de um único fantasma, em menos de um ano, é de 15% do lucro que o senhor obtém em um ano. Em menos de um ano é 15% do lucro que o Senhor obtém em um ano, trabalhando com 55.000 pessoas, em dezessete Estados do País...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Concordo inteiramente com isso. Acho que a Nação inteira fez essa pergunta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu perguntaria se o senhor teria mais alguma coisa importante a dizer para esta CPI que pudesse de fato, porque aqui houve muito preocupação com o depoimento que não fosse uma tentativa de alguns de tentar criminalizar o empresariado, exatamente para jogar o empresariado contra esse processo de apuração da CPI.

Acho que hoje ficou claro que não é esse o esforço, essa a perspectiva...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Muito claro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nós queremos revelar com transparência a verdade para a sociedade brasileira. O que o senhor poderia dizer sobre esses empréstimos que ocorreram com a EPC que possa de fato contribuir para eliminarmos da história do Brasil esse tipo de procedimento.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Sinceramente, o número que o senhor acabou de citar confesso que me choca, pois não tinha idéia desse volume.



Agora, mais do que nunca, nobre Deputado Aloizio Mercadante, acho que a responsabilidade do Congresso Nacional, sobretudo da Justiça, note bem, tem que se fazer valer daqui para frente, porque acho que um país em que há justiça é um país que tem justiça para todos, independentemente de poder econômico, raça ou religião e aqui, no Brasil, isso não existe por enquanto. Temos que criar um país com justiça com "jota" maiúsculo.

No dia em que houver justiça neste País, com o Congresso atento, o País tem que melhorar. É preciso um melhor relacionamento entre o meio produtivo e o meio parlamentar. Infelizmente, escutamos dizer que pelo fato de se tratar de um parlamentar, está envolvido o fato político. Não há nada disso, temos que nos aproximar, conversar e trocar idéias sobre o que está errado neste país. Porque esse exemplo que o senhor deu agora da CPI procurar levar a fundo e espero que se conclua, é realmente um marco na História do Brasil, espero que saia um resultado que represente realmente um começo de uma nova Era, de respeito, de trabalho, de seriedade e serenidade.

É isso que eu espero, sinceramente, com o coração aberto. Acho que temos que crer neste País que é grande e forte e só não será grande se realmente formos extremamente incompetentes. Essa miscigenação deu uma raça inteligente, pois o brasileiro é inteligente, ele é rápido, veja o operário ele aprende rápido as coisas. Agora, falta nos dedicarmos à educação porque saúde, Deputado Mercadante, é consequência da educação, que é prioritário.

Ainda que aquela enquete da **Folha** que fez há seis meses e repetido sempre, em que o Brasil foi considerado o penúltimo país do mundo em educação para crianças de nove a treze anos e nós só ganhamos de Maputo, que é a capital de Moçambique, foi o único país de quem ganha-



mos; e eram perguntas ridiculamente fáceis em ciência e matemática.

Eu até escrevi na **Folha** um artigo dizendo que fomos reprovados em ciências e matemática. É constrangedor crianças de nove a treze anos do Brasil errarem tanto. E de onde elas foram selecionadas? De São Paulo e Fortaleza, que são duas cidades proeminentes do Brasil. Essas crianças não foram tiradas do sertão mas de centros ativos, prósperos e, no entanto, ficamos em penúltimo lugar em ciências e matemática.

Fico estarecido quando vejo o Banco Mundial, uma entidade estrangeira, dizer que no Brasil apenas 48% da verba do Ministério da Educação chega à sala de aula, isso é lamentável. Mas, cabe aos Senhores também pesquisar o que está acontecendo aí, porque não é só PC Farias mas tem alguma outra coisa errada por aí.

Se o Brasil arrecada noventa bilhões de dólares por ano, se está certo o relatório, para o social, e ele está infame, porque não pode estar pior!

Se o senhor passar em São Paulo e ir à Praça da República, Praça Ramos de Azevedo, Praça João Mendes verá uma miséria só, uma Bangladesh. Por quê? Não culpe os que estão na rua e sim a direção do país, somos nós que somos a elite e temos responsabilidades por isso e é justo que sejamos responsabilizados.

Da minha parte, eu faço o máximo possível para empregar, agora chega uma hora em que o cinto aperta de uma tal maneira, com essas tolices de liberação, porque liberais realmente são muito poucos, o senhor bem sabe disso. Os países grandes não dão nada para ninguém...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - (Fala fora do microfone)

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Desculpe-me Deputado Roberto Jefferson. Já estamos com quatro horas e meia de depoimento e a voz



já está escapando.

Mas, acho que, de uma maneira geral, é muito triste o que está acontecendo no Brasil hoje, mas é uma prova de que a democracia realmente veio para valer no Brasil e é a primeira vez que isso acontece. No passado jamais se chegou perto da área executiva e desta vez se chegou e vamos ver se tiramos alguma vantagem disso. Vantagem de fazer o Brasil ser conhecido lá fora como um país de gente decente e só.

O meu desejo final é que o Brasil possa amanhã ser reconhecido como um país de gente decente, onde se possa ter um meio de vida razoável, porque o brasileiro é um homem sério.

Em contrapartida, temos 10% menos de população que o Japão, e o PIB brasileiro é 900% menor do que o PIB japonês. Isso é estarrecedor. Eu tenho até vergonha de dizer que sou empresário. Aliás, dizer que Paulo César Faria é empresário me deixa profundamente machucado. Temos que inventar outra palavra para isso, porque empresário não se fala mais. O PIB do Japão é dez vezes superior ao PIB do Brasil, com apenas 130 milhões de habitantes; isso significa que temos que trabalhar mais; esse é o problema-base, mas precisamos de condições para trabalhar.

Era só isso, desculpe-me se me alonguei.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Deputado Aloízio Mercadante.

O último orador inscrito é o Deputado Aldo Rebelo, ao qual concedo a palavra.

O SR. ALDO REBELO - Dr. Antônio Ermírio de Moraes, a imprensa nacional veiculou informação no início do mês de julho, quando vieram a público as notas da EPC sobre um comentário que o senhor teria feito a propósito de uma arrecadação, realizada pelo Sr. Paulo César Farias

1568



entre empresários de São Paulo, destinada a garantir ou assegurar o projeto de modernização do País encaminhado pelo Governo. Essa informação saiu em, **O Estado de S. Paulo**; foi dada pelo Jornalista Jânio de Freitas e atribuída a V. Sa.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não é correta. O Dr. Jânio de Freitas esteve no meu escritório. Fiquei muito magoado devido a algumas afirmativas que ele fez. Eu falei: Jânio, está na hora de mudar os seus informantes, porque não está certo; recebi um telefonema do Palácio do Planalto em que não era necessário o fio porque os palavrões ditos eram muito altos. Depois, disse que estávamos arrecadando fundos para comprar o Congresso Nacional. O senhor nunca me viu aqui no Congresso Nacional; o senhor nunca recebeu um emissário meu para dizer: conversa com o Deputado para ver se há alguma posição. Deus me livre!

Respeito os senhores, e a melhor maneira de demonstra-lo é não vir aqui fazer **lobby** ou pressão em cima da sua cabeça, quando o senhor tem decidir alguma coisa, mesmo contra o Grupo Votorantin. Se o senhor decidiu, o senhor é correto. Não interessa se vai favorecer ou prejudicar o Votorantim.

Em terceiro lugar, ele me falou sobre o negócio dos cruzados. Tenho um negócio dos cruzados que eu levo em mãos. Verifica isso aqui. De jeito nenhum. Realmente essa informação do Dr. Jânio de Freitas... Ele foi ao meu escritório. Depois eu lhe disse o senhor também está nervoso. Ele respondeu: não estou nervoso; quero apenas conversar com o senhor de igual para igual. Eu não o conhecia; e até que é uma pessoa calma, acho que é um homem sério. Infelizmente, sobre a minha pessoa, deve haver algum informante que não deve gostar do Dr. Ermírio. Então, "pau nele", e a coisa já não anda muito fácil.



O SR. ALDO REBELO - Mas o senhor nunca ouviu qualquer comentário em São Paulo, não a respeito do Congresso Nacional, de que houvesse...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Não, nada, porque o Deputado Vivaldo falou sobre governo autoritário - eu nunca bajulei governo autoritário algum. Pelo contrário, dei duro nele e tenho a honra de dizer que talvez tenha sido o primeiro empresário a falar contra as prioridades errôneas do governo autoritário, pedindo a volta do poder aos civis.

Isso é notório. Tomei um "pau" que não está escrito, mas não tem importância. Nunca fui a viagem alguma de Presidente; fui convidado várias vezes. Nunca fui à Alemanha, à França ou aos Estados Unidos, para lugar algum. Nunca aceitei, como não aceito agora.

O SR. ALDO REBELO - Dr. Ermírio, quero saber a sua opinião sobre o seguinte: Há evidências até agora apuradas por quem raciocine de maneira coerente de que o Dr. Paulo César Farias é apenas um elemento, um personagem desse rito. O Dr. Paulo César Farias é uma espécie de sombra projetada de uma figura. Quando se foi examinando, investigando e os sapos foram sendo revelados, viu-se que a sombra é projetada, do meu ponto de vista, na figura do Senhor Presidente da República. Mas a sombra e a figura se encontravam numa espécie de penumbra, num ambiente escuro. Havia necessidade de luz que se projetasse sobre essa figura; que ela também projetasse por si a sua sombra. E as evidências vão sendo reveladas no sentido de que há uma participação do grande empresariado nacional nesse enredo. Como assim?

O Sr. Paulo César Farias comandou aproximadamente seis campanhas, que renderam fundos para os diversos projetos políticos do Senhor Fernando Collor de Mello; uma campanha comissionada por ele, e eu incluo



nessa campanha o acordo com os usineiros, foi a primeira. Depois outra campanha com o Senhor Fernando Collor, já candidato a Presidente da República - e para essa campanha o seu irmão, inclusive, diz que deu contribuições por duas ou três vezes. A terceira campanha foi a do segundo turno; uma quarta campanha para pagar as despesas restantes do segundo turno eleitoral; uma quinta campanha foi para as eleições de governadores e para as lutas eleitorais de 1990; e uma outra campanha - essa eu pensei que o senhor pudesse esclarecer - eu desconfio que há coincidência das letras nas notas, reveladas aqui pelo Deputado Vivaldo Barbosa; há coincidência das datas; há coincidência do tipo de serviço. Sob o meu ponto de vista, revela, - e acho que devemos prosseguir nessa investigação - a existência da sexta campanha, que eu não sei ainda qual é nem desconfio qual o objetivo; se era para garantir projeto de modernização, a continuidade da sobrevivência do grupo político, ou simplesmente o enriquecimento deles. Mas os grandes empresários do Brasil - e aqui já foi tomado um depoimento, gravado inclusive, de como um executivo da empresa multinacional participou desse processo - contribuíram também para que surgisse e ganhasse vulto no cenário político nacional tanto a forma como o modo de fazer política do Senhor Fernando Collor de Mello, quanto a ação do seu tesoureiro, o Sr. Paulo César Farias. É muito estranho que, ao invés de combatermos essa prática, defendamos a sua legalização. Muitos dizem que não existe crime na prática do Sr. Paulo César, existe apenas uma ilegalidade; porque, se as contribuições forem legalizadas, cada megaempresário, cada grande multinacional vai poder escolher um partido político, que não vai ser o meu. Partido que não defende a propriedade privada, que não defende o empresariado, que não defende o capitalismo - o Partido Comunista - não vai ser beneficiado com isso. Defendemos o fundo pú-



blico, um controle público dessa questão. Acreditamos que seja de muita importância que o senhor dê aqui a sua opinião sobre essas relações perigosas existentes entre o empresariado e certo tipo de cidadão que faz política e os seus tesoureiros no nosso País.

Essa a opinião que eu gostaria de receber do senhor como depoente.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRO DE MORAES - V.Exa. me perdoe. Eu queria apenas externar que eu sou um homem avesso a esse tipo de contacto. O Sr. Roberto Jefferson fez uma campanha comigo em 1986; eu conheço muito pouca gente, e faço questão de conhecer pouco, exatamente para evitar... Como eu sou um tanto quanto explosivo nesse aspecto e não aceito esse tipo de negociação, já me conhecendo bem, não frequento associações de classe. Fico no meu lugar e procuro trabalhar corretamente. Acredito que esse exemplo poderia fortificar. Se o Congresso se ausentar dessa discussão, o resultado será pior. Cabe ao Congresso Nacional, nesse momento, assumir a liderança desse combate às más práticas; ou seja, aqueles que erraram deviam dizer: erramos. Porque errar na vida é normal; repetir o erro, não. Acredito que demos um salto à frente. Agora, não larguem jamais - isso é algo que V.Exas. devem fazer uma vigilância contínua. Não se culpe só o empresariado.

Quero dizer algo a V.Exa. Quando comecei a minha vida de trabalho, durante a montagem da Companhia Brasileira de Alumínio, para sobreviver e pagar folha, vendíamos lenha à Sorocabana. Uma das coisas que mais me impressionou na vida, um detalhe pequeno, era que, ao chegar ao escritório da Sorocabana, havia uma fila de duzentas pessoas mais ou menos, muitíssimo humildes, o mais humilde que se possa imaginar - e naquela época se trabalhava até descalço; ficavam na fila da tesouraria para receber sua senha. E já diziam: se não der uma propi-



na, não vai sair nada. Eu dizia que não ia dar. Paciência!

Cabe ao V.Exas. uma função extremamente importante neste País: a de procurar, por todos os meios, a moralidade, a decência. Eu já disse a V.Exas. que não estou preocupado com a parte econômica. Não. Se pelo menos o Brasil for respeitado pela decência de seus homens, pelo trabalho que fazem, pelo caráter deles, eu me sentirei muito satisfeito como brasileiro. Eu gostaria de, pelo menos antes de morrer, ver o Brasil tomando rumo nesse sentido, porque, até agora, são 43 anos de trabalho de decepções uma em cima da outra.

Era o que eu tinha a dizer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. Fazendo soar a campainha) - O Senador Amir Lando quer fazer uma última colocação.

Concedo a palavra ao nobre Senador

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, agradeço ao depoente pelo aporte de informações que enriqueceram muito as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito e faria uma última pergunta. No seu entendimento, como empresário - esse título muitas vezes não tem trazido nenhuma honra em mencionar-se, mas eu o coloco como um dos empresários paradigmas deste País - as atividades da CPI têm colocado em risco o convívio e até as instituições democráticas deste País?

O SR. ANTÔNIO EMÍRIO DE MORAES - Absolutamente, não.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Fica prejudicada a economia?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - A economia sofre, naturalmente, com a série de boatos que possam acontecer, mas não coloco em risco algum as instituições. Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Vou suspender a reunião por cinco minutos, enquanto o Sr. Ermírio de Moraes se retira do recinto.



(Pausa)

Está reaberta a reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h53min.)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
criada através do Req. 52/92, destinada a apurar denúncias
do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr.
Paulo César Cavalcante Farias

AUTUAÇÃO

em 26 / 06 / 92.

Documento No. 001

Documento(s) encaminhado(s) pelo Senhor

em 03.06.92

por ocasião de seu depoimento perante a Comissão,
composto(s) de 72 folhas.

Descrição:

documentos trazidos p/
Pedro Collor

